

ANOS DE TRANSIÇÃO

(Discursos 1979-1987)

Senador PEDRO SIMON



Apresentação

Quando Pedro Simon chegou ao Senado Federal, no início de 1979, para desempenhar seu primeiro mandato – consagrado por expressiva votação, depois de ter cumprido quatro mandatos como deputado estadual –, estavam sendo completados quinze anos da implantação do chamado regime militar.

Já no dia 27 de março, o novo representante do Rio Grande do Sul fez ampla análise da “redentora” – a revolução de 31 de março de 1964 – que pode ser sintetizada em uma das frases que pronunciou naquele dia: “Vivemos os últimos quinze anos sob o império do maniqueísmo, com a Nação dividida entre os privilegiados de todas as vantagens e os perseguidos por todos os desfavores”.

Um dos críticos mais ferrenhos do regime militar, Pedro Simon apontaria nos anos seguintes, da tribuna do Senado, implacavelmente, todas as mazelas do Governo autoritário, entre as quais se destacavam, no campo político, o recurso insistente aos chamados “casuísmos” e, no terreno econômico, a adoção de um modelo que beneficiava apenas as parcelas já privilegiadas da população.

É um pouco difícil para os brasileiros mais jovens compreenderem, hoje, no início do século XXI – quando o País goza de ampla liberdade política e de estabilidade institucional, o mecanismo que ficou consagrado com o nome de “casuísmo”. Este artifício, que permitiu ao regime militar manter-se no poder por tão longo período, consistia em freqüentes alterações oportunistas da legislação, todas elas visando garantir a vitória do partido oficialista em votações no Congresso ou em eleições.

Favorecido pelo apoio irrestrito de um partido oficial extremamente dócil, que tirava sua maioria parlamentar dos chamados grotões, o regime sobreviveu por muito tempo, mesmo depois de ter sido, sistematicamente, batido nas urnas das grandes cidades e dos estados mais populosos pelo partido da Oposição.

Num de seus primeiros pronunciamentos como Senador, em março de 1979, Pedro Simon lembrava que na soma dos votos para o Senado, em âmbito nacional, o MDB havia batido a governista Arena com uma folga de 4 milhões e 200 mil votos na eleição do ano anterior.

Casuísmo é palavra dicionarizada e significa “obediência cega à letra da lei ou apego formalístico à jurisprudência dos tribunais”. Durante o regime militar, esta expressão foi usada pelos opositores para descrever o aparentemente inesgotável manancial de manobras, espertezas e manipulações – propiciadas, é claro, pelas leis de exceção então vigentes – de que os mentores do regime se serviam para barrar toda e qualquer tentativa de democratização.

Em 1979, ano em que foi concedida a anistia e que sinaliza o final dos chamados anos de chumbo, a Oposição começava a concentrar suas críticas no modelo econômico imposto pelos tecnocratas.

Eis aqui uma outra expressão corrente da época: “tecnocrata”. Era a palavra usada para designar os administradores públicos escolhidos pelo regime. O Governo de então fazia questão de dizer que escolhia seus ministros, os governadores e prefeitos indicados e os dirigentes de empresas estatais entre os homens que mais se destacavam pelos conhecimentos técnicos.

Delfim Netto, o czar da economia durante o regime militar, era o mais destacado dos tecnocratas e para ele convergiam as críticas mais ácidas da Oposição.

Em seus pronunciamentos, o Senador Pedro Simon vai delineando as características nefastas do modelo econômico da época: concentração da riqueza nacional nas mãos de uma minoria, produção preferencial de bens para essa minoria em detrimento da maioria da população, desprezo pela agricultura, estagnação das atividades produtivas, inflação e desemprego crescentes.

Em 1980, os principais pronunciamentos do Senador concentraram-se na questão do nascente movimento sindical reivindicatório, que estava surgindo no ABC paulista. Milhares de trabalhadores começam a se manifestar, aderindo a greves, contra a política econômica do regime, que tinha um de seus pilares no achatamento dos salários. A manipulação dos índices inflacionários – denunciava a Oposição – era o modo utilizado pelo Governo para reduzir o poder de compra dos trabalhadores.

Em outros discursos, o Senador registra a deterioração do poder aquisitivo dos trabalhadores, com o abismo que se estava abrindo entre a elevação frenética dos preços e o arrocho dos salários. Pedro Simon insiste na criação de uma Lei Orgânica do Trabalho.

No que se refere aos casuísmos eleitorais, 1980 foi o ano em que se falou muito na adoção do voto distrital, uma das últimas magias do estoque dos feiticeiros do regime que seria capaz de garantir a sobrevivência política, por mais alguns anos, do modelo já esgotado.

Se em 1981 os pronunciamentos do Senador concentram-se na questão econômica – mapeamento das dificuldades da economia gaúcha, defasagem entre preços e salários e a falta de uma política agrícola coerente, entre outros temas –, no ano seguinte, um ano eleitoral, a preocupação é com os muitos casuísmos elocubrados pelos governistas e enfeixados, todos eles, na chamada Lei das Inelegibilidades.

Em 1983, de novo, o Senador gaúcho volta a concentrar suas atenções no campo da economia. Naquele ano, vêm à tona informações sobre a crescente influência de determinações do Fundo Monetário Internacional nos rumos da política econômica nacional. Começa-se a debater a queda nas exportações

brasileiras, diante do crescente cipoal de barreiras tarifárias, sanitárias e de quotas levantado pelos países ricos para a proteção de seus mercados internos. De um lado, o pífio crescimento brasileiro antecipava a chamada década perdida; de outro, o endividamento externo favorecia as primeiras discussões sobre a possibilidade de o País pedir moratória.

O ano de 1984 ficou conhecido na história política brasileira como o ano das “Diretas-Já”. Empolgado com a possibilidade de eleger pelo voto direto o presidente da República, o povo brasileiro se mobiliza de uma forma jamais vista na história republicana.

O regime aposta suas últimas fichas na eleição indireta, pelo chamado colégio eleitoral, mas será derrotado até mesmo ali, no terreno que escolheu, com a vitória de Tancredo Neves. A velha luta da Oposição, em favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para pacificar uma Nação comandada durante mais de vinte anos por leis de exceção, está chegando ao fim.

Em 1985, Pedro Simon despede-se, pela primeira vez, do Senado da República. No mês de março, ele deixa a Casa para assumir o Ministério da Agricultura do Governo de Tancredo Neves. A morte trágica do Presidente eleito comoveu o País.

No ano seguinte, 1986, mais uma vez, Pedro Simom usará a tribuna do Senado para se despedir. No mês de dezembro, afasta-se para assumir o Governo do Estrado do Rio Grande do Sul.

Reunindo alguns pronunciamentos feitos pelo Senador gaúcho, ao longo de seu primeiro mandato, entre 1979 e 1986, este livro propicia, de certa forma, um quadro bastante realista da situação vivida pelo Brasil naqueles anos de transição. Deixados para trás os anos mais trágicos do governo militar, a sociedade civil se organizava. A economia já apresentava as mesmas distorções de hoje, mas, talvez, em dimensões menos dramáticas.

Esta publicação, agora, vem suprir uma lacuna na coleção de livros sobre a atividade do Senador gaúcho. A recuperação dos pronunciamentos do primeiro mandato e sua passagem para meios eletrônicos foi feita, com extremo zelo e acurácia, pelo Secretário Parlamentar Nelson Ribeiro Mendes.

Lourenço Cazarré – Organizador
Brasília – 2002



1979

Análise de quinze anos de regime militar

Pronunciado em 27 de março

Senhor Presidente, Senhores Senadores, não preciso ressaltar, perante Vossas Excelências, a honra cívica com que me sinto distinguido, ao ocupar esta tribuna, de onde a Nação teve sempre as expressões mais vivas da oratória parlamentar, que se complementaram no brilhantismo da forma e no conteúdo das idéias iluminando o Senado da República.

Nem preciso pôr em evidência o meu estado de espírito, após 20 anos de vida parlamentar, na humildade do meu Rio Grande do Sul. Tenho a certeza de que a mesma comoção tomou conta dos Senhores, quando do primeiro momento de falar à Nação, com a responsabilidade de fazê-lo da Câmara Alta.

Relembro, agora, sem uma explicação consciente, meu primeiro discurso de Vereador na nobre Câmara Municipal de minha terra natal, Caxias do Sul, onde dei os primeiros passos de minha vida pública, recordando, também, no outro extremo desses vinte anos, a última vez em que assomei à tribuna dignificante da Assembléia Legislativa do meu Estado, para prestar contas de quatro mandatos sucessivos, todos buscados na determinação livre daqueles que comungam dos mesmos ideais de Pátria.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com muito prazer.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Eu quebro um princípio que tenho observado, ao solicitar um aparte logo no início de um discurso, especialmente de um discurso de estréia. Mas é para, com sua licença, fazer uma retificação: V. Ex^a acaba de dizer que começou a sua fulgurante vida pública na nobre Câmara Municipal de Caxias do Sul, e eu peço para embargar a declaração. A sua vida pública V. Ex^a começou dirigindo – porque logo chegou como dirigente – o “Centro Acadêmico Maurício Cardoso”, da Faculdade Católica, onde foi o grande líder que a Nação haveria de conhecer, anos depois. O Senador de hoje é o Presidente do “Centro Acadêmico Maurício Cardoso” de ontem.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Agradeço a referência de V. Ex^a, que me lembra, inclusive, que o liderado de V. Ex^a de hoje era o aluno de ontem, nos bancos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Donde se verifica que o aluno superou, em muito, o professor.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A gentileza vale como gentileza, com a discordância de todo o Senado, nós o sabemos muito bem.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, trago a V. Ex^{as} o retrato vivo de uma campanha eleitoral. Seu traço mais forte foram as pressões que o Executivo da época e o que o sucede, aplicaram na campanha, com o claro objetivo de impedir a manifestação eleitoral livre, nas urnas de 15 de novembro.

Enganaram-se, porém.

Era certo que se enganariam, por desconhecimento fundamental da tradição de dignidade cívica do povo brasileiro, recuperada sempre nos exemplos de seus maiores, longe dos interesses de grupos. O resultado aí está. Se analisarmos as eleições majoritárias, dezessete milhões e oitocentos mil votos foram dados à Oposição. Foram dezessete milhões e oitocentas mil respostas dadas às pressões e ao arbítrio, por um povo marginalizado nos direitos políticos, que são inerentes aos cidadãos, como elos da Nação com o Estado.

O ilustre Líder da ARENA, nesta Casa, Senador Jarbas Passarinho, na instalação desta Legislatura, disse que eu sou aqui um Senador salvo deste incêndio. É verdade, acertou o ilustre Senador, porque, na realidade, não houve neste País, em novembro último, uma eleição livre, no termo excepcional da sua afirmativa. Houve um grande incêndio, como disse o ilustre Líder da ARENA, ateadado pelos fogos cruzados dos arsenais do arbítrio, da corrupção e da prepotência – armas mortíferas de uma revolução que se apresentou à Pátria pregando democracia, jurando correção no trato com os dinheiros públicos e prometendo estabelecer a justiça social.

O MDB gaúcho não está aqui reclamando nem justificando resultados eleitorais. Mesmo porque, no Rio Grande do Sul, onde estiveram os Generais Geisel e Figueiredo, a Oposição foi votada consagradamente. Venceu o pleito no Rio Grande.

O nosso protesto é contra o método, que não nos parece correto, de usar o dinheiro de todos para fazer a campanha de uma facção política.

O General Geisel, por exemplo, em sucessivas viagens ao meu Estado e pelo Brasil afora, foi como cabo-eleitoral da ARENA, divisa que poderia ter ostentado sem constrangimento, se viajasse por conta própria, com os recursos da tesouraria arenista, e não à custa dos cofres da Nação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, vivemos os últimos 15 anos sob o império do maniqueísmo, com a Nação dividida entre os privilegiados por todas as vantagens e os perseguidos por todos os desfavores.

O império do casuísmo foi estabelecido em fronteiras tão amplas que a vida nacional perdeu seu curso histórico e a civilização brasileira ganhou dois elementos novos: para os privilegiados, a irresponsabilidade; para os perseguidos, a pressão.

A lei, que deve ser a mesma para todos, protegendo ou punindo, transformou-se em instrumento para a marginalização daqueles que assumem posições políticas contrárias ao absolutismo dominante. Aos coerentes com as necessidades do povo, a demissão; aos submissos, a promoção.

Esse desprezo pela lei, em pura perda de seu sentido civilizador, foi aplaudido pelos arenistas, que se caracterizaram, na História desses últimos anos, por dizer amém a todas as manifestações do direito da força, em contraposição à força do Direito.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Não desejava interromper o pronunciamento de V. Ex^a, quando ocupa, pela primeira vez, a tribuna do Senado Federal. A V. Ex^a, como homem público, como representante do povo do Rio Grande do Sul, rendo as minhas homenagens, mas encontro, no seu discurso, logo de início, além de um jogo de palavras, uma contradição evidente. V. Ex^a, fala que a Oposição recebeu mais de 17 milhões de votos de um povo marginalizado. Como é possível marginalizar-se um povo e numa eleição livre, se esse mesmo povo teve oportunidade de carrear tão expressiva votação para a Oposição? Estranha marginalização essa. E, logo a seguir, V. Ex^a diz, em seu discurso, que a Oposição foi votada consagradamente.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Consagradoramente.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Expressão textual, que o nobre Senador Pedro Simon utilizou em seu discurso, mas que admite a correção que V. Ex^a faz. Ora, se há essa consagração na votação, o povo não pode ter sido marginalizado, o povo não pode ter sido excluído. E tanto que estou recordando, o índice de abstenção no Rio Grande do Sul foi muito baixo; então, o povo não foi marginalizado. Nem a presença do então Presidente da República, o eminente General Ernesto Geisel, no desempenho de sua alta função, no Rio Grande do Sul, para inauguração de obras públicas, impediu que o povo votasse como bem entendesse, nas eleições que se feriram no pleito de 15 de novembro de 1978. Era esta a observação que desejava fazer ao discurso de V. Ex^a, sem pretender interrompê-lo, para não empanar o brilho de sua estréia na tribuna do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O povo foi marginalizado, ilustre Senador, porque, se os resultados das eleições majoritárias prevalescessem e o povo pudesse escolher o seu Presidente, por exemplo, o Presidente da República seria do MDB, porque o MDB fez 4 milhões e 200 mil votos a mais do que a ARENA.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O povo foi marginalizado exatamente aí, nobre Senador, porque não pode participar das decisões fundamentais. O povo foi marginalizado porque, pelo resultado das últimas eleições, se pudesse votar e tivesse condições de votar, o MDB teria maioria neste Senado,

não a ARENA, que a teve de maneira forjada. Aí o povo marginalizado, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Está V. Ex^a especulando apenas, e por hipóteses.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Marcos Freire (MDB – PE) – O povo foi marginalizado, porque, se não o tivesse sido, V. Ex^a há muito que teria governado ou estaria governando o Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Tudo não passa de meras especulações. V. Ex^a está especulando sobre resultado de uma eleição que não se fez neste País.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O AI-5, o Decreto-Lei n^{os} 477 e o 228, o fechamento do Congresso Nacional, a edição do “pacote de abril”, a Lei Antigreve, a antiga e a nova lei impropriamente chamada de segurança nacional, porque, na verdade, não segura o indivíduo, mas segura o Governo contra o cidadão.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – As salvaguardas, a lei da Magistratura, tudo afinal, quanto o arbítrio quis e fez, desrespeitando, alterando, infringindo a lei, principalmente a Lei Maior, a Constituição – transformada numa verdadeira Babel, tão confusa quanto mutilada – mereceu sempre o apoio, sem questões, da ARENA, aqui e fora daqui.

A ARENA aplaudiu tudo, a ARENA aceitou tudo, agora, porém, quando o Governo se precipita para assumir seus compromissos inaceitáveis com as multinacionais, posicionando-se contra os interesses das classes trabalhadoras, surpreendentemente, neste Congresso, a ARENA refunde seus conceitos e assume, aqui, um legalismo sem fronteiras.

Saudamos – que nos perdoem os trabalhadores, que nos perdoem os sindicatos sob intervenção – o novo legalismo da ARENA, na certeza de que é o raiar de um tempo novo, tempo de respeito à lei. De respeito às garantias constitucionais, aos direitos humanos, aos princípios democráticos que devem sustentar a vida civilizada.

Uma lei que não foi votada, pois só existe pelo decurso do prazo estabelecido pelo autoritarismo à sua aprovação – uma lei que a maioria arenista ignorou e em defesa da qual o Ministro do Trabalho de então chegou a ameaçar as lideranças sindicais, apenas porque elas compareceram ao Congresso, para exercício legítimo de uma pressão sociopolítica – que sirva essa lei ao povo brasileiro, ao menos para receber, de braços abertos, a nova

ARENA – essa nova ARENA do respeito às leis e à Constituição do respeito à legalidade permanente.

Só esperamos, Sr. Presidente, e temos certeza de esperar e de confiar que o neolegalismo arenista não se resume apenas às leis que penalizam os sindicatos e a gente brasileira, mas, pelo contrário, que aqui esteja, principalmente, para exigir o cumprimento das leis para sobreviver e para beneficiar o imenso povo brasileiro.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Para exigir, por exemplo, o cumprimento de verdadeira Constituição, quando ela estabelece, no seu art. 165, o conceito de salário mínimo, em relação ao trabalhador, nestes termos: *Capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família.*

Isto é esquecido, há muitos anos, que é esquecido pelos Governos de ontem e pelos Governos de hoje. E, no entanto, está na Constituição. É lei que a chamada Revolução tem deixado, também, de cumprir, descarregando sobre os trabalhadores brasileiros toda a pressão de 15 anos de injustiças salariais. Exercida por 15 anos, esta pressão não tinha o direito de considerar demasiada uma greve de 10 dias. Mas esse foi o entendimento da lei, que ganhou, de repente, posição de prioridade no consenso arenista, que exige o seu cumprimento nos seus pontos e nas suas vírgulas.

É preciso, também, convocar a ARENA, convertida agora, à lei, para entendimento da legitimidade das pressões sociais, que se devem exercer democraticamente, absorvidas pelo Executivo e pelo Legislativo e respeitadas pelo espírito da lei.

O que tivemos no ABCD paulista foi a manifestação de uma consciência operária, autêntica segundo os mais legítimos mecanismos democráticos, uma força de base que ficará na história do sindicalismo brasileiro. O que tivemos, em última análise, foi a prova de que o trabalhador brasileiro já se libertou das amarras do autoritarismo e tem livre a consciência para ajudar todos os segmentos da sociedade a nos reencontrarmos em paz com a Democracia e com a Justiça.

É preciso esclarecer, também, a acusação que vem sendo feita, aos reajustes pedidos pelos trabalhadores, de que realimentam a inflação. Nos últimos 15 anos, os salários estão sob o rigoroso controle estatal e, no entanto, a inflação não foi vencida. Lei nenhuma pode determinar que o Estado imponha aos trabalhadores, empobrecidos pela inflação, que eles se sacrifiquem mais ainda, mesmo sabendo não serem os responsáveis pela espiral inflacionária e que seus sacrifícios nada valerão contra ela, muito embora venham – e muito – para favorecer a concentração da riqueza de muito poucos privilegiados de dentro e de fora do País.

É fácil analisar o levantamento feito da greve em São Paulo. Quanto tem um automóvel que se vende e que compramos, de mão-de-obra? Num carro, pelo qual pagamos 100, 120, 200 mil cruzeiros, qual é o percentual de mão-de-obra e qual é o percentual de imposto? O que contribui, realmente, para a inflação, nesse carro: a mão-de-obra daqueles que reconhecem que o valor maior está no trabalho, porque o trabalho é a essência da formação de uma sociedade, ou o imposto desta República fiscal que existe e que o usa abusivamente?

Não posso me esquecer da ocasião em que o presidente da FIAT italiana esteve no Brasil para inaugurar a FIAT brasileira – “brasileira”, é claro. Perguntado, na televisão, como entravam os componentes na fabricação do carro italiano e do brasileiro, respondia ele, na época: temos dois componentes, que são os mais importantes e que são iguais: mão-de-obra e impostos. Na Itália, um FIAT tem 12% de imposto e 36% de mão-de-obra.

Esta é a realidade que, aliás, o articulista da *Folha de S. Paulo* analisa muito bem. A intervenção do Governo na greve de São Paulo é imparcial ou é como parte? Na verdade, ele é o maior patrão, porque é o que tem a maior parcela de lucro, é o maior beneficiado, é o maior interessado, é o mais ligado ao problema, porque, realmente, é ele que tem a maior parcela.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Muito bem!

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – É o maior prejudicado.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A referência do Senador Paulo Brossard é muito importante. Talvez por ser o maior prejudicado é que o Governo está tão angustiado em terminar a greve a qualquer preço. Realmente tem importância a referência.

Com todo o prazer, concedo o aparte ao Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Nobre Senador Pedro Simon, minha alegação é que a ARENA assume, agora, uma posição de suposta legalidade. Não é de suposta, mas de verdadeira legalidade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Suposta é por conta de V. Ex^a. Até estou saudando a legalidade da ARENA. Esclareço: estou saudando a legalidade da ARENA. A suposta legalidade fica por conta de V. Ex^a.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Melhor ainda. A ARENA se coloca como sempre se colocou em posição de defesa da legalidade efetiva.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E felicito.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Mas, pelo que vemos, é o MDB que se rebela contra a legalidade, criticando a posição da ARENA. A segunda observação que, se no Brasil o Governo cobra 36% ...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não. Hoje cobra mais, muito mais.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – ... melhor ainda. Se cobra, digamos, 50% de imposto sobre a venda de automóveis, isso significa que nosso Governo é, socialmente, mais distributivista que o da Itália. É muito melhor que cobremos mais impostos sobre bens destinados às camadas mais ricas, as que podem comprar carro, para distribuí-los em obras públicas e benefícios sociais do que cobrá-los dos pobres sobrecarregando os seus orçamentos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Insistimos na legitimidade dessas pressões. Elas servirão para determinar ao Governo caminhos mais justos e mais eficazes, que deverá percorrer para o verdadeiro combate à inflação. As últimas greves – todas elas – demonstram que os trabalhadores não aceitam mais fazer o papel de massa de manobra de interesses que exigem dos tecnocratas, seus representantes no Governo, uma mão-de-obra barata e a imposição de uma paz de cemitério, como moldura para seus lucros anti-sociais.

Mas devemos lembrar à ARENA neolegalista – e não vai, absolutamente, nada de ofensivo, e sim uma alegria muito grande, e saúdo com prazer que leis existem contra os monopólios. Leis boas de proteção à economia nacional, que o Governo não usa nem a ARENA defende. Leis que poderiam desmontar, rápida e desenfreadamente, a especulação financeira, que é, hoje, fator mais pesado na realimentação do processo inflacionário.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Porque, neste caso, o Governo estaria golpeando a mais próspera indústria nacional, a indústria da agiotagem, realizada sob o manto oficial.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Aliás, este Governo oficializou a agiotagem, com a criação das financeiras. Em qual Estado de nosso País...

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Resolução do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – ... que não olhávamos com descrédito, com desdém, até com revolta, a figura do agiota. O agiota é aquele que empresta dinheiro a juros bem mais altos que o usual, já não digo os 12% que a lei determina, mas em média superior. O Governo, com a oficialização das financeiras, oficializou a agiotagem.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – É resolução do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Conheço, lá no meu Estado, muitos agiotas tradicionais e que hoje são diretores de financeiras, são homens do mundo das finanças deste País, cobrando, hoje, o dobro do que cobravam quando eram agiotas. Hoje são financeiras.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Só o dobro?

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Permite V. Ex^a uma rápida intervenção?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo o prazer.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Apenas para lembrar a V. Ex^a que a agiotagem era uma atividade considerada tão contra a lei, tão imoral até, que,

para combatê-la, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Usura, hoje, tacitamente revogada, porque a agiotagem é oficial, é oficiosa.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Revogada, em relação às financeiras.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Relativamente à existência de leis que poderiam ser usadas para demonstrar a especulação, lembramos os itens II e V do art. 160 da Constituição, que dizem ser finalidade de ordem econômica e financeira: *A valorização do trabalho como condição de dignidade humana e a repressão ao abuso do poder econômico caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.*

Que o Governo e a ARENA decomponham, diante da opinião pública, como disse, por exemplo, o custo atual de um automóvel. Que tomem qualquer marca e qualquer tipo. Que nos digam, no preço atual de mercado: o percentual salário, o percentual juros de financiamento, o percentual imposto e o percentual lucro. A Nação precisa saber. Quer saber. Exige saber, para verificar qual a realidade, para então entender, compreender o sentido real da situação dos trabalhadores de São Paulo. Só assim ela poderá fazer uma avaliação real, isenta, matemática da situação. Vamos dissecar o custo de um automóvel, de um caminhão ou de um trator. E concluir sobre a justiça social da chamada revolução.

Mas, se a ARENA de hoje não é a mesma que viu e aplaudiu a lei a ser subvertida no “pacote de abril”, se a ARENA dos nossos dias morre de amores pela lei, não é menos verdade que a mobilização efetivada no ABCD paulista, qualquer que seja o resultado da greve – e ainda que dela resulte o sacrifício de lideranças respeitáveis, em prejuízo da Democracia, pela vesguice dos aplicadores da lei – ainda assim essa mobilização terá uma conseqüência política direta e saudável. Ela empurrou todos nós para a rota difícil da redemocratização, na medida em que abriu canais novos de comunicação social entre os brasileiros, para convivemos mais intimamente e geramos, nessa convivência, os processos de reivindicações, levando os governantes e os partidos a promover, com mais atenção, o atendimento de suas necessidades mais humanas, colocando-se o trabalho no mesmo plano de considerações do capital, como é de lei, pelo menos igual ao capital, com relação ao que faz o Governo, com relação ao que pensamos nós, do MDB, valorizando o trabalho sobre o capital, porque o trabalho é o fator fundamental, indispensável, primeiro de toda a produção humana. A lei que a ARENA – esperam os brasileiros – vai lembrar, e cujo cumprimento vai exigir, não somente agora, mas durante os oito anos do nosso mandato.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no túnel do tempo do arbítrio, com é da própria história dos regimes autoritários, retrocedemos aos privilégios de classe e hierarquia social, vistos, desde os primórdios da civilização, como naturais.

No Império Romano, dos senhores e dos escravos; na Idade Média, dos cavaleiros e membros da aristocracia feudal, donos do monopólio da atividade militar, em patamar jurídico-social superior aos camponeses e trabalhadores – o povo desarmado, era assim, também. Para os primeiros, havia apenas sanções morais, enquanto os últimos eram submetidos aos rigores das punições.

Nas monarquias, esse opressivo sistema de justiça persistiu, na diferenciação para efeitos legais, entre fidalgos e plebeus, até surgir, com Montesquieu e Rousseau, a idéia da lei igual para todos, quando se firmou o princípio de redução do sistema legislativo à liberdade e à igualdade.

No capitalismo, fugiu-se da igualdade pelo caminho discutível do contrato, no qual as convenções legalmente estabelecidas constituem leis entre as partes.

Houve, então, a virtual transformação do princípio da autonomia de vontade, porque, entre as partes contratantes, sempre era e é difícil a igualdade, prevalecendo a realidade do forte e do fraco ou, pelo menos, de um mais forte diante de um menos forte.

Notadamente, em matéria trabalhista, pois o operário é economicamente mais fraco, principalmente pela proteção que damos ao capital, em detrimento do igual valor do trabalho.

Os fatos presentes estão aí, presentes, num desafio à inteligência, ao patriotismo e ao sentimento humanitário que devem nortear a solução das reivindicações operárias – classe submetida a 15 anos de injustiças salariais.

A chamada Revolução de 64, divorciada da evolução histórica, radicalizou-se em dois sistemas de mando absoluto. Na esfera econômica, um para os ricos, outro, para os pobres. No campo político, a desigualdade foi colocada em termos de situação e oposição, confundindo-se o opositor com o inimigo, num Governo gerado por preconceitos, socialmente condicionados ao medo de enfrentar sua própria ilegalidade.

Os donos dessa revolução jamais lembraram que a igualdade perante a lei foi e é uma conquista permanente do espírito criador do homem, como princípio fundamental da Democracia. Da independência norte-americana à Revolução Francesa, das quatro liberdades enunciadas por Roosevelt à Declaração Universal dos Direitos do Homem, com firmeza e significação, dotando a humanidade dos instrumentos legais que lhe facultam a defesa da liberdade e da igualdade, em todas as frentes do relacionamento humano.

No Brasil, essa conquista foi feita com diferentes amplitudes, a partir da Constituição de 1824, que, em seu art. 179, já incluía normas de direito para as garantias individuais.

Avançamos mais um pouco, na Constituição de 1934, com novas disposições referentes aos direitos trabalhistas e, também, normas de proteção à família, à educação e à cultura.

Na Lei Maior, aprovada pelos constituintes de 1946, esses princípios foram ampliados e, a partir de sua derrogação, só fizemos retroceder, muito embora os constituintes de 1967 não tenham ousado a alteração dos direitos civis e políticos, que a Constituição de 1946 proclamou e nós, até agora, respeitamos.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – E, diga-se de passagem, não só o constituinte de 1967 não foi capaz de recuar, mas foi capaz de resistir ao que se continha no projeto governamental. Que, este sim, recuava, e em muito, a tábua dos direitos e das garantias individuais, secularmente consagrada em nosso Direito.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Tem razão, ilustre Senador. Souberam resistir os congressistas de 1967, não alterando os direitos civis e políticos proclamados na Constituição de 1946. Logo, porém, pelo art. 182, foram incorporadas as disposições excepcionais do Ato Institucional nº 5 (AI-5), na redação dada pela Carta outorgada de 1969, com o que se anulou todo o arcabouço jurídico-institucional, por força do arbítrio daquele ato e de todos os atos subseqüentes.

A Emenda nº 1, imposta pelo triunvirato militar, agravou a deformação jurídico-institucional. De agravamento em agravamento, a ordem legal e legítima foi substituída pela idolatria da ordem imposta sem legitimidade, que se completou, recentemente, com a introdução, no próprio texto constitucional, das chamadas “salvaguardas” – fetiche novo do arbítrio entre nós. Não de forma transitória nem, pelo menos, nas disposições transitórias, no próprio texto da Constituição estão as “salvaguardas”, novo nome dado ao Ato Institucional nº 5.

Sei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nada estou acrescentando ao quanto Vossas Excelências, bem mais que eu, conhecem da realidade brasileira, toda feita, nos últimos quinze anos, de promessas de respeito aos direitos e liberdades fundamentais. Sem a grandeza da sinceridade, todavia, essas promessas têm ficado perdidas no esquecimento propositado, para nos dar uma falsa noção de liberdade, na confusão estabelecida entre a força do direito e o direito da força.

Essas promessas e os juramentos, de tanto que foram feitos, nestes últimos quinze anos de arbítrio, deixaram a palavra dos poderosos em vermelho, no deve-haver da contabilidade política e na conta-corrente da opinião pública.

A verdade – desgraçadamente é assim – está no sentido discriminatório de toda a legislação vigente, que foi retalhada e remendada ao sabor de um casuismo inconseqüente, cujo único propósito residiu em manter a atual estrutura de poder, de que o sucessor de Geisel é símbolo, em detrimento da vontade nacional.

Aliás, tenho dito, muitas vezes, que, se fizermos um levantamento, de 1964 até os dias de hoje, quando o povo foi afastado de qualquer participação nas decisões dos homens que comandam este País, seremos capazes de chegar a um fato surpreendente. Se tomarmos conhecimento dos Presidentes da República, dos Vice-Presidentes, dos Governadores de Estado, dos Ministros, dos Diretores de autarquias e sociedades de economia mista, somando todos, verificaremos que chegamos a um número muito reduzido de homens que se estão alternando em posições, mas que, na verdade, são os mesmos. O General Figueiredo é Presiden-

te; antes de ser Presidente, era chefe do SNI – Serviço Nacional de Informações, e, antes do SNI, era chefe da Casa Militar. Aliás, o Brasil tem esse título importante: talvez seja a única nação, “no mundo democrático”, em que dois chefes do Serviço Nacional de Informações tenham saído de lá, diretamente, para a Presidência da República. Vamos verificar, também, homens como o Governador do meu Estado, que tentou ser governador, pelo voto direto; não o conseguindo, alcançou-o pelo voto indireto, com a cassação prévia de nove deputados. O Coronel Perachi Barcellos, que, desde a Revolução, foi Ministro de Estado, Governador do Rio Grande do Sul e está no Banco do Brasil até hoje.

Verifiquem os Senhores Senadores e façam uma análise, onde deverão de verificar que há um número de pessoas, tremendamente reduzido, que praticamente transformaram o Brasil numa S/A, em que eles, substituindo a vontade da Nação, estão se mantendo: uns substituindo os outros, enquanto os outros esperam a vez para substituir os que aí estão. E, mesmo quando se pensa que alguns já caíram no esquecimento e pertencem à História de nossa Pátria, voltam cheios de flores e luzes. Aí está o Dr. Delfim Neto! Quem diria que, depois de sepultado o “milagre brasileiro”, ele voltaria para encher a panela do povo?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o casuísmo responde pelas páginas mais nefastas da civilização brasileira contemporânea. Foi dele que os donos do poder se serviram para a permanência ilimitada e indesejada, à frente dos destinos nacionais. Mistificando, enganando, desdizendo-se, contradizendo-se ou omitindo a verdade.

O casuísmo faz parte do corpo de um vocabulário novo, que os tecnocratas implantaram neste País, para melhor defender os interesses multinacionais.

O casuísmo tem a mesma origem do “milagre” e do “modelo”, do gradualismo e das “salvaguardas”, do AI-5 e da Lei Falcão.

A sua aplicação, contudo, somente encontrou sua expressividade maior no “pacote de abril”, instrumento desnaturado, opressor por excelência, que permanece vivo, impedindo a Nação de realizar-se por inteiro.

Todas as críticas filosóficas que possamos fazer ao “pacote de abril” não têm a força da condenação que deriva das justificativas adotadas para produzir essa idiossincrasia política. Ergueu-se, naquele abril, por artes de uma frustração invencível, o muro de Berlim do arbítrio brasileiro. Contra a impenetrabilidade desse muro largo e alto, impeditivo da livre circulação do oxigênio da liberdade, desejamos clamar por uma Assembléia Nacional Constituinte. Somente ela será capaz de recolocar a Nação na senda democrática, levando-nos, como nos levará, a um novo pacto social, no restabelecimento das verdades históricas da civilização brasileira.

Sei, nós sabemos – e o povo sabe – que uma Constituição não é a palavra mágica para a solução de todos os nossos problemas.

Ela virá para indicar caminhos, assegurar alternativas, colocando em equação as nossas dificuldades, ao lhes dar os valores legítimos de uma lei maior, resultante da vontade da alma brasileira.

Somos, hoje, um País sem estrutura jurídica certa. A que tínhamos foi minada pelos donos da verdade de uma revolução que se exauriu na luta interna, porque cometeu o pecado de abrir suas comportas ideológicas aos que representavam e representam pensamentos e interesses contrários à vocação democrática do nosso povo e ao sentido nacional do desenvolvimento que reclamamos todos.

Cada ato casuístico que sufocou a Nação, tenha o número que tiver, nada mais representou do que a negação daquilo que o povo ouviu em 1964; cada ato de violência praticado contra a Nação representou um ato de violência daqueles que fizeram 1964, na aparência de um idealismo que a muitos convenceu e que hoje não convence mais.

A ilusão daqueles tempos é a desilusão de hoje.

Se a Nação ainda não deu, claramente, a resposta final de sua repulsa, não foi por que essa repulsa não existia na alma cívica da Pátria. Apenas não o fez, em termos definitivos, porque se sente presa e inerte na cadeia do casuísmo, que atropela nossos ímpetos libertários com a insensibilidade das iniciativas tomadas em favor dos donos do poder e contra toda a Nação brasileira.

Fala-se muito em reconciliação, mas aí estão as salvaguardas, o “pacote de abril” e uma lei impropriamente chamada de Lei de Segurança Nacional, servindo de base ao poder absoluto.

Fala-se muito em reconciliação, mas o Governo concebeu, do ventre do arbítrio, uma lei antigreve, mantém o Decreto-Lei nºs 477 e o 228 e não tem a grandeza íntima para tomar emprestado ao ontem da História, o exemplo edificante do Duque de Caxias e dar, aos brasileiros, a anistia ampla e irrestrita que a Nação quer.

A anistia geral, ampla e irrestrita é a palavra de ordem que trago do Rio Grande do Sul, de toda a sua gente, como imperativo de uma consciência democrática, forjada com sinceridade e honra.

A Nação refuga a mão vazia que lhe é oferecida. Deseja, primeiro, ver essa mão assinando a anistia sem limitações casuísticas e, depois, que o gesto seja completado, braços abertos para receber os adversários com respeito, como fez Caxias com os farroupilhas, no meu Estado, com os farrapos do Rio Grande.

Precisamos lembrar que somos todos brasileiros e ninguém é mais patriota do que ninguém. Os brasileiros querem esquecer os agravos recebidos em 15 anos de exceção, para a grande proposta com que o futuro nos desafia.

Este foi o sentido mais profundo dos resultados eleitorais do Rio Grande do Sul e é este, conseqüentemente, o sentido primeiro da minha presença nesta Tribuna do Senado.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, a chamada Revolução, inconformada com as vitórias eleitorais da Oposição, em Minas e na antiga Guanabara e sentindo-se, ainda, ameaçada pelas candidaturas Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek para a sucessão do General Castello Branco, resolveu, num dos seus primeiros casuísmos espalhar a Nação no bipartidarismo.

Ato antinatural, contrário à evolução da vida política brasileira, o bipartidarismo, porém, não teve sequer uma oportunidade para dar aos brasileiros o exato valor da sua expressividade partidária.

A ARENA – o chamado partido do Governo – jamais esteve no Governo, jamais participou das decisões importantes ou influenciou, de qualquer forma, na programação dos meios administrativos que dela sempre foram ocultados pelos tecnocratas e burocratas do regime.

A parte da ARENA, na contradança do relativismo democrático, foi somente dizer amém. E, a cada amém que disse, mais se distanciou da vontade dos brasileiros.

Não se pode, realmente, cobrar da ARENA os erros da política econômica, os atentados aos direitos humanos, os banimentos, as cassações e, nem mesmo – apesar de chamarem os tempos de hoje de novos tempos da “abertura” – responsabilizá-la por essa iniciativa injusta e iníqua, que aumentou a alíquota do Imposto de Renda retido na fonte, metendo a mão nos bolsos andrajosos dos assalariados e da classe média e poupando os bolsos recheados de uma minoria privilegiada, enriquecida nesses últimos 15 anos de pobreza para a Nação.

Essas culpas a ARENA não tem. A culpa da ARENA – e por ela será chamada ao julgamento irrecorrível da História – é ter concordado com todas essas anomalias e, conscientemente, se afastado da vontade nacional para servir, submissa, aos donos do poder, com honrosas exceções, cujas vozes desse ilustres membros, por serem exceções, não sensibilizaram os ouvidos dos líderes maiores daquele que foi considerado o maior partido do Ocidente, nem dos componentes-chefes do regime das exceções.

Um clima de desconfiança negativista desabou sobre nós, ceifando lideranças autênticas que arrancaram dos parlamentos municipais, estaduais e do Congresso, dos postos executivos, como arrancadas foram das universidades, das fábricas, das repartições públicas, dos quartéis e das profissões liberais, pelo crime absurdo de acreditarem nas liberdades e exercerem o direito à liberdade de pensamento.

Quanto ao MDB, se negou até mesmo o caminho lógico de todo partido político, que é o de chegar ao poder e nele aplicar as suas idéias.

Resolvemo-nos, então, por uma etapa adiante, passando por cima da precariedade da nossa vida institucional. Num processo diligente, deflagramos a mobilização nacional em torno da reconquista do estado de direito democrático. Conscientizamos a Nação, enfrentamos descrenças e agressões, indiferença e negativismo, o voto em branco, o “pacote de abril”, a Lei Falcão e todo casuísmo.

Temos consciência, hoje, de que a Oposição é o Brasil e o MDB, a expressão legal e legítima da sua vontade, na nossa terra.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Enganam-se aqueles que nos consideram fracos, porque discutimos, como se enganam os outros, que nos acusam de radicais, porque não nos submetemos ao imobilismo, nem sofremos do mal da uniformidade.

O MDB não apenas combate por democracia, ela a prega e a professa.

O MDB tem o seu programa registrado na Justiça Eleitoral, mas, na intimidade da nossas hostes, estamos abertos e atentos a todas as correntes de pensamento e a todas as formulações filosóficas, sem sectarismo: discutindo, dialogando, acertando opções, projetando o futuro. Este é o dever de todo o brasileiro que vê sua Pátria aprisionada na ilegitimidade do poder.

Não nos deixaremos surpreender pelos propósitos divisionistas que o arbítrio inocular na mente democrática da Oposição. Mas não nos surpreendemos, também, se, em mais de um de seus tantos casuísmos, o arbítrio substituir o atual bipartidarismo, artificialmente imposto, pela imposição artificial do pluripartidarismo.

Que nos venha, no momento oportuno, formado por homens de idéias, princípios, ideologias e programas, na decisão soberana e na participação consciente de todos os brasileiros, num Brasil onde haja Democracia sem adjetivismos e sem relativismos.

Assim como regeneramos o MDB, redimindo-o de sua origem casuística para fazê-lo grande no conceito dos brasileiros, a oposição está em condições de superar todos os obstáculos que forem colocados no caminho da Nação, que apenas busca o que é um direito seu: conduzir os seus próprios destinos.

Chamam-nos de radicais e acusam-nos de intransigentes, se damos consequência lógica às afirmações que dizem nossa Pátria em regime de abertura democrática.

Nada mais indispensável para o restabelecimento da plena democracia do que o Congresso e o Governo ouvirem, entenderem e obedecerem aos reclamos da sociedade brasileira.

A pressão política é da essência do regime democrático. Disso tenha consciência a ARENA e tenham consciência disso os poderosos senhores que nos governam: a Nação avança, pressionando por todas as formas, reclamando a liberdade pela lei, no império da legitimidade – fator de um desenvolvimento com justiça social e um desenvolvimento voltado para todos os brasileiros, principalmente para a esmagadora maioria que sofre as injustiças da realidade atual.

Não buscamos uma sociedade sem segurança. Achamos que a sociedade necessita de segurança. A segurança, porém, não é um valor absoluto, que se

ponha acima dos valores políticos, econômicos, jurídicos, morais e sociais do País, como querem os atuais donos do poder.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A segurança tem sido, neste últimos quinze anos, o principal motivo do distanciamento entre o Estado e o povo, porque se afivelou à força, à face convulsa dos brasileiros, o estigma da desconfiança.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem! A segurança não deve ser o falso pretexto para esconder a incompetência, a corrupção e a violação dos direitos humanos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A segurança não é a base única do Estado, nem a razão de sua sobrevivência.

A liberdade, sim, é a sustentação que buscamos para trabalhar e produzir em paz. Mas, a liberdade submissa à segurança, a liberdade concedida como favor, essa liberdade será sempre uma mistificação e não o principal componente político da ordem, da tranquilidade e da própria segurança do indivíduo e da sociedade que ele compõe.

A liberdade – conquista de todos os momentos – permite a livre manifestação do pensamento e, via de consequência, o nascimento de novas idéias, de imaginações verdadeiramente criadoras, de soluções pacíficas, democráticas, legais e legítimas para os mais angustiantes problemas, quer sociais, quer políticos, quer econômicos. É ela, a liberdade, que não cerceia o indivíduo, nem o bitola, nem o atrela ao endeusamento de falsos líderes ou lideranças impostas pelo arbítrio.

A segurança nasce da liberdade e as leis democráticas existem, essencialmente, para organizar o Estado e o povo que nele vive, nunca para apenas punir, como geratriz do medo e da covardia.

O indivíduo sente-se seguro, quando seguro está da sua liberdade. (Muito bem!)

Esta, ao contrário da segurança, nos termos em que a segurança está colocada, hoje, no Brasil, é fonte pródiga de progresso e desenvolvimento. Nasceu com o homem e dela o homem jamais abrirá mão, em que pese a força de quantos a negam como um direito inalienável do homem.

O enunciado jurídico de que todos são inocentes até prova em contrário, autocraticamente substituído pelo entendimento vesgo de que todos são culpados, até que possam provar sua inocência, perante os agentes da segurança do Estado, não pode prevalecer por mais tempo.

Não pregamos qualquer desordem. Nem fomos ou somos autores ou somos partícipes daquelas em que se encontra, hoje, o País: a desordem política, a social, a econômica e a jurídica.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O MDB, contudo, só entende a segurança nascida do ventre regenerador da liberdade. De outra forma, será sempre a derivação teratológica de um organismo político infecundo, abismando as verdades democráticas com seu filho-temporão.

O jornalista Roberto de Melo Kujinski, comentando este tema, de apaixonante importância, deu a contribuição altamente positiva de seu pensamento democrático, em forma de apelo – que fazemos nosso, porque é o da Nação: “Quebrems as tábuas caducas onde se lê o lema impotente: Segurança e Desenvolvimento. Os tempos, agora, são outros e outra a divisa: Liberdade e Participação”.

E eu ainda acrescentaria: Liberdade, Participação, Justiça, Desenvolvimento e Paz para todos.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, na primeira linha deste apelo está o MDB.

À ARENA cabe reconhecer que é chegada a hora de somente dizer amém ao povo brasileiro. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

Recessão econômica e concentração de renda

Pronunciado em 26 de abril

Senhor Presidente e Senhores Senadores, associo-me, antes de iniciar o meu pronunciamento, à oração do Senador Dirceu Cardoso sobre o poeta José Sarney, na expectativa de que, agora, quando, deixando a Poesia e entrando no tema econômico, possamos nós trazer um pouco do lirismo do poeta para a realidade da vida brasileira. Que o reconhecimento feito pelo eminente Senador do meu partido ao ilustre poeta José Sarney possa, através do lirismo do poeta, encontrar uma identificação como o Presidente da ARENA e o debate sobre os grandes problemas da economia nacional.

Retornamos a esta tribuna não hesitando em repetir a honra que sentimos em dirigir, mais uma vez, nossa modesta contribuição a cada um dos ilustres e distintos colegas e, sobretudo, ao povo brasileiro, honra esta aliada à satisfação de ainda poder falar da maior tribuna democrática da Nação. E o fazemos e o faremos sempre, pois representamos, como representa a maioria dos membros desta Casa, a síntese da vontade popular e das aspirações dos diversos segmentos da sociedade nacional.

Assim, mais um assunto de suma importância trazemos, repetindo, com muita honra, para exame, apreciação e debate dos nobres Colegas, conhecimento das autoridades responsáveis e da Nação inteira, esta última a quem devemos, fundamentalmente, constantemente, prestar contas dos nossos atos e do nosso trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há vários anos suportamos uma crise econômica que gerou baixas taxas de crescimento, onde os desprivilegiados tornaram-se as maiores vítimas. Esperava-se uma retomada do crescimento como uma das poucas formas de combater a miséria e o desemprego. Lança-se, todavia, a economia nacional na recessão através de medidas restritivas.

Quando a Nação, com uma das concentrações de renda mais altas do Mundo (chegando seu coeficiente a cerca de 0,6), esperava uma política salarial aberta e capaz de, progressivamente, eliminar as injustiças acumuladas em 15 anos de “arrocho”, presencia-se exatamente o inverso: é o Ministro do Planejamento impondo, aos 700.000 metalúrgicos do ABC – praticamente 10% do operariado industrial brasileiro, o teto de 63% inarredáveis, paralelamente à ameaça aos empresários em acionar o Conselho Interministerial de Preços (CIP) aqueles

que ousassem ultrapassar este “limite ministerial”. Por 2% a mais, cria-se um pretexto para intervir em um sindicato cuja legitimidade e investidura de seus líderes não pode ser, sequer, comparada com a legitimidade de qualquer dos atuais governantes para os cargos que estão ocupando. Presencia-se a inversão da lei: os ilegítimos cassam os legítimos. Depois, surge a mais injusta e sórdida ameaça à classe trabalhadora de um País pobre, para que o desenvolvimento seria uma imposição nacional: acena-se com o desemprego para frear as reivindicações dos sindicatos, forçando-se, com a recessão, o aumento do desemprego! Assim, da forma mais injusta e vil, procura-se coibir a tentativa do povo brasileiro de recuperar aqueles salários concentrados, durante mais de uma década, nas mãos de uma minoria, através dos próprios mecanismos públicos. O próprio Governo de São Paulo inicia essa injustificável e anti-social política, concedendo aumentos através da odiosa prática das demissões.

É a imprensa que publica, Sr. Presidente, é a revista *Veja* que afirma: “E quanto ao possível crescimento do movimento sindical? Uma alta fonte militar garantiu a *Veja*, na semana passada, que não haveria maiores preocupações. Pode anotar aí – disse – até o final do ano, estas greves diminuirão ou mesmo deixarão de existir. A economia brasileira sofrerá um forte desaquecimento e a perspectiva de desemprego diminuirá os ânimos dos sindicatos”.

O desaquecimento, o medo de perder o emprego determinará que os sindicatos arrefeçam os seus ânimos, não porque melhoraram os seus salários, mas pela política de temor, pela política de ameaça que paira sobre os empregos ainda ínfimos que possuem. Acrescenta, ainda, a revista: “O pessoal de São Paulo precisa descobrir o que é conviver com o desemprego de 6% a 7%”, referindo-se a outra influente autoridade federal.

E é o *Estado de S. Paulo* que publica: “O Governo pode partir para a demissão dos seus funcionários”.

O Secretário de Planejamento de São Paulo, Rubens Vaz da Costa, anunciou, ontem, que o Governo paulista decidiu demitir parte do funcionalismo estadual e realizar apenas obras indispensáveis, diante das dificuldades para compatibilizar os recursos orçamentários com a concessão do aumento dos servidores públicos.”

É o mesmo Governo de São Paulo que, em meio a uma crise do próprio funcionalismo público, oferece, no aniversário da ilustre primeira dama daquele Estado, uma das festas mais extraordinárias de que se tem notícia na capital paulista. Ameaça, no entanto, demitir funcionário público porque o Tesouro do Estado não está em condições de conceder aumento.

Falar-se em abertura, em nova legislação trabalhista, em negociações diretas, com o Governo agindo como árbitro, em recuperação do poder aquisitivo, em desconcentração das rendas e, ao mesmo tempo, agir desta forma, interferindo nos sindicatos, ameaçando os empresários com o CIP, e os operários com a polícia e o desemprego, torna-se a pior prática do cinismo e da hipocrisia públi-

ca. E, em nome de quê? De um pretense efeito inflacionário dos salários, quando todos nós sabemos que a participação dos salários nos valores diretos da produção da indústria de transformação está em torno de 9%, acentue-se, 9%, conforme os próprios dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, publicado em fins de 1978. Seria, pois, este sub-sub-item a causa da inflação? Ou talvez coubesse ao Governo utilizar toda esta energia repressiva na direção do sistema financeiro, hoje responsável por quase 20% do custo direto da produção da indústria de transformação?

Trata-se de um dos documentos mais sérios e mais graves de que tenho conhecimento. Aqui está, na revista *Exame*, o relatório da FIESP, onde ela mostra o crescente esvaziamento na participação do item salário no custo da produção. E demonstra, de forma cabal, por exemplo, no setor de minerais não-metálicos, que, no ano de 1962 o item salário significava 21,45% do custo da produção; em 1964, baixou para 19,59%; em 1966, baixou para 16,23%; em 1974, baixou para 14,23%: de 21,45%, em 1962, baixou para 14,23%, em 1975.

Na metalurgia, o significado do salário no custo da produção era de 26,91%, em 1966; baixou para 15,38%, em 1970; para 12,91%, em 1972, e para 9,16%, em 1975.

Material de transporte – era 14,71%, em 1966; baixou para 13,84%, em 1968; para 12,91%, em 1972, para 7,23, em 1974 e, para 6,65%, em 1975.

Papel e papelão – era 13,32%, a participação do salário no custo da produção em 1964; baixou para 10,50%, em 1966, para 10,29%, em 1968, para 10,09%, em 1973; para 7,94%, em 1974, e para 7,73%, em 1975.

A indústria química – era 9,32%, em 1962; baixou para 8,36%, em 1972; para 4,19%, em 1974, e 3,88%, em 1975.

Produtos de matérias plásticas – era 13,50%, em 1962; baixou para 10,43%, em 1975.

Têxtil – era 12,93%, em 1962; baixou para 8,61%, em 1975.

Alimentação – era 6,41%, em 1962; baixou para 4,59%, em 1975.

OS SALÁRIOS

E, lá a Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul fez um levantamento sobre o nível, a média dos salários dos trabalhadores do Rio Grande do Sul e chegou à conclusão de que 62% dos trabalhadores da indústria de alimentação do Rio Grande do Sul ganham até um salário mínimo por mês. No entanto, Srs. Senadores, a participação, o percentual do salário no custo da produção da Alimentação é de 4,59%!

Total das Indústrias de Transformação: em 1962, a participação do salário na indústria era de 12,82%; baixou para 11,66% em 1978; baixou para 9,55% em 1974; é de 9,01% em 1975. Isso significa que a participação do salário na

indústria, nos produtos industriais é de exatamente 9,01%, quando há empresas industriais em que a participação no setor financeiro, em que os juros e a correção monetária chegam a 20%.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E o Governo está preocupado só com o problema salarial, uma vez que este problema seria, na opinião do Governo, o único responsável pelo aumento do custo de vida. Aí está mais do que provado que, na indústria, setor dos mais importantes, e se nós olharmos para o comércio também, o percentual de participação é ainda menor, porque, nas grandes usinas, nos grandes magazines, nos grandes supermercados, um número ínfimo de funcionários atende e vende em produção muito maior. Verificamos, então, que a afirmativa de que o salário é o grande responsável pela inflação, quando é apenas 10% responsável. E, no entanto, toda a política governamental é de arrocho em cima da classe salarial.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com o maior prazer, nobre Líder.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – V. Ex^a está tocando num aspecto verdadeiramente dramático e a comparação a que aludiu V. Ex^a, das despesas salariais com as despesas financeiras constituem uma acusação e um desafio. Acusação à política oficial, que de longa data vem sendo praticada e que resultou nisso: empresas industriais e comerciais, cada vez mais asfixiadas pelos ônus de caráter financeiro. Enquanto isso ocorre, o componente salarial a minguar, no quadro das despesas gerais das empresas brasileiros.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Muito obrigado pela precisão e pela lógica do argumento do meu nobre Líder, irrespondível por parte de quem quer que seja.

Quando a Nação já incorporou, em sua consciência técnica, o fato de que o processo inflacionário tem se acelerado sempre que as taxas de crescimento caem e, diminuindo seu ritmo quando o crescimento se acelera, vale dizer, que só o crescimento poderá, de forma segura, forçar a inflação para baixo. Quando esta mesma Nação aguardava o combate seletivo das causas inflacionárias, decide-se implantar a mais anti-social política de controle inflacionário, ou seja, a recessão. Sabedores que somos todos nós de que, por circunstâncias que não cabe aqui discutir, no setor financeiro onde atualmente são alcançados os mais espetaculares resultados e, nele mesmo, se localizam as causas básicas da espiral dos preços, era consenso da Nação que nele se iniciasse uma política de contenção da inflação.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Ainda vale a pena lembrar um outro fato doloroso. Neste mundo financeiro, o Governo, não o atual, natural-

mente, mas o Governo, despejou alguns bilhões de cruzeiros, mas despejou num buraco sem fundo. Confessadamente, bilhões de cruzeiros foram jogados e perdidos, mais de vinte bilhões de cruzeiros. Este é um outro dado que está aí para que se pergunte se alguém do Governo tem o poder e o direito de jogar fora dinheiro que lhe não pertence, mas à Nação brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a, com a capacidade que tem, está a afirmar aquilo que contém no meu discurso. V. Ex^a, realmente, tocou num ponto fundamental: para certos setores, sobra dinheiro; para outros...

O Sr Paulo Brossard (MDB – RS) – Para os setores mais lucrativos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Mais uma vez a surpresa não se faz esperar: forma os assalariados os escolhidos, já através do aumento da retenção do Imposto de Renda na fonte, retenção essa, sabidamente, inconstitucional, como tantas vezes foi afirmado desta tribuna, por tantos Senadores.

Caberia aqui apenas citar uma passagem de uma das revistas econômicas mais divulgadas no País, a revista *Exame*, em sua última edição de fevereiro: “mais uma vez o Governo optou pelo casuísmo e pela solução fácil (embora nem por isso mais justa), escudado num poder de arbítrio que a extinção do AI-5 não parece ter eliminado. Caso contrário” – V. Ex^a, Senador Paulo Brossard, acabou de afirmar – “como explicar que o mesmo Governo, que gastou mais de 20 bilhões de cruzeiros para “sanear” mercado financeiro, tenha de recorrer a medidas extraordinárias para fazer face a uma despesa adicional de 1,5 bilhão de cruzeiros? Como explicar, também, que o ônus das medidas, agora adotadas, tenha recaído sobre os assalariados? Eram as primeiras medidas que uma mesma equipe de Governo estabelecia, de um lado, ao apagar de luzes, para retomá-las no início de uma “nova” gestão.”

Está aqui a revista e está aqui a sua afirmativa:

AS EXPLICAÇÕES QUE FALTARAM PARA O AUMENTO DO I.R. NA FONTE

Por melhores que fossem as razões apresentadas pelo Ministro da Fazenda para justificar o aumento das alíquotas do Imposto de Renda descontado na fonte e do IPI incidente sobre os automóveis (e não foram), ainda assim elas não seriam suficientes para desfazer a impressão de que, mais uma vez, o Governo optou pelo casuísmo e pela solução fácil (embora nem por isso mais justa), escudado num poder de arbítrio que a extinção do AI-5 não parece ter eliminado.

Caso contrário, como explicar que o mesmo Governo, que gastou mais de 20 bilhões de cruzeiros para “sanear” o mercado financeiro, tenha que recorrer a medidas extraordinárias para fazer face a uma despesa adicional de 1,5 bilhão de cruzeiros? Como explicar que o Governo não tenha se socorrido da reserva de contingência, prevista no Orçamento Monetário exatamente para situações desse tipo? Como explicar, ainda, que o Governo precise lançar mão de recursos

extraordinários para cobrir o aumento concedido ao funcionalismo, quando não permite que as indústrias incluam os aumentos concedidos acima dos índices oficiais no custo de seus produtos? Como explicar, também, que o ônus maior das medidas, agora adotadas, tenha recaído sobre os assalariados? E, quanto mais não for, por uma questão de lógica – como explicar que o aumento das alíquotas do IPI tenha atingido apenas os automóveis?”

Mas, o combate à inflação não teria, nesta adicional mediada anti-social, sua única expressão marcante.

Sabe-se que, nos últimos três anos, de 1976 a 1978, os investimentos privados aprovados no conselho de desenvolvimento Industrial têm caído vertiginosamente: a *Gazeta Mercantil*, na sua edição de 14 de novembro último, prevê que, “a partir de 1980, deverão começar a aparecer sinais indicativos de uma desaceleração industrial, com implicações imediatas na redução da oferta de emprego. Esta – continua a notícia – será uma conseqüência direta da queda constante, desde 1975, da taxa de investimentos em capital fixo, no País”.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo prazer.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, é para solicitar uma informação a respeito dos dados a que V. Ex^a se referiu, logo no início do seu discurso...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – São da Federação das Indústrias de São Paulo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a está se referindo ao percentual...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Exato. O percentual da participação do salário no custo dos produtos. Deve ter surpreendido a V. Ex^a. A mim também surpreendeu.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não é isso, Senador. É porque não conhecíamos esses dados, nos passou despercebida a referência que V. Ex^a fez.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Terei o prazer de passar cópia a V. Ex^a: “Negócios em exame”, 6-12-78, pág. 23. “Salários, a tática da FIESP para repassar os aumentos”.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Muito obrigado. A segunda parte da minha intervenção, Sr. Senador, é no momento em que V. Ex^a faz uma previsão apocalíptica e, por antecipação...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não. Não. Apenas um equívoco de V. Ex^a. Estou apenas me restringindo a ler e trazendo exatamente...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Mas V. Ex^a não concorda, então?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não. Estou chamando a atenção da Casa para os números que são dados, porque não é previsão. São números

que a *Gazeta Mercantil* apresenta. Darei os números, logo mais, a V. Ex^a.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Achei que V. Ex^a, ao ler, partilhava as idéias contidas no texto.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – De outra sorte, a previsão não é do orador e, sim, da *Gazeta*.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Sim. Na medida em que o orador traz à colação o texto, que é do órgão...

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – A *Gazeta* é um órgão idôneo. Pelo menos como objeto de discussão é um órgão sério.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não discuto isso. Apenas declarei que o nobre Senador não concorda com os números...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não estou dizendo que não concordo. Estou dizendo – e chamo a atenção de V. Ex^a – que tenho a obrigação de trazer a esta Casa a minha preocupação, porque não são afirmativas, são números, o que a *Gazeta* apresenta. Terei o prazer de lê-los a V. Ex^a, dentro em breve.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Não, V. Ex^a vai ter o desprazer.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Tem razão. Será um desprazer. Concordo com V. Ex^a. Será um desprazer, me socorre, em boa hora, meu Líder. Mas, terei o prazer de acrescentar aos Anais os números que a *Gazeta* apresenta.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Senador, perceba: não importa sejam os números de V. Ex^a ou sejam os números da *Gazeta*. O Senador Roberto Saturnino, ontem, aqui, nos brindou com notável discurso, e as antevistas apocalípticas do MDB, com relação ao futuro do País me fizeram, ontem, aqui, recordar uma passagem parlamentar da velha banda de música da antiga UDN, quando previa...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – As informações que se têm é que a banda de música da UDN está toda no Governo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Senador, perceba: a velha banda de música...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Está tudo no Governo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Esta banda de música da UDN, quando vociferava contra a transferência da Capital para Brasília, para o Planalto Central, os argumentos fundamentais de sua ação parlamentar eram *ipsis verbis* os mesmos trazidos ontem pelo Senador Roberto Saturnino e, hoje, pelo Senador Pedro Simon, de que o País estava à beira do abismo, que o País era inviável. E, no entanto, está aí: uma esplendorosa realidade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E 43 bilhões de dívida externa.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – O País superou dificuldades...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E 20 bilhões para sanear o mercado financeiro. Não é essa a realidade a que V. Ex^a se refere?

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Mas, V. Ex^a não me deixa aparteá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo o prazer. Com todo o prazer.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não é próprio dos gaúchos esse toque de pessimismo nas suas afirmações. Ao contrário, os gaúchos enriqueceram e inundaram a História do Brasil com largos gestos de compreensão, de generosidade e, sobretudo, de visão perspectiva do País.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Quando V. Ex^a falou enriqueceram, eu ia ficar satisfeito. V. Ex^a disse que o Rio Grande do Sul está enriquecendo. Não. Pode ter enriquecido em gestos, mas está empobrecendo a cada dia.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Há tantos anos...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Está empobrecendo a cada dia, Senador.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Há tantos anos, Presidentes gaúchos têm derramado as cornucópias do poder sobre o seu Estado...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Os três últimos, lhe garanto que nada, Senador.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – ... no que fizeram muito bem, e eu aplaudo isso.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Que não tenham feito nada pelo Rio Grande do Sul?

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Nós mineiros, de longa data, somos profundos e intensos admiradores dos gaúchos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Os três últimos Presidentes não fizeram pelo Rio Grande do Sul dez por cento do que o Dr. Juscelino fez por Minas Gerais.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – De qualquer maneira, Senador Pedro Simon, o que realmente nos preocupa – e o debate que ontem foi travado aqui, certamente, será prosseguido hoje – de que forma nós não podemos aceitar, pelo menos passivamente, o toque pessimista e melancólico que o MDB coloca na análise que faz do País. Afinal de contas, o Governo, ao estabelecer uma linha de combate à inflação, não buscou a recessão, e isso está demonstrado, de maneira cabal e definitiva; não procurou reduzir o ímpeto do crescimento e do desenvolvimento do País; está buscando encontrar formas para solucionar um problema que, de resto é grave, é difícil e tem desafiado não só aqui como em todos os países do mundo. Grato a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Muito obrigado. Só quero esclarecer a V. Ex^a – tanto em relação ao Senador Roberto Saturnino quanto a mim – que a análise que possamos fazer, de cunho pessimista, não se restringe ao

Brasil. Fique V. Ex^a tranqüilo quanto a isso. O Senador Roberto Saturnino e eu estamos extraordinariamente otimistas quanto ao futuro deste País. O nosso pessimismo é com relação às medidas adotadas por este Governo. O que há de mal neste País é querer identificar a Nação com o Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A Nação somos todos nós. Todos nós somos a Nação brasileira e temos a mais absoluta confiança nesta Nação, apesar deste Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Permite-me, o nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Aliás, é lamentável que o eminente Parlamentar tenha procurado desviar o fio do seu discurso, que é um discurso de rigorosa objetividade, que está trazendo dados positivos perturbadores. Até o ano passado, quando a Oposição, nesta Casa, formulava críticas à situação econômica, à situação social do País, a resposta que vinha do lado governamental era sempre a mesma, era estereotipada. Nós éramos pessimistas, nós éramos derrotistas... Mas, agora, o próprio Governo reconhece que o País atravessa uma situação de grave crise. O atual Governo reconhece isto. Este é o fato.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Permite V. Ex^a uma intervenção paralela, Sr. Paulo Brossard?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Apenas observo que eu fico aqui, com a *Gazeta Mercantil* à mão. Até pelo respeito que tenho por este jornal, tenho a obrigação de lê-lo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não queria perturbar esse colóquio gaúcho, mas gostaria de prestar um pequeno esclarecimento.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O Senador Paulo Brossard é, hoje, antes de Senador gaúcho, o Líder da Oposição do Brasil inteiro nesta Casa.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – E V. Ex^a, também.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Eu sou apenas um representante do Rio Grande do Sul.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não queira V. Ex^a se colocar numa posição de modéstia, nós todos o respeitamos como um grande líder nacional. O Presidente Geisel, em 1977, em Belo Horizonte, no dia 1º de maio, fez uma das mais sérias objurgatórias à inflação considerando-a um grande mal, para cujo combate ele convocava todas as forças do País. Isto já em 1977.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Então, ele se revelou um incapaz governante, porque, ao passar o Governo, em março deste ano, a taxa inflacionária tinha chegado à casa de 15%, em três meses, sendo que, só no mês de março, foi de quase 6%.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E todas as empresas do Governo acompanharam essa inflação.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Ao contrário, mostrou-se um Presidente capaz, pois governou com seriedade, com dignidade, com probidade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com o “pacote”...

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Está aí a Ferrovia do Aço, como um exemplo; aí está o “pacote de abril”, aí está a SUDENE, aí está a agiotagem, como um exemplo. Foi o Governo que instituiu a agiotagem, neste País, como a mais próspera das indústrias nacionais.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Infelizmente, o Governo do General Geisel fez isso, nobre Senador Murilo Badaró. Dizia eu da tribuna da minha modesta Assembléia do Rio Grande do Sul: se não tomasse uma posição – como não tomou – passaria a ser conhecido, na História, no futuro, como o governo do “pacote de abril”. Infelizmente, o Governo Geisel é o governo do “pacote de abril”.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Muito mais importante que o julgamento precipitado de V. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Será o julgamento da História, tenha V. Ex^a a certeza.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Será o julgamento da História que, certamente, irá absolvê-lo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O julgamento da História não será feito pelos beneficiados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha).

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – O governo do “pacote”, o Governo dos “biônicos”.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – A História não julga com passionalismo nem radicalismo.

(Cruzam-se apartes).

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A História nos revelou que, nos regimes de exceção, não são os defensores intransigentes da exceção que fazem a história desses governos. Na época de Hitler, só se conheciam, na Alemanha, os milagres do Governo de Hitler. Na época de Stalin, só se conheciam, na Rússia, os milagres de Stalin. Mas, quando ambos caíram, quando a realidade se pôde conhecer, quando os historiadores puderam falar, os fatos apareceram. Não serão os beneficiados do Governo Geisel, não serão os apaniguados do Governo Figueiredo, não serão os acostumados a bater palmas, permanentemente, a tudo e a todos que haverão de contar, para o futuro, a história do governo que aí está. *(Muito bem!)* Não serão eles. Poderemos não sermos nós, os homens de Oposição, mas tenho a certeza absoluta de que muito pouca diferença haverá entre a lin-

guagem da Oposição de hoje e a linguagem livre dos historiadores, que, à distância, sem a repressão, haverão de fazer o estudo dos momentos que estamos vivendo agora.

Mas, eu estava falando da *Gazeta Mercantil*, citando trechos textuais deste jornal. Diz esse órgão, que me parece insuspeito, sem nenhuma ligação com a Oposição, com o MDB nacional.

De fato, em termos reais, os investimentos aprovados pelo CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial, em 1977, representaram 30% daqueles aprovados em 1976, e, em 1978, repetiu-se esta mesma substancial redução, o que nos faz, sem dificuldade, antever fortes tendências recessivas, no setor privado, a partir deste ano, e, especialmente, no próximo.

Ora, diante deste quadro, uma alternativa não poderíamos prever que uma atitude pelo menos compensatória do Setor Público, cuja função, nestes casos, seria a de diminuir os efeitos cíclicos. Mas, uma vez mais, surpreendemos o casuismo do Governo, a curto prazo, que, em nome do combate à inflação, corta mais de 20% de recursos do Orçamento Federal, vale dizer: mais da metade dos investimentos para 1979, o que não nos dificulta antever o agravamento ainda maior da crise econômica que se espera a partir do segundo semestre deste ano e, especialmente, a partir de 1980. E, neste particular, caberia apenas lembrar que, hoje, o Estado é responsável – entre administração direta, indireta e empresas estatais – por, aproximadamente, 60% dos investimentos totais realizados no País.

Está aqui a *Gazeta Mercantil* de 14 de abril de 1978, que afirma esses dados e faz exatamente esta previsão.

Sem dúvida alguma, não serão os banqueiros, as grandes empresas, especialmente as multinacionais as que serão atingidas por uma política recessiva, mas as empresas nacionais, médias e pequenas, a agricultura e, especialmente, o povo, as maiorias, sempre as vítimas preferidas para arcar com os ônus dos desmandos econômicos, desmandos estes que geraram casos como o do Banco Econômico, o *Lufftalla*, *Light* e outros tantos, que beneficiaram minorias nacionais e estrangeiras.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com muito prazer.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Nobre Senador, este Plenário deve estar consciente de que o volume de investimentos feitos no País jamais poderia ser julgado pelo volume de recursos aplicados em um determinado setor ou em algum tipo particular de indústria. O investimento deverá ser medido pelo total das aplicações realmente feitas, número do qual V. Ex^a já dispõe, para todos os anos, inclusive com a previsão para o ano de 1978. Ora, analisados esses dados, não consta ter havido queda na taxa de investimento, entre 1977 e 1978. Se não me engano, essa taxa permaneceu a mesma, ao nível de 21,8%. Esses dados são do conhecimento público e estão registrados nos documentos oficiais.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Naturalmente, era o próximo relato que eu faria.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Significa que não há lugar para esse pessimismo de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Era o próximo relato...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a já esta fazendo esse relato...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – ... que eu faria, baseado na mesma *Gazeta Mercantil*.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Também estou citando dados oficiais.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O valor dos investimentos aprovados pelo CDI deve cair 56,2%, este ano.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a sabe que o CDI registra apenas os projetos que necessitam de determinados tipos de incentivos. Isso, absolutamente, não representa o investimento global e nem mesmo os projetos incentivados no País, parque, para o Nordeste e para a Amazônia esses são aprovados por outros Conselhos. Esses dados a que V. Ex^a se refere não servem, portanto, para tirar a conclusão que V. Ex^a está tirando. O povo brasileiro deve ser informado com base em mais segurança. Jamais poderia V. Ex^a usar, nesse caso, um dado parcial. Seria conveniente se referir ao dado global de investimento. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – Permite V. Ex^a um aparte.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RS) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz informações muito objetivas. É óbvio que os investimentos aprovados pelo CDI – pelo menos o que se passa no setor industrial e como há vinculação entre o setor industrial e os demais setores econômicos – é óbvio, também, que o dado do CDI é um dado importantíssimo, como indicador do que se passa na economia. Mas, o Senador José Lins quer sustentar que a taxa de investimento global não tem caído. Mas tem caído. E, no meu discurso de ontem, – lamentavelmente S. Ex^a não estava aqui – indiquei esse dado: a queda da taxa de investimento, no triênio 1974/1976, para o triênio 1976/1978 caiu, se não me engano, de 24% para 22%. E, com uma agravante: exatamente o setor industrial é o que está caindo mais, refletindo, nos dados que V. Ex^a traz, com muita objetividade, a esta Casa. Então, o que esperamos, da parte da bancada da ARENA, é uma justificativa, uma explicação para esses dados, algo que, realmente, nos tranquilize. V. Ex^a diz muito bem – está trazendo a esta Casa uma preocupação que decore da leitura, do conhecimento desses dados objetivos. E, o que nós esperamos da Bancada do Governo é que nos tranquilize, de alguma forma, com alguma explicação, ou abrindo perspectivas que nós, lamentavelmente, não conseguimos ver para uma evolução da economia brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Um instante, nobre Senador. Logo mais darei o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Pois não. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Continuando, Sr. Presidente.

Mas, o acúmulo de erros econômicos e dos prejuízos sociais, em nome do combate à inflação, não pára por aí. A lista seria por demais extensa. Citemos dois casos: o primeiro é a limitação do Crédito ao Consumidor, em seus prazos, encurtados drasticamente, sob a alegação de impedir a expansão do crédito e a generalização de taxas elevadas. Na realidade, uma decisão em benefício das grandes cadeias, é mais um elemento na elevação dos custos do Crédito ao Consumidor, exatamente o oposto ao que a medida pretendia justificar. Senão, vejamos: ao serem bloqueadas as operações acima de determinados prazos, junto ao sistema bancário, não restou, à pequena e média empresa comercial senão ajustar-se à nova política, enquanto as grandes cadeias, por disporem de recursos próprios, para acrescentarem aos obtidos na rede bancária, ficam isoladas no mercado, sem concorrência, operando nos mesmos prazos, mas, agora, com maior liberdade nos juros a serem cobrados. Indiscutivelmente, uma manobra que foi lesiva ao consumidor, inflacionária e discriminatória, beneficiando a multinacional e a grande empresa. O segundo, mais recente ainda, foi o aparentemente meritório acordo realizado com os supermercados, através do qual ficaram congelados os preços dos produtos primários, pelo prazo de 60 dias. Mais uma vez, a operação altamente duvidosa, em primeiro lugar aos produtores rurais, a curto prazo, e, em segundo lugar aos próprios consumidores, a médio prazo.

Exatamente no momento em que os produtores rurais, depois das intempéries que assolam o País, se preparavam para a comercialização das mingua-das safras de arroz, feijão, milho e outros produtos escassos, o Governo reúne os intermediários e estabelece um acordo oligopolístico de compra, – chamado, na teoria econômica, de oligopsônio – através do qual se dá alguns dias para a remarcação de preços – o fatídico dia 11 de abril – para, após, impedir os justos preços dos produtos primários. Os próximos passos não se constituirão em surpresa. Os intermediários formarão amplos estoques, a baixos preços, às custas dos produtores, para, após 60 dias, em nome da inevitabilidade e com base nos seus “bons propósitos” anteriores, remarcarem preços, acumulando lucros às expensas dos consumidores, quando o justo teria sido o estabelecimento de mecanismos capazes de diminuir os custos intermediários entre os produtores e consumidores, não criando desestímulos aos primeiros, nem preços insuportáveis aos segundos.

Uma política desta natureza não apresentaria problemas econômicos e, muito menos, de aplicabilidade, pois resultaria, simplesmente, do tabelamento das

margens de comercialização, o que seria extremamente simples, dado conhecermos o preço de venda dos produtos. Contudo, não foi este o caminho escolhido.

Tenho aqui o Editorial Econômico do *Correio do Povo*, conhecido e respeitável órgão de imprensa do meu Estado. Eis a manchete:

Congelamento – Golpe de Mestre de Delfim

E, como o acordo estipula vigência de 60 dias, neste mês e em maio, o pouco que os agricultores colheram, em decorrência das secas do Sul, e enchen-tes no Centro-Norte, terá de ser vendido dentro dos parâmetros resultantes da estabilização dos preços finais de venda aos consumidores.

Essas vozes concordam que os consumidores serão beneficiados, “mas só durante dois meses, porque, depois, certamente os preços voltarão a se “acomodar” dentro da atual conjuntura inflacionária”. Uma fonte categorizada disse ser “muito sintomática” a concordância do setor da industrialização e comercialização agropecuária com a medida estipulada pelo Governo.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS – Concederei o aparte, primeiramente, ao Sr. José Lins, que já o havia solicitado.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Nobre Senador Pedro Simon, perdi, de certa forma, a oportunidade de dar melhor explicação sobre os investimentos do País. Discordo do pensamento do Senador Roberto Saturnino, quando diz que o volume de projetos aprovados no CDI representa bem a tendência dos investimentos do País. Quando muito, representaria a posição dos investimentos incentivados, e mais nada. Em segundo lugar, há uma explicação importante que deve ser levada em conta, quando se analisa a estatização da taxa de investimento. Repito que não houve queda dessa taxa, nos dois últimos anos. Mas, mesmo essa estabilização poderá ser, em parte, explicada pelo volume maior de recursos destinados a uma melhor distribuição de renda no País, para cujos programas houve uma grande tendência, no Governo do Presidente Geisel. V. Ex^a sabe que os orçamentos sociais têm crescido mais do que o orçamento como um todo.

Ainda ontem – notícia de jornal por notícia de jornal – ouvi uma declaração de imprensa falada de que o orçamento do INPS é, hoje, praticamente igual ao do País. Quanto ao problema levantado por V. Ex^a sobre o tabelamento dos preços, o fato é que a Oposição sempre levanta questões que estão no domínio da conjectura e da quimera. Fala porque o Governo toma providência para que os custos não subam. E fala mais ainda se o Governo não toma providências. Do ponto de vista da lógica, jamais se poderia concluir que o tabelamento do preço de venda virá, forçosamente, em detrimento do produtor. V. Ex^a sabe, e esta Casa assistiu, por vários de seus Membros, a exposição feita pelo Sr. Ministro da Agricultura sobre o seu pensamento. É questão prioritária para o Governo a defesa da

economia do produtor rural, pela adoção de medidas que normalizem a distribuição dos lucros, hoje, realmente, distorcida, na área de produtos primários.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Podemos, nobre Senador – e V. Ex^a está cometendo um equívoco – discutir tabelamento. Podemos discutir, mas, em termos definitivos. Discutir, em termos, uma política oficial do Governo, voltada para os artigos essenciais do povo. Mas, não por dois meses, não num casuismo de dois meses. Se fosse uma política adotada pelo Governo, por exemplo: o Governo resolveu: arroz, feijão, batata, açúcar, café, transporte são artigos essenciais e, permanentemente, terão a intervenção do Governo. Não tem problemas. Agora, por sessenta dias, nobre Senador, numa época como esta, numa época de venda do artigo primário, para, daqui a sessenta dias... Onde está o óleo de soja? Onde está o óleo de soja que ninguém o encontra em lugar nenhum, em supermercado nenhum? Repare V. Ex^a que as manchetes são uma só: não há óleo de soja. Garanto a V. Ex^a que, sessenta e um dias depois do acordo de cavalheiros, o óleo de soja aparecerá com um novo preço.

Aliás, nobre Senador, seria uma política a ser feita. Quando Lula quis discutir com a classe patronal e com o Ministro, intervenção nele! Agora, com os ilustres empresários, com os homens da usura no crédito financeiro, com os homens dos supermercados, acordo de cavalheiros.

Com os homens da usura, acordo de cavalheiros; com os homens dos supermercados, acordo de cavalheiros; com o Lula, intervenção nele. E ele que fique contente só com a intervenção, porque pode vir coisa mais séria.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Para os bancos, apelo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É um tipo de política, nobre Senador, é esse tipo de política. V. Ex^a fez uma afirmativa muito séria, ao MDB: se o Governo se preocupa em tabelar, é criticado; se não tabela, é criticado.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Mas, essa é uma realidade que se vê aqui, todos os dias e a todo momento, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pode V. Ex^a ficar tranqüilo: no dia em que existir uma democracia e que nós não tivermos meia dúzia de tecnocratas que, longe da voz da Nação, sem ouvir os empresários, sem ouvir os operários, sem ouvir os políticos, sem ouvir a ARENA, sem ouvir o MDB, se considerem gênios, lançando, a cada dois meses, pacotes – que poderiam chamar de embrulhos muito mal feitos – no dia em que a Nação e este Congresso puderem participar do debate, do encontro das medidas econômicas e sociais, V. Ex^a terá a Bancada do MDB sentada à mesa para um tabelamento, mas um tabelamento real, um tabelamento sério, que vise, permanentemente, olhar para a figura do operário e do trabalhador brasileiros.

Não é essa medida, nobre Senador, V. Ex^a sabe que não será essa medida que resolverá o problema da economia brasileira.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – O que, na realidade, V. Ex^a está querendo substituir é a intenção do Governo pela própria intenção de V. Ex^a. Não vejo nenhum mal e nem acredito que economista algum considerasse totalmente fora de propósito o tabelamento de preços ou um acordo de cavalheiros por dois meses. Não há, na escolha desse prazo, nenhuma contradição com o objetivo visado. Apenas, nobre Senador, V. Ex^a se contrapõe à medida e, sem nenhuma lógica, chega a conclusões a que, de qualquer modo, quer chegar. Era isso que eu queria dizer a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Entendo, apenas, nobre Senador, que, no regime capitalista que este País escolheu, o que deve existir são as normas de legislação sobre a economia. Na boa intenção, nobre Senador, não se resolve problema nenhum; na base do acordo de cavalheiros, nobre Senador, o que vai acontecer é a política normal de que, quem tem, cada vez quer mais. Agora, V. Ex^a imaginar que os homens das grandes empresas, que controlam os supermercados – algumas delas, a esta altura, multinacionais – vão se preocupar com outra expectativa senão com os lucros que eles poderão ter daqui a dois meses, é V. Ex^a fugir de todas as regras e de todas as normas de um regime capitalista, em qualquer parte do mundo. Não estou prevendo, estou analisando o regime que estamos vivendo. V. Ex^a quer imaginar que um acordo de cavalheiros funcionará acima das estruturas do sistema, me parece um absurdo, com todo respeito a V. Ex^a.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Nobre Senador Pedro Simon, o meu aparte, praticamente, não tem razão de ser. Prestarei, então, apenas um depoimento que jogará por terra a afirmação do Vice-Líder do Governo de que é válido o pacote de dois meses, esse segundo pacote de abril. Apenas 48 horas após ser baixado o pacote, as lavouras rizícolas do meu Estado, que estão agora em fase de ultimação de colheita, tinham perdido o valor em 50 cruzeiros por saca, na lavoura. Mas, dentro de 60 dias, nobre Senador, a produção rizícola do Brasil estará inteiramente nos armazéns dos atravessadores, dos intermediários, dos capitalistas, das multinacionais. E aí sobe.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É o exemplo concreto: e aí sobe. E aí sobe, naturalmente, porque eles tiveram tanta “compreensão”, tanta “boa vontade”, durante 60 dias, que é justo que suba.

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – E, se V. Ex^a quiser comprovar isso, basta ir ao meu Estado.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – É exatamente o que o nobre Senador Pedro Simon declarou.

O Sr. Agenor Maria (MDB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com prazer.

O Sr. Agenor Maria (MDB – RN) – Senador Pedro Simon, é muito oportuno o discurso de V. Ex^a. Quiçá este Congresso, principalmente o Senado, tivesse, todos os dias, debates dessa natureza. O Governo, na realidade não quer resolver o problema de quem produz, neste País. Não que, porque cismou de que ele tem direito a tudo. Veja V. Ex^a o aspecto do ICM. O tributo incide sobre o produto bruto nas mãos do homem do campo, e a taxa tributária que incide sobre este produto é superior ao lucro do produtor. O produto é gravoso: depois de sobrecarregado pelo tributo, ele se torna deficitário. Este é um aspecto. O Governo não baixou o ICM, não falou em baixar o imposto, não tirou o contingenciamento. Enfim, nesta área, o Governo não fez nenhum sacrifício. Ora, se a inflação, em determinados produtos é de custo tributário, e o Governo não baixa o tributo, e o tributo é cobrado *ad valorem*, então o Governo não quer concorrer para facilitar, para resolver o problema. Congratulo-me com V. Ex^a. Acredito que os Líderes do Governo reconhecem que, na realidade, o agricultor, o produtor nacional está jogado à sua própria sorte. Veja V. Ex^a: quando o industrial paga um tributo, goza de um crédito fiscal; quando o comerciante paga o tributo, goza de um crédito fiscal; o agricultor, este não. Este paga tributo quando vende, quando compra e não goza de crédito fiscal nunca. Por que essa aberração? Por que esse paradoxo? Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O aparte é mais do que oportuno. V. Ex^a já fez ampla análise, desta tribuna, dessa matéria. E estamos – V. Ex^a, eu e a Casa – esperando uma análise uma resposta sobre essa situação.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Permite V. Ex^a um aparte para resposta?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O agricultor, após uma perda de, praticamente toda a sua produção, sobre aquilo que sobra na hora em que for vender, sofre a tributação como se estivesse tendo vantagem – e grande vantagem – na sua produção. Está perdendo, está tendo um mínimo para salvar uma parte do prejuízo, e paga como se estivesse obtendo lucros extraordinários.

Paralelamente, quando a Nação aspira a um reforço da produção primária para o mercado interno, procurando coibir a exportação da fome dos brasileiros, surge a anti-medida deste objetivo, ou seja: a aceleração das minidesvalorizações do dólar, o que passará a constituir um estímulo à exportação crescente dos produtos primários, aqueles produtos que faltam à mesa das famílias brasileiras.

Quando todas as grandes nações do mundo forçam, há mais de dois anos, os seus respectivos sistemas financeiros a operar com taxas de juros abaixo da taxa inflacionária e – isso é uma norma, nas grandes nações, exigindo que as taxas bancárias sejam inferiores às taxas inflacionárias, como única forma de jogar as taxas de inflação para baixo, e assim o conseguem – no Brasil, este setor perpassa, intocável, todas essas calamidades econômicas, sendo seus detentores tratados como mandarins de uma pseudo-república. Enquanto, no mundo civilizado...

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Mas, o que é mais, nobre Senador, é a liberação dos juros. Já foi dito, aqui nesta Casa, em nome do Governo, que era uma medida para combater a inflação. Aqui nesta Casa!

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – Onde está a seriedade do Governo?

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Eu não acredito, nobre Senador, que V. Ex^a esteja plenamente consciente do que diz: que, em todo os países, se empresta recursos perdendo dinheiro, a taxas de juros inferiores à inflação.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Em todos os países, não. No Brasil, por exemplo, não.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Dizer que em todos, eu estaria cometendo uma heresia. No Brasil, por exemplo, não.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Esta é uma declaração estranhamento difícil de ser aceita. Pois é exatamente o que V. Ex^a acaba de dizer. Seria bom, talvez, retificar.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – No Brasil, não.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Por outro lado, o Senador Agenor Maria, apresenta como um escândalo, a declaração de que taxas de imposto, no Nordeste, são mais altas que as de lucro. V. Ex^a talvez saiba, mas é sempre bom lembrar, que, em toda a parte, as taxas totais de impostos são superiores às de lucro e, em geral, muito superiores. Esses fatos são importantes para que se possa julgar as coisas com critério e justiça.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Só que, nos regimes capitalistas, por exemplo, a taxa de impostos não incide, como no Brasil que, em determinados ramos da indústria, a participação do salário no custo da produção é 4,4% e a participação do imposto é 50%. O Governo fica com metade; todos os trabalhadores, que produzem, ficam com 4,4%. Não sei, nem no regime capitalista – não falo dos outros – se acontece isso. Honestamente, não sei.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Acredito, nobre Senador. Não dispoenho do dado para maior análise. De qualquer modo, estudá-los-ei com mais vagar. Muito obrigado.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não com todo o prazer.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – Desejo felicitar V. Ex^a pelo discurso que fez, nesta tarde, apontando à Nação graves distorções na política econômico-social do Governo, sob o ponto de vista do Movimento Democrático Brasileiro. E, a propósito do último “pacote” de medidas anunciadas pelo Governo, para combate à inflação, ainda hoje, o Sr. Ministro da Fazenda, Karlos

Rischbieter admitiu que ele foi furado e já anuncia um remendo, visando atingir as financeiras que, como sabe V. Ex^a, ficaram fora das medidas antiinflacionárias adotadas pelo Governo. Então, o Governo pretende, agora, coibir os altos juros das financeiras, no crédito ao consumidor. Isso caracteriza a precipitação oficial, em assunto tão sério.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O aparte de V. Ex^a é da maior importância. Fazia parte do meu pronunciamento, mas V. Ex^a o antecede.

Realmente, a notícia, agora, é importante. Depois de dizer, como diz o Senador Paulo Brossard, que as financeiras nasceram para controlar a inflação, depois do “pacote” – e tenho aqui uma infinidade de recortes: “Rombo no pacote”, “Pacote furado”, “Lojas acham saídas para vendas a crédito”, “Inflação não é só psicológica, é falta de dinheiro mesmo”. Lá do meu Rio Grande do Sul, vem esta: “Indústrias pedem também tabelamento de juros”. Depois de tudo isso, os jornais de hoje afirmam, de forma meio exagerada, talvez, mas é da *Tribuna da Imprensa*:

“AGIOTAS E VIGARISTAS NA MIRA DE RISCHBIETER”

Brasília – O Ministro da Fazenda Karlos Rischbieter admitiu, ontem, que o pacote antiinflacionário está “furado” e, como tentativa de consertá-lo, disse que estão em estudos novas medidas que atingirão os juros cobrados pelas financeiras”.

E *O Estado de S. Paulo*: “Governo tentará limitar os juros cobrados pelas financeiras”.

Reparem que o próprio “pacote” – e, através do próprio Governo – vem dizer o que disse o Senador Roberto Saturnino, ontem: que S. Ex^a acha que foi pessimista, que não foi realista e, no entanto, é o próprio Ministro que reconhece, hoje, o furo do “pacote”. Aliás, há tantos furos, em tanto “pacotes”, a começar pelo de abril, que já estava na hora de começar a reconhecer que esse está furado.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo o prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – V. Ex^a há de convir, como todos os que têm assento nesta Casa e todos aqueles que, com um mínimo de bom senso, acompanham a evolução desse problema, que o Governo, depois de deixar a Nação em suspense, durante quinze ou vinte dias, prometendo algo de terrível, que viria arrasar com a inflação, sai com um conjunto de medidas cognominadas “pacote” ou “caixa de charuto”, como parece que foi a expressão usada pelo Presidente, e que, uma semana depois, reconhece que há “furos” no “pacote”, e que é preciso remendá-lo. Como este Governo pode pretender a confiança da Nação?

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Aí é que está.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – E que qualidade, e que condição é mais importante para o verdadeiro combate à inflação do que o respeito,

a confiança e a credibilidade do Governo perante a Nação, perante os nacionais, perante os concidadãos deste País?

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Nobre Senador Roberto Saturnino, este Governo ainda não entendeu que, ainda que fossem gênios – e não são – meia dúzia de tecnocratas que estão aí querendo substituir a vontade da Nação, e jamais o conseguirão, ainda não entendeu – repito – que só ouvindo a Nação só a Nação participando é que conseguiremos obter bons resultados. Se tivesse havido um debate, se desse debate toda a Nação pudesse ter participado, isso não aconteceria. Mas são meia dúzia de gênios, é o Olimpo falando. Mas, como? Com o Ministro do Planejamento, Dr. Mário Henrique Simonsen, que é um homem superdotado? E tendo mais, agora, à sua esquerda, na missão de “Espírito Santo”, o Sr. Antônio Delfim Neto, e, à direita, o Sr. Karlos Rischbieter? Como essas pessoas vão descer do seu pedestal para ouvir a Nação?

Então, vão acontecer “pacotes” iguais a esse, porque a verdade é uma só. Que ouvisse pelo menos o seu partido. E, falando no seu partido, ainda ontem, no meu Estado recebemos a visita do Presidente da República, que lá está ainda, devendo se dirigir, com uma série de ministros, a Santa Rosa, para inaugurar a colheita da soja. Nesta época de colheita, Sua Excelência está sempre lá. Na hora do debate, não aparece. Isso é normal, é tradição. Sua Excelência não está fazendo nada de novo.

Sua Excelência e comitiva ocuparam andar inteiro do Plaza San Rafael, todas as suítes e todo o andar. As pessoas que lá já estavam tiveram que sair. A viúva do ex-Presidente João Goulart recebeu a determinação de que tinha de mudar-se e preferiu mudar de hotel. A ARENA, a Bancada estadual que tomou atitudes, na minha opinião, as mais respeitáveis e elogiáveis quanto à prorrogação de mandatos dos membros dos diretórios, contra a prorrogação de mandatos de vereadores e prefeitos, contra as eleições indiretas, contra os Senadores indiretos, pela eleição direta para Governadores, para Prefeitos, pediu uma audiência ao Presidente da República. Não conseguiu! Impôs, impôs e conseguiu alguns poucos minutos. No entanto, ontem à noite – acredito ser este um fato inédito na História deste País – o Presidente e a sua equipe jantaram – um jantar fechado – com uma empresa de publicidade do País.

Vejam bem: uma empresa de publicidade, num jantar a portas fechadas. Já deve ser a véspera do projeto que, provavelmente, a ARENA aprove, às 18 horas e 30 minutos, no Congresso Nacional, promovendo a imagem do Governo, que o povo tem o direito de conhecer.

Duvido que haja um fato precedente: O Presidente da República deslocar-se para um Estado, para promover um jantar fechado – com sua equipe de Governo e uma agência de publicidade – para, na minha opinião, talvez iniciar o planejamento do seu Governo, não para resolver problemas, mas para apresentar soluções na televisão e no rádio, porque, nisto, este Governo é genial.

Eu percorri o mundo e vi regimes de exceção. E não conheço propaganda mais bonita, mais perfeita, mais espetacular que a propaganda que o Governo brasileiro sabe fazer de si, do que faz e do que imagina fazer. Pois, se ela já era boa, imagine quando nós passarmos a assisti-la em nossas casas, agora que o próprio Presidente da República, com a sua equipe, está a planejá-la.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Mas, nobre Senador, a verdade é que, se o pacote, na designação do Chefe do Governo, seria uma caixa de charutos, Sua Excelência fez, entretanto, uma pequena revelação: é que pode cair sobre a Nação algo maior, em doses cavalares. Repito, o Chefe do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É um assunto que não compreendo e no qual Sua Excelência é um dos maiores especialistas, neste País.

Quando, no mundo civilizado, se aceita como normal que o sistema financeiro, depois de ter auferido e acumulado incalculáveis resultados do desencadeamento inflacionário, arque, durante um certo período, com prejuízos, como forma de baixar as taxas de preços ou, pelo menos, não com lucro tão excessivo, no Brasil considera-se aceitável tal hipótese, pelo menos até hoje.

Estes exemplos – e outros tantos que os primeiros meses de Governo forma abundantes em nos trazer – já começam a apresentar os seus resultados. Em março, atingimos o maior índice inflacionário mensal dos últimos 15 anos – repito: dos últimos 15 anos: 6% ao mês, chegando-se, no primeiro trimestre, a 14%, o que determinará, para 1979, se o ritmo for mantido, inflação anual superior a 50%. Concomitantemente, aumentam as falências e o Brasil, como resultado de especialização exportadora, inicia importação de produtos primários que superarão as 700 mil toneladas de arroz, 100 mil de feijão, 1,5 milhão de milho, 4,5 milhões de trigo, e mais de 130 mil toneladas de carne! Vale dizer que teremos, em 1979, gastos estimados, em importação de alimentos, superiores a 2 bilhões de dólares ou seja: metade do que gastamos com a importação de petróleo!

Como declarou o Ministro Rischbieter, em fins de março, “prefiro controlar as causas”, mas não afastou a possibilidade de realizar expurgos para o cálculo da correção monetária. Voltaremos, sem dúvida, à época da inflação do chuchu, dos hortigranjeiros, para o que, por sinal, parecem não faltar exímios práticos, na equipe ministerial. Certamente, serão os bons tempos em que a Fundação Getúlio Vargas calculava, judiciosamente, inflações de 15%.

Aliás, a par dessa importação que está aí, de produtos que só o meu Estado do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, produzia para o Brasil inteiro, na época em que o Rio Grande era considerado o celeiro do Brasil – arroz, milho, feijão, carne, produtos tradicionais do meu Rio Grande – ele exporta gente, hoje. De exportador de carne, arroz, feijão, o Rio Grande do Sul passou a exportar gaúchos, não apenas para Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso – que tudo é Brasil – mas, para o Paraguai e a Argentina. Estamos aí, gastando dois bilhões de dólares em produtos que o Brasil poderia, não só produzir para terminar com

a fome dos brasileiros, mas produzir para exportar. É esse o fruto de uma política de produzir para exportar. Produzir soja; soja é o que importa.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Para exportar soja, o Governo dava todas as vantagens. Para produzir soja o Governo dava todas as vantagens. Desapareceu a produção de feijão!

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Desapareceu a produção de milho, desapareceu a suinocultura. E aí está uma safra que sofreu o problema da seca. Lá está o Rio Grande do Sul reduzido a uma realidade: este ano, disse o próprio Governador, está o Estado numa situação de déficit orçamentário de 6,4 bilhões, num orçamento de 19 bilhões.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com muito prazer.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Nobre Senador, creio que, quando o Senador Murilo Badaró se refere ao pessimismo do MDB, realmente, não está dizendo nada de novo, porque...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Assim como, quando eu me referir ao otimismo de V. Ex^a também não me estou referindo a nada de novo.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Se V. Ex^a me permite...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo o prazer.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – O fato é que esse pessimismo não representa nenhuma ajuda ao País. V. Ex^a se refere, no momento, ao problema de importação de gêneros. V. Ex^a sabe quanto temos que progredir, ainda, nesse campo, devido à falha no processo de formação de estoques do País. Mas V. Ex^a sabe que passamos de uma produção da ordem de 10 milhões de toneladas para 24 milhões de toneladas de produção de grãos, aumentando-a mais de duas vezes, quando a população cresceu apenas 56% ou 60%. A importação significa, portanto, que ainda estamos sujeitos aos efeitos das secas, das dificuldades momentâneas, mas significa, também, que o País consome, cada vez mais grãos e alimentos. Volto a repetir, nobre Senador, que esses dados não podem, absolutamente, ser analisados de modo parcial, se quisermos fazer um julgamento justo dos fatos. V. Ex^a teria que fazer referência ao grande aumento de produção de alimentos no Brasil, comparar esse aumento com o crescimento da população e mostrar ao povo brasileiro que o progresso que fizemos foi enorme, durante os anos da Revolução.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Tive que alterar meu discurso de ontem para hoje, para não repetir, aqui, algumas considerações que, com muito mais brilho, muito mais capacidade do que eu, fez, ontem, o Senador Roberto Saturnino. No seu pronunciamento, S. Ex^a Dizia que a produção *per capita*, exatamente dos produtos a que V. Ex^a se referiu, tem diminuído há anos, nobre Senador. Tem diminuído.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Produção *per capita*?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Exatamente, nobre Senador: do milho, do feijão. A produção *per capita* dos produtos a que V. Ex^a tem-se referido tem diminuído, neste País.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Eu estou me referindo – e V. Ex^a não poderá contestar – ao aumento total da produção de alimentos, ao aumento global.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É porque o aumento total da produção brasileira não interessa a V. Ex^a. Tanto não interessa que está aí o controle da natalidade.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Interessa sim. Não interessa a V. Ex^a, que é da Oposição e que apresenta um quadro pessimista. Mas interessa ao povo brasileiro conhecer a realidade de seu País, para poder realmente julgar o que está acontecendo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Nobre Senador, qual é o dado mais importante? V. Ex^a fazer uma afirmativa de que a produção de milho aumentou ou a informação do Senador Roberto Saturnino de que a produção *per capita* do milho diminuiu?

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Isso não é mais importante. O mais importante não é milho, isoladamente, e sim a produção de alimentos como um todo. E essa, com absoluta segurança, cresceu.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Porque V. Ex^a tem condições de comprar, mas o povo brasileiro não é assim...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Não, não é isso. É o lado real, verdadeiro da questão que tem que ser trazido à baila, para que o povo brasileiro não julgue mal, por desconhecimento de causa.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Eu estou realmente confuso, porque assevera o eminente Senador pelo Ceará, cujo nome declino com a simpatia de sempre, Sr. José Lins, que a produção tem aumentado, e aumentado mais do que a população. Agora veja só: anuncia o Governo que haverá importação e grande importação de produtos alimentícios.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Não há contradição nisto. V. Ex^a sabe – e não pode mascarar o fato. Se produzimos quase tudo em quantidade superabundante, mas, se em dado momento, nos falta um produto – a manteiga ou o feijão – convém que o povo não deixe de comer feijão e que se faça troca de soja por feijão ou por manteiga. Isso V. Ex^a sabe.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – Não somente o feijão e a soja. São todos os outros produtos que o Governo anuncia agora: a carne, o arroz!

O Sr. Lázaro Barbosa (MDB – GO) – E o milho, também, importado!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Só falta S. Ex^a dizer, como a Rainha: “Não tem pão? Coma bolo!”

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – A situação é maravilhosa, mas diz o Governo que vai fazer importações maciças de produtos alimentícios.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É, mas o resto vai bem, obrigado!... No pessimismo não estou só, nobre Senador. Estou aqui com o *Zero Hora* de Porto Alegre, um jornal insuspeito, pelo menos a nível de MDB. Uma mesa-redonda só de empresários...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a faz bem em fazer a distinção: a nível do MDB.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não quero dizer a V. Ex^a que é um jornal imparcial, absolutamente imparcial, mas que, se tiver posições favoráveis não serão ao MDB, não tem por que serem ao MDB.

“EMPRESÁRIOS CRITICAM O PACOTE:
NÃO ATINGE AS CAUSAS DA INFLAÇÃO”

O Brasil concentrou todo o mundo na produção de soja. Um país não pode viver exclusivamente disso. Nós dependemos do pequeno produtor que planta feijão, arroz, milho e cria 3 ou 4 cabeças de gado. É esse pessoal que sustenta o Brasil.

O Governo está pagando pelos erros cometidos em sua política econômica e, de modo especial, ao adotar o modelo exportador, segundo adverte, nesta mesa-redonda, um grupo de empresários gaúchos”.

O Sr. Paulo Brossard (MDB – RS) – E somos nós os pessimistas.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É.

“Há 15 anos, nós deveríamos ter percebido que a essência das necessidades do povo brasileiro continua sendo a alimentação, – e não a política nuclear (isso eu estou dizendo, não eles) – o vestuário, a habitação nem a educação. Para implementar esses 4 pontos, nós não precisamos de tecnologia ou capital externo.”

São os empresários do Rio Grande do Sul! Não me parecem pessimistas, mas realistas. (*Muito bem! Muito bem!*)

“Nós nos comportamos como se vivêssemos num mundo de fantasias, gastamos aquilo que não podemos, mas, exteriormente, apresentamos uma ótima imagem. É o mesmo caso de pessoa que frequenta a alta sociedade assinando papagaio em bancos”.

No sistema capitalista, não faz sentido falar em lucros abusivos. Mas, se existe um setor que tenha lucros que, em qualquer parte do mundo, sejam considerados exagerados, cabe ao Governo mudar as posições estruturais que permitam que isso ocorra”.

São os empresários do Rio Grande do Sul, nobre Senador, que se reúnem e falam numa só voz!

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a me permite? (*Assentimento do orador*) Mas é exatamente neste momento que insisto: o Governo, ouvindo os

empresários, tenta ajustar suas medidas. Mas, V. Ex^a alega, ao mesmo tempo, que o Governo não ouve o povo e reclama porque se modifica o pacote. Aí está, mais uma vez, a contradição de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não, eles estão falando em cima do pacote, Senador. Essa mesa-redonda foi para discutir o pacote.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – E se o Governo reforma o pacote, atendendo-os, o MDB reclama. Aí é que está a contradição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho. Fazendo soar a campainha.) – Nobre Senador, lamento informar que o tempo de V. Ex^a já está esgotado e que prossigue com a alta benevolência da Mesa. Não permita mais apartes.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Correto. Já que V. Ex^a determina, eu concluirei apenas dizendo um aspecto: que, no meio do pessimismo, tenho um otimismo muito grande, um otimismo extraordinário.

Está aqui o Sr. Delfim Neto, com a responsabilidade que a Nação lhe credita – porque, quando ele diz é a nos afirmar que, no ano que vem, não vamos ter problema de abastecimento. Digo-lhe, nobre Senador, da minha alegria, da minha satisfação e do meu otimismo. Está aqui o Ministro da Agricultura a nos tranquilizar – com a responsabilidade que as suas afirmativas anteriores, “sempre confirmadas”, demonstraram – a nos garantir: “O problema de abastecimento é este ano, Vamos importar, é verdade: arroz, feijão, carne e tudo o mais. Mas, no ano que vem, estará tudo resolvido”. Então, este debate é um debate temporário. Será um debate que faremos até o fim do ano. Mas, no ano que vem, teremos a obrigação de retornar a esta tribuna para dizer: O homem disse e fez. E, se fez, terá o nosso apreço e a nossa mais profunda admiração.

E, agora, o que esperar das novas promessas?

Depois de 15 anos em que a Oposição acusa e levanta as injustiças do atual sistema tributário, para com os Estados e Municípios, pequenos contribuintes, empresas que utilizam maior quantidade de mão-de-obra; depois de uma década em que nos levantamos contra a falácia de mecanismos tipo PIS e PASEP, muito mais instrumentos da grande empresa do que dos trabalhadores; depois de uma longa luta pela criação de justos tributos sobre a remessa de lucros para o exterior; o que esperar, quando o Governo diz incorporar tais propósitos? Seguramente, o desvirtuamento, o benefício escuso de grupos ardilosos, o prejuízo ao País e ao seu povo.

E, ainda, sucedem-se os pacotes, mas sempre com o cuidado de manter intactos os interesses dos grupos financeiros, os interesses das multinacionais. Os salários dos 700.000 metalúrgicos podem “tecnicamente” ser controlados e seus sindicatos fechados, mas, os lucros dos intermediários e as taxas de juros são “tecnicamente” incongeláveis e as associações (comerciais e de banqueiros) intocáveis, só passíveis de “acordo de cavalheiros”. É uma Nação, um povo a que

só é dado o direito de assistir estarrecido o teatro, a comédia, ou melhor, a tragédia nacional escrita, em apenas 60 dias, para os próximos seis anos.

E agora, o que esperar para os próximos meses, o próximo semestre? Para tanto, podemos dispensar a bola de cristal.

Em um País onde os últimos anos evidenciaram uma correlação inversa entre crescimento e inflação – conforme já acentuamos – optou-se pelo caminho errado e trágico para as populações de baixa renda, que é a recessão. A indústria brasileira, conforme estimativa do ex-Ministro Reis Velloso – esse é um dado importante porque é um dado do próprio Ministro do Governo à revista *Veja* de fins de março – estava operando a 82% de sua capacidade. Resta dizer: ociosidade de 18%, segundo palavras do Ministro do Planejamento – enquanto os investimentos caem rapidamente. Trata-se de um país com um baixo nível remuneratório de sua mão-de-obra, taxas elevadas de desemprego, inexistência de amortecedores sociais, como seguro – desempregos. Os resultados aqui não serão da natureza daqueles que ocorrem na recessão de países desenvolvidos, ou seja, a redução do supérfluo, do não essencial, mas o aumento direto da miséria, da incidência de doenças e a elevação direta das taxas de mortalidade. Recessão, no Brasil, é sinônimo de genocídio, de injustiça para a maioria do povo brasileiro, mas que, evidentemente, não atinge os mandarins! Recessão, no Brasil, ganha o hipócrita nome de “desaquecimento”.

Os resultados, no campo social, já começam a aparecer. Como uma alta fonte militar garantiu, à revista *Veja*, há poucas semanas “até o final do ano estas greves diminuirão ou mesmo deixarão de existir. A economia brasileira sofrerá um forte desaquecimento e a perspectiva de desemprego desanimará o ânimo dos sindicatos”. Ou, como ainda foi sentenciado: “O pessoal de São Paulo precisa descobrir como conviver com um desemprego de 6%, 7%”. Tanta indiferença diante da situação de vida do operário brasileiro choca aos mais elementares princípios de justiça social.

A escolha destes caminhos levará a uma estagnação da economia brasileira, paralelamente a elevadas taxas de desemprego e, também, de inflação, enquanto a centralização econômica, como consequência, se reforçará. Quando os investimentos chegarem a zero e as taxas de crescimento se tornarem insignificantes, aí então a inflação começará a cair. Ter-se-á eliminado a doença matando-se o paciente, no mais absurdo e macabro exercício econômico. Mas, o patrimônio do sistema financeiro, das grandes empresas, especialmente multinacionais, terá sido preservado. As, ainda hoje existentes, pequenas e médias empresas nacionais terão sido reduzidas em seu número; a agricultura terá sido, em boa parte, ocupada por capitais externos, o que hoje acontece na área do comércio, que a cada dia cai mais nas mãos do capital estrangeiro; a classe média terá reduzido o seu já escasso poder contingente, e as classe trabalhadoras estarão extenuadas e sob ameaça do desemprego.

Assim se estará encerrando mais um capítulo de enriquecimento ilícito de elites nacionais, de ampliação do predomínio externo sobre a economia brasileira, de empobrecimento ainda maior das classes trabalhadoras.

Nesta seqüência, o último “pacote” do dia 18 de abril não fugiu à regra. Quando toda a expectativa se centrava nas medidas especificamente relacionadas ao tabelamento dos juros, que viriam a ser tomadas em direção à área financeira (a tal ponto que todo o sistema bancário privado sustava qualquer operação, durante aquele dia), a decepção não se fez tardar. Não foram somente medidas “tímidas e periféricas”, como acentuaria Antônio Ermírio de Moraes, no *Jornal do Brasil* do dia seguinte, mas medidas que evitaram tocar no âmago do problema, sem contudo deixar de criar uma falsa e premeditada idéia de que o setor financeiro estaria sendo atingido. A demagógica, ineficaz e recessiva iniciativa de limitar os juros a 30%, nas operações ao consumidor, por exemplo, não só pode produzir resultados inversos aos apregoados – pois 30% em um crediário a 6 meses se constitui em uma exorbitância – como atinge somente o pequeno consumidor, uma vez que os cartões de crédito continuam a vigor, com acréscimos superiores a 30% sobre operações parceladas. Tornou-se, além disso, um elemento adicional a forçar a baixa da procura, como se a inflação fosse de demanda! Dir-se-ia que as nossas autoridades monetárias, de há muito, não transitam pelos passeios públicos do País e imaginam as lojas e magazines repletos de clientes disputando escassas mercadorias! Em resumo, mais uma vez escapou ileso o setor financeiro, apenas tangenciado por medidas secundárias, enquanto se agrava a recessão no País.

Paralelamente, reforçou-se a política de proteger as grandes redes atacdistas, que, daqui a menos de 60 dias – repito, daqui a menos de 60 dias – poderão reajustar seus preços ao consumidor, e que agora contarão com a importação aberta e subsidiada de gêneros alimentícios do exterior, o que, mais uma vez, coloca o produtor brasileiro no banco dos réus.

Aberrações só possíveis de serem defendidas e impostas por um Governo que não vem do voto popular, quando são atingidos os produtores e consumidores e poupados os especuladores e mandarins financeiros.

E mais, resultado de um Governo tecnicamente incapaz, que, ao forçar o País a entrar em recessão, declara-se incompetente para combater a inflação, mantendo a economia em crescimento! E por quê? Por negar-se a tocar no ponto crucial da inflação de custos gerada pelos injustificáveis ônus financeiros da intermediação.

Neste particular, caberia, ainda, fazer referência à argumentação oficial de que o tabelamento dos juros seria impraticável, porque imediatamente seria a medida compensada por exigências adicionais, como saldos médios, seguros, etc.

Primeiro, nos sobressalta a timidez, a delicadeza que as autoridades têm para com o setor financeiro (que não é a mesma demonstrada quando da intervenção nos sindicatos do ABC) e, em segundo lugar, a falácia econômica criada para justificar a intocabilidade de privilégios.

Sendo, hoje, a rede financeira e bancária estatal responsável por 70% das operações rurais, e por mais de 30% das operações urbanas, bastaria reforçar

a atuação desta rede para levar o setor financeiro privado a acompanhar as novas taxas estabelecidas, sob pena de manter liquidez em caixa sem remuneração alguma, o que não ocorreria, evidentemente. Isto, se quisermos ficar dentro das regras do jogo do mercado, sem necessitarmos de intervenções diretas como aquelas realizadas, hipocritamente, nos sindicatos metalúrgicos...

Mas, a prepotência anticonsumidor, antipovo, antiassalariados não cessa aí. Quando se pretendia iniciar uma nova sistemática de reajustes periódicos e, a curto prazo, dos salários, como medida paliativa mas que sem dúvida diminuiria a defasagem entre reajustes e custo de vida – medida esta defendida até pelo atual Ministro do Trabalho – define-se, com o novo “pacote”, que o Conselho de Desenvolvimento Econômico só realizará alteração na atual política salarial se houver sucesso nas medidas adotadas. Realmente, custa acreditar ser tão ínfimo o lugar concedido ao povo, neste País!

Agora, só restará aguardar o previsível e inevitável resultado dessa política de combate à inflação: mais recessão e desemprego. E, então, preparemos: ao povo e aos assalariados estará reservado já não mais um novo “pacote”, mas um “container dos cavaleiros”, como disse o Presidente da República.

Era o que tínhamos a dizer com relação a este “pacote”, que nasceu sem a vontade popular, sobre o qual nós aguardávamos um mínimo de expectativa de que resultasse em medidas de vantagem ao povo brasileiro, sobre o qual temos que falar assim, infelizmente.

Engana-se o nobre Senador arenista. Nós não somos daqueles que defendem o “quanto pior, melhor”. A nós interessa que o Brasil vá cada vez melhor. Mas, estamos aqui cumprindo a nossa parte de mostrar e debater, com o povo, aquilo que se está seguindo. Acusa-se a CNBB. Ontem, daquela tribuna, o Líder do Governo acusava os Bispos da CNBB por estarem falando que desejam reforma agrária, que desejam a defesa do índio e do trabalhador. Acusa-se – e poder-se-á acusar? – os industriais deste País por defenderem uma política econômica e social favorável aos interesses deste País. Intervém-se nos sindicatos porque estão a defender uma política salarial mais justa. Poder-se-á dizer que a OAB é uma entidade sob suspeição porque quer um regime de liberdade. Repare V. Ex.^a e haverá de ver que a Nação fala, grita, palpita de um lado e a minoria encastelada no poder quer substituir a vontade, o desejo da Nação, sem ouvi-la. O resultado não poderia ser outro.

Só há uma fórmula de sairmos do impasse político e econômico: é resolvermos o impasse político e econômico! Porque pessoas que não têm compromisso popular, técnicos que saíram dos seus gabinetes ou de empresas multinacionais para ocupar os cargos que ocupam hoje, que não passaram pela voz da urna, pela vontade do povo brasileiro, que nada fizeram pelo povo, anteriormente, não têm, realmente, maiores preocupações com o povo. O problema é político e econômico. Para resolvermos o problema econômico, temos que resolver o problema político, para que, quem ocupe o Palácio do Governo, realmente,

sinta a vontade do povo, interprete a vontade do povo. Aí, talvez, possamos ter realmente, Ministros da ARENA ou do MDB de qual partido não importa – mas Ministros compromissados com o povo e com mais ninguém, muito menos com a minoria de dentro ou de fora do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

Análise do início do Governo Figueiredo

Pronunciado em 2 de maio

Senhor Presidente, fez, ontem, 45 dias que Sua Excelência, o General João Baptista Figueiredo está na Presidência da República. Não há dúvida de que 45 dias é um prazo muito pequeno para se fazer análise sobre as intenções de um governo. Um Governo, dentro da constituição normal de sua instituição, tem que passar pelo crivo de uma convenção, tem que disputar, dentro da convenção, com outros candidatos. Uma vez escolhido, tem que passar pelo crivo do voto e, tendo a maioria do respaldo da votação popular, só daí ele pode partir para traduzir em realidade um plano de ação governamental. É claro que quarenta e cinco dias é um prazo muito pequeno para se analisar as intenções de um Governo.

Parece-me, todavia, que não é o caso do nosso Governo. Se é verdade que Sua Excelência está cumprindo quarenta e cinco dias à frente do Governo Federal, não é menos verdade que não há, neste Parlamento, alguém que tenha dúvida de que Sua Excelência começou a planejar seu Governo, pelo menos desde o dia 5 de janeiro do ano passado. E V. Ex^{as} devem se recordar – V. Ex^{as} aqui, muito mais que eu, lá na Província.

Em 1977, abria-se o chamado debate sucessório, com inúmeros candidatos e grupos debatendo a sucessão presidencial. Foi quando S. Ex^a o Presidente Geisel afirmou que estava encerrado o debate sucessório, que só o reabriria a partir de janeiro de 1978. Que, até lá, seu Partido e os candidatos não deveriam mais falar sobre a matéria. E, realmente, foi silenciado o assunto.

No dia 5 de janeiro de 1978, o Presidente Geisel cumpriu sua promessa, falou à Nação: “Está aberto o debate sobre a sucessão presidencial. O candidato é o General Figueiredo. Está fechado o debate sobre a sucessão presidencial.”

Quer dizer, desde o dia 5 de janeiro do ano passado, ninguém nesta Casa tinha dúvida de que o General Figueiredo assumiria, como assumiu, a Presidência da República.

A partir de então, as promessas foram várias. Sua Excelência, pela primeira vez, no ciclo depois de 1964, engajou-se numa campanha política. E, ao contrário de todos os seus antecessores, que, nas eleições para Senador, Deputados Federal e Estadual, não participaram diretamente, o General percorreu todo o Brasil, apresentando suas idéias e alguns dos seus planos. Entre eles, um ele considerava fundamental, uma questão de honra: o de transformar este País numa democracia: “Hei de fazer deste País uma democracia!”

Sua Excelência, muitas vezes, até exagerava, na linguagem, afirmando: “Farei deste País uma democracia”, ainda que tivesse que tivesse arrebentar ou prender.

O tempo foi passando. A primeira conclusão da afirmativa do General Figueiredo é que este País não é uma democracia. Muitos líderes arenistas – aqui, na Câmara e lá no meu Estado – costumam debater que, com a extinção do AI-5, este País ingressou no estado de direito e vivemos em uma democracia. Quem responde, afirmando o contrário, não é a Oposição, é o próprio Presidente da República. Se este País vivesse uma democracia, não haveria razão para Sua Excelência insistir em afirmar que pretende fazer deste País uma democracia.

Ainda agora, em uma viagem sentimental ao meu Estado, onde reviu, mais uma vez, sua velha professora, Sua Excelência repetiu que mantém sua mão estendida e, já agora respondendo a possíveis críticas da Oposição, afirmou: “Vazia sim, mas limpa”. O problema da mão limpa é uma análise a ser feita, em ocasião posterior. A análise não é pessoal, do Presidente, mas é do conjunto do seu Governo. Mas, o problema da mão vazia, esse sim, é importante, porque, de 15 de novembro até hoje, a Nação está a esperar que a mão vazia – ou melhor dito – que a mão estendida do Presidente corresponda ao gesto da iniciativa. Afinal, estamos na abertura. Afinal, o Presidente pretende fazer deste País uma democracia. Afinal, o diálogo está aí para buscar os caminhos reais e legais da transformação deste País numa democracia. Mas, além das palavras, o que temos de concreto, até agora? Da análise, do debate, de positivo, o que temos de concreto?

A imprensa especulou. E como especulou! Os mais respeitados cronistas políticos deste País chamavam a atenção. Homens que se tinham como bem informados diziam: “No dia 16 de março, teremos o primeiro projeto impacto da Nação do General Figueiredo. A anistia estará na mesa do Congresso Nacional”. Eu mesmo, no Rio Grande do Sul, fui procurado, muitas vezes, pela imprensa, perguntando a minha opinião sobre o que eu achava desta iniciativa presidencial. E a imprensa já começava a debater o tipo de anistia: será ampla, não será ampla; será restrita, não será restrita; será nominal, não será nominal; atingirá a todos, não atingirá a todos? Mas, a expectativa era uma só: o impacto do General Figueiredo será no dia 16, apresentando à Mesa do Congresso o projeto de anistia. E já não estamos no dia 15 de março; e já não estamos no dia 15 de abril. Já estamos em maio! E, sobre anistia, não só a imprensa não fala mais, que, a qualquer hora, chegará a esta Casa o Projeto do Governo, mas, pelo contrário, já se fala: “É provável que chegue até o fim de junho, antes do recesso”.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Permite, V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É provável que fique para agosto. É provável que ela tenha que esperar para ver se as conseqüências do processo social das greves que estamos vivendo, para, após isto, se pensar em remeter o projeto ao Congresso Nacional.

Ouçõ o Senador Aloysio Chaves, com o maior prazer.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Nobre Senador, eu creio que há um equívoco, quando se afirma que o eminente Presidente da República teria anunciado um projeto para o dia 16 de março ou para qualquer outra data subsequente.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O equívoco foi de toda a Imprensa nacional, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Nem o eminente Presidente, nem o meu Partido fez declaração dessa natureza. Mas, V. Ex^a nega, de plano, a existência de um clima de liberdade e, portanto, de um estado de direito democrático, neste País. Mas, no mesmo momento, ocupa a Tribuna do Senado, como outros já o fizeram, com brilho, para fazer, não uma crítica serena, isenta, imparcial, e sim para lançar vitupérios ao Governo, em ataques violentos, frontais, que não seriam admissíveis, senão, num regime de completa liberdade. Essa atitude é paradoxal. Se V. Ex^a percorrer este País, lá do extremo Norte ao Rio Grande do Sul, vai encontrar todas as Câmaras Municipais abertas, Vereadores do seu partido e do meu, as Assembléias Legislativas e este Congresso a usar livremente, sem a menor restrição desta liberdade plena, que está assegurada na Constituição do País, depois da última reforma que lhe foi feita. Se V. Ex^a compulsar os órgãos da Imprensa brasileira: diários, hebdomadários, jornais, revistas; se V. Ex^a assistir à televisão e ouvir as rádios, vai encontrar a mais ampla liberdade de crítica, de debate de todos os problemas, às vezes, como acontece recentemente com a televisão, numa linguagem que constitui, sem dúvida alguma, uma violenta agressão ao Governo. É preciso que se entenda, como um órgão de imprensa do meu Estado, registrar que o Presidente da República estendeu a mão à conciliação.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A quem?

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – À conciliação, ao entendimento fraterno, mas não à palmatória da Oposição. É um terrível equívoco pensar dessa maneira. É um terrível equívoco, porque ele poderá trazer conseqüências graves para o País e, sobretudo, para a implantação de todas as reformas que o MDB e a ARENA desejam ver, sinceramente, concretizadas. Portanto, o próprio discurso que V. Ex^a está fazendo, os próprios fatos que V. Ex^a enumerou – e aqueles que deixou de fazê-lo – constituem uma demonstração de que estamos realmente vivendo num clima de liberdade política, neste País.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Já responderei a V. Ex^a, daqui há dois minutos. Não só não se fala mais em anistia, como a imprensa, agora, não nos procura mais para perguntar o que achamos da anistia. Já se fala em barganhar com a anistia.

O que é que V. Ex^{as} acham da proposta do Governo de trocar a anistia pela prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores?

Esta é a notícia que está nos jornais; esta é a informação que está na ordem do dia. A anistia não viria mais como gesto de grandeza, da pacificação e da conciliação, a que se referiu o ilustre Senador, mas sim dentro de um pacote

de negociações do Governo, através do qual, este estenderia a mão, concedendo anistia, mas exigiria, por parte da Oposição, a sua chancela a uma série de medidas que ele, Governo, pretende adiantar.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Primeiro vou responder ao aparte do colega de V. Ex^a.

S. Ex^a se refere a dois fatos:

O primeiro, que, realmente, eu não imaginava que este tipo de debate existisse, aqui, no Senado. Permanentemente, na minha tribuna, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, eu tinha de prestar contas de porque não era cassado. Porque, a cada discurso que eu fazia, o Deputado arenista respondia: “Mas V. Ex^a está falando e, se está falando, é sinal de que há liberdade. V. Ex^a fala e não lhe acontece nada”.

Ora, quero dizer a V. Ex^a que, realmente, hoje, o AI-5 não pode mais cair sobre a nossa cabeça. É verdade. Quero dizer a V. Ex^a o que realmente houve. Este Senado readquire o direito de poder, de conceder licença para que um Senador possa ser processado. Também é verdade. Mas, também é verdade que o Governo ficou, nas suas mãos, com o arbítrio, ao seu bel-prazer.

Quando quiser processar um Senador ou um Deputado, baseado na legislação ordinária, é necessária autorização da respectiva Câmara. Mas basta que o Governo haja por bem enquadrar o Senador ou Deputado em artigo da Lei de Segurança Nacional e se torna necessária a licença desta Casa.

Até aí, nada demais. Mas, chegando o processo ao Supremo, aceita a denúncia, gostaria que me dissessem em qual país democrático o Processo Penal é feito assim: aceita a denúncia para que o processo seja iniciado, para que a partir daí, as provas sejam apresentadas e o cidadão possa se defender. Ele vai se defender em casa, porque é afastado, imediatamente, do Congresso Nacional e só volta se for absolvido.

E sabemos – nós advogados – que qualquer juiz de qualquer tribunal, na hora de apreciar uma denúncia, onde apresenta resquícios de veracidade, ele a aceita para iniciar o processo, apenas para iniciar o processo. Bem diferente da sentença final, onde, na hora de dar a decisão final, tendo dúvidas, ele absolve. Na hora da decisão final, a dúvida determina a absolvição do réu. Mas, na hora de analisar a apresentação da denúncia, não precisa a dúvida, elementos que apresentam suspeita determinam que o processo seja aberto.

Aberto o processo, o Senador ou Deputado vai para casa e aguarda o tempo que for necessário, até que possa, se absolvido, retornar a esta Casa. Logo, a chamada abertura e a chamada liberdade que temos de falar dependem dos caprichos, da tolerância, do estado de ânimo do Sr. Presidente da República. E, não da lei, porque a lei permite que nós saíamos daqui. Basta que se injete um processo, que depois, no decorrer do tempo, será desmascarado no Supremo Tribu-

nal Federal. Mas, enquanto não o for, vamos para casa, aguardar o processo. É por coisas como essa, aliás, que o próprio General Figueiredo diz que não estamos em uma democracia, que este pretende fazer deste País uma democracia. Mas, o ilustre Senador que deu o aparte é mais realista que o próprio General Figueiredo: afirma que estamos em ampla liberdade, onde as coisas, realmente, existem.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Já que V. Ex^a me citou, nobre Senador, tenho direito regimental de fazer um reparo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Primeiro, darei o aparte ao colega de V. Ex^a, Senador Murilo Badaró.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Mas, é uma questão de oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Primeiro, darei o aparte ao colega de V. Ex^a, por uma questão de obrigatoriedade.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Desde que V. Ex^a me inscreva, em seguida, cedo a vez para o Senador Aloysio Chaves.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Então, é a vez do Senador Humberto Lucena, por uma questão de ordem. Apenas tenho a obrigatoriedade de fazer cumprir a ordem em que foram pedidos os apartes. V. Ex^a pediu primeiro. Estou antecedendo V. Ex^a ao Senador Humberto Lucena. Depois, o Senador Lucena e, depois do nobre Senador, darei, com o maior prazer, o aparte a S. Ex^a, o Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – Serei breve, Senador Pedro Simon. Ao aplaudir o discurso de V. Ex^a, em torno da situação política nacional, gostaria apenas de, nesse ponto que V. Ex^a focaliza no momento, lembrar que os processos contra os Senadores e Deputados são iniciados por denúncia do Procurador-Geral da República, que é funcionário da imediata confiança do Senhor Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a me fez um favor: uma retificação no meu pronunciamento. Mas, tanto é claro que ele é um funcionário, que eu me referi direto ao Presidente da República, porque a figura do Procurador é uma figura intermediária, que lá está para exercer as determinações do Presidente da República. Disse-o bem V. Ex^a.

Mas, nobre Senador Aloysio Chaves, apenas para facilitar o aparte a V. Ex^a, tenho um outro argumento, para que venha um aparte só, porque tenho certeza de que V. Ex^a me pedirá.

Estou respondendo ao primeiro aparte de V. Ex^a. Falou V. Ex^a, também, que vivemos num regime de ampla liberdade de imprensa, e eu estaria negando se dissesse que não há uma abertura na imprensa. Há. Estaria mentindo, se não dissesse que hoje, rádio, jornal, televisão têm programas que não tinham, há algum tempo. Não agora, que se iniciasse com o Governo Figueiredo – também vamos fazer justiça! –

mas que se iniciou no final do Governo Geisel, quando houve, realmente, uma determinada abertura no rádio, no jornal e na televisão. É verdade? É verdade.

Agora, também é verdade que essa abertura, nobre Senador, está muito longe – mas muito longe mesmo – da liberdade que desejamos. Porque V. Ex^a deve conhecer, tanto quanto eu, o art. 50 da Lei de Segurança Nacional, que determina que o Ministro da Justiça pode, na hora em que entender, determinar a censura, o fechamento, o recolhimento, a proibição – no rádio, no cinema, na televisão, no jornal, nas peças teatrais, na música, enfim, em todos os setores. E, tem mais: não só ele pode censurar, não só ele pode proibir, não só ele pode intervir, como ele pode determinar o processamento. E, sendo processado; pode resultar cadeia, de seis meses a dois anos, para o responsável.

E tem outro artigo da Lei de Segurança Nacional, nobre Senador, que determina pena de seis meses a dois anos, aquele que trata da publicação de dados não verdadeiros com relação ao Governo, mas, inclusive, dados verdadeiros, mas publicados de forma tal que deixem mal o Governo perante a opinião pública; dados publicados de maneira tendenciosa, de modo a indispor o Governo com a opinião pública.

Qual será esta forma tendenciosa de indispor o Governo com a opinião pública? Quem vai ser o juiz dessa análise subjetiva? É a resposta que ninguém tem.

Então, nobre Senador, concordo com V. Ex^a que os jornais, as emissoras de rádio e de televisão estão publicando. Estão. Mas, V. Ex^a há de concordar comigo que os dois artigos da Lei de Segurança Nacional estão ali para o Ministério da Justiça usá-los na hora em que ele bem entender.

E, como dizia o Senhor Presidente da República, em seu pronunciamento de ontem na televisão: a lei é para ser cumprida. A Lei de Segurança – ainda que uma aberração – é uma lei e ele a pode cumprir, a hora que bem entender.

Então, a liberdade consentida, nobre Senador, não é a liberdade real, fruto da lei democrática que nos dá a liberdade de dizer e de fazer, sendo responsáveis sim, mas perante os tribunais livres do País. Responsáveis perante as leis normais do País.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Ouço o nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Nobre Senador, V. Ex^a estava fazendo uma listagem de medidas ainda restritivas e, nesse elenco que vem apresentando, se esquece de incluir as medidas de profundidade, medidas de fundo, que representam, realmente, uma abertura democrática neste País. A liberdade de imprensa é fundamental, porque está entre todas as liberdades essenciais, hoje, para a sociedade contemporânea. Mas V. Ex^a há de reconhecer que, com a revogação do AI-5, se reconstituíram todas as garantias da Magistratura. Hoje, o Po-

der Judiciário é um Poder plenamente investido em todas as suas garantias constitucionais. Não há mais nenhuma garantia a acrescentar às garantias que lhe já foram restituídas. V. Ex^a sabe que nenhuma Casa do Parlamento, no plano Federal, Estadual ou Municipal pode ser colocada em recesso. V. Ex^a sabe que não podem mais ser cassados mandatos. V. Ex^a não enumera que foi restabelecido o *habeas corpus*, inclusive para os crimes de natureza política. V. Ex^a não indica que, concomitantemente com esta reforma constitucional, se fez, já, uma alteração da Lei de Segurança Nacional, que pode e deve ser, possivelmente, modificada mais uma vez, mas já temos, em grande parte, medida que liberalizou e deu margem às decisões recentes, inclusive do Superior Tribunal Militar, mandando reduzir penas para crimes de assaltos às instituições de Bancos, capitulando esses delitos no Código comum e não na Lei de Segurança Nacional. Então, há uma série de medidas, de providências que, realmente, restabelecem o estado de direito, ao lado dessa outra, não menos importante, que é a da liberdade de imprensa e de todos os meios de comunicação. É óbvio que esse processo de abertura política – o nome mesmo indica – não poderia se fazer de uma maneira instantânea. Sendo um processo, é uma sucessão de atos, não é um episódio isolado. E esses atos são ordenados segundo critério político que foi adredemente estabelecido. O Governo não pretende barganhar anistia e nem outras soluções. V. Ex^a apenas está trazendo, como uma verdade incontestável para este plenário, aquilo que, como especulação é feita em alguns artigos da Imprensa. Mas V. Ex^a não poderá dizer a esta Casa que foi procurado por pessoas do Governo, pela sua representação política autorizada neste Senado ou outros elementos, para negociar soluções dessa natureza ou para entrar em composições que levassem a soluções sugeridas por V. Ex^a. De sorte que V. Ex^a não poderá, absolutamente, eliminar esses aspectos positivos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Mas, quem sou eu para imaginar que seria procurado por alguém do Governo para saber o que eu penso com relação a qualquer medida que o Governo vai adotar?...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Por que não, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Ele ainda não começou a procurar a ARENA! Quando o Presidente da ARENA, o ilustre Senador José Sarney, saindo da reunião onde foi proclamado o chamado “pacote das medidas econômicas”, foi perguntado, pela Imprensa, a sua opinião. Ele respondeu: Estou muito satisfeito, porque agora, pela primeira vez, o meu Partido, através do seu Presidente e dos seus Líderes, é convidado a sentar-se à mesa, na hora da proclamação das medidas.

Penso que um partido é partido quando é chamada à mesa na hora das decisões, das medidas, e, não na hora de “assistir à proclamação das medidas”.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Deixe-me responder ao colega de V. Ex^a, pelo respeito que ele merece e, logo depois, darei o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer. Pode ficar tranqüilo.

Agora, volto a explicar o início do meu pronunciamento: o que estava dizendo, nobre Senador, era a expectativa das medidas de abertura que este Governo estava a proclamar; o que se imaginava era que elas atingiriam o máximo já no dia 16 de março, com a anistia.

Eu estou dizendo que a anistia está esfriando e está sendo relegada a um plano secundário, a tal ponto que, quando o MDB apresenta o seu projeto de anistia, treze anos depois do Movimento de 1964, os Líderes arenistas afirmavam que o MDB estava sendo precipitado. Treze anos depois, éramos acusados de precipitados!

O que eu estava a afirmar, nobre Senador, é que não só não veio a anistia, como não vieram as medidas de abertura.

Falava eu, respondendo a V.Ex^a, no que tange à Imprensa, que ela, realmente está publicando; mas é uma autorização consentida. E estava a continuar que, não só não há abertura, mas a ARENA votará, provavelmente nesta noite, um projeto dos mais notáveis a este País, que é a criação da SECOM.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Na opinião de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A criação da SECOM mostra, nas suas linhas, a intenção do Governo de um Governo forte, de um Governo que quer manter o controle da opinião pública, através da massificação da informação. Reúne, numa Secretaria com nível de Ministério, todas as verbas governamentais, passando a ter condições de, até com liberdade de Imprensa, dispensar o art. 50 da Lei de Segurança, contando apenas com a força do poder econômico, através das suas sociedades de economia mista e dos órgãos centralizados, os maiores usuários da propaganda deste País.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Um minuto e já lhe darei o aparte.

O Governo terá, através da SECOM, como muito bem diz o Senador Humberto Lucena, num dos seus artigos, não apenas o monopólio das verbas de propaganda da divulgação das informações, mas as fórmulas para criar um sentimento de confiança no povo inteiro, na Nação, na ARENA, nas autoridades.

O Congresso Nacional de Publicitários, realizado em Curitiba, chamava a atenção da Nação para o absurdo desse dispositivo: “Quem, dizia o Congresso, aprovado por unanimidade a sua proposição, quem haverá de dizer a forma pela qual se fará a lavagem cerebral de informações, de orientação e de incentivos a Nação?”

O agente do Governo? Seria formando a criação de um órgão do qual participassem intelectuais, universidades, juristas, professores, religiosos, enfim, um órgão que representasse a Nação? E esse órgão ficaria responsável pela coordenação dessa fórmula de ação para fazer a opinião pública? Não, o exemplo é o idêntico. Quem lê *Mein Kampf* de Adolf Hitler ou uma biografia de Joseph Goebbels,

vai ver que não há nenhuma novidade. O projeto é o mesmo, a fórmula é idêntica: um órgão central controlando e incentivando e fazendo a opinião pública, e lavagem cerebral, e política subliminar no sentido de que as coisas saiam da forma que o Governo deseja.

Esse projeto já não nos mostra uma abertura nos objetivos do General Figueiredo, mas, muito ao contrário, nos demonstra o objetivo de estreitamento dos condutores que nós imaginávamos levasse a uma abertura democrática. Ligado esse projeto ao que diz o General Hugo Abreu, em seu livro, de que o grupo que se instalou no poder, e que lá está, lá fará tudo para permanecer, vamos verificar que há uma identificação entre o que diz o General Hugo Abreu e o projeto ora apresentado. O objetivo é um só: o endeusamento dos que, hoje, encastelados estão no poder.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não sei a quem conceder primeiro o aparte, portanto, coloco-o à disposição da ARENA e dos nobres Senadores.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – Cedo ao nobre Senador Murilo Badaró, com muito prazer, como S. Ex^a me fez, anteriormente.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Nobre Senador Pedro Simon, é tão agradável apartear V. Ex^a que, quando o deferimento do pedido tarda um pouco, sofre-se por aquilo. Apenas para colocar uma questão já um pouco defasada no tempo do seu discurso, quando V. Ex^a diz que a Imprensa não o tem procurado mais para saber sobre a anistia e que a pergunta é sobre uma barganha, não é isso?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Correto.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Então, gostaria de perguntar a V. Ex^a o seguinte: alguma autoridade do Governo colocou esse assunto para V. Ex^a?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Mas, a mim a autoridade do Governo nunca procurou para nada, já lhe disse. Pelo amor de Deus.

Pergunto a V. Ex^a, Vice-Líder do Governo, se algum vez foi procurado para o Governo tomar alguma decisão de ordem política, econômica e social?

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Exa., é apenas para dizer o seguinte: V. Ex^a fez uma declaração de extrema gravidade...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A Imprensa tem-me procurado perguntando a minha opinião sobre o que eu acho da possibilidade do Governo propor a troca da anistia por prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Outro dia, o Senador Marcos Freire fez um discurso, aqui, com base nas reformas. E não me consta que nenhuma autoridade responsável do Governo tenha cogitado desse assunto, nos termos em que o colocaram para V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Olha, nobre Senador, eu me lembro...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Permita-me V. Ex^a concluir o aparte.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo o prazer.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Apenas o seguinte: o que é impossível de acontecer, nobre Senador Pedro Simon, é V. Ex^a querer ditar as prioridades para o Governo. É o Governo que sabe das suas prioridades políticas.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Também não. Nem eu nem o Governo. Não sou eu nem o Governo. Não sou nem o Governo; é o povo. Como esse Governo não vem do povo. V. Ex^a que está tão acostumado a receber as ordens do Governo. Mas, eu não.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Nem eu, Excelência. Não recebo ordens de ninguém. V. Ex^a está muito enganado.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a me perguntou se fui escutado e respondi-lhe que nem eu nem V. Ex^a.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Perfeito. Então, veja V. Ex^a quem estabelece as prioridades, a estratégia política, o cronograma das ações políticas, é evidente que é quem dispõe de maioria. V. Ex^a fica no seu direito de criticá-las de forma que bem lhe aprouver, inclusive trazendo à colação uma informação da Imprensa que não tem nenhum fundamento.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a está fazendo uma afirmativa da maior importância: quem deve decidir as prioridades é o Partido que tem maioria.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Evidentemente. Quem deve dizer como e quando deve ser concedida a anistia...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – ARENA e MDB, Dr. Ulysses e Dr. Sarney...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a me permite concluir o meu aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pensei que V. Ex^a o havia concluído. Vamos lá. Com todo o prazer. Peço perdão a V. Ex^a

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não tem nada para desculpar, V. Ex^a. Nós, realmente, ficamos muito entusiasmados com o discurso de V. Ex^a; querermos participar dele sem querer perturbá-lo. Mas o Governo é quem estabelece o ritmo...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Por amor de Deus, V. Ex^a falou: “É o Partido da Maioria.” É diferente.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Como V. Ex^a se engana!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não, não, não! V. Ex^a disse: “Quem obedece é o Partido da Maioria”.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) A maioria é quem estabelece a estratégia...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Correto. Corretíssimo!

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a deve saber de uma coisa: o problema da anistia está sendo considerado, pelo Governo. Ele virá para a deliberação do Congresso, no momento em que o governo entender oportuno.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Correto.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a poderá criticar esta posição, mas V. Ex^a não se fie na convicção de que pode estabelecer regra para o Governo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Correto. Quanto à declaração da informação, quando achar oportuno: Faz quinze anos que não acham oportuno. Talvez V. Ex^a ache que devemos esperar mais quinze anos.

Mas o aspecto que eu quero salientar a V. Ex^a é o seguinte: Quem deve estabelecer os critérios de prioridade à Maioria. Eu concordo. É o Partido da Maioria. Os jornais de hoje anunciam: o MDB e a ARENA conversaram – o Presidente da ARENA e o do MDB – e chegaram a uma conclusão: a de que cada Partido deveria nomear uma Comissão para estudar a Legislação Eleitoral, os problemas da Lei Orgânica dos Partidos, etc. O MDB constituiria uma Comissão e a ARENA constituiria a sua Comissão. A Imprensa está a anunciar, hoje, que a Comissão conversou com o Presidente da ARENA, sobre as conclusões a que teria chegado. A resposta do Presidente da ARENA é a manchete dos jornais de hoje: “Primeiro eu tenho que falar com o Governo para depois falar com a Comissão”...

Veja V. Ex^a! Por isso é que digo que não é bem assim: Não é a Maioria que estabelece as prioridades. Quem estabelece as prioridades é o Presidente e o Governo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Qual é o problema, Senador? Nós somos uma organização política!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Esta pergunta, partindo de V. Ex^a, deixa-nos uma frustração tremenda. Qual a diferença que há entre um Partido de Governo ser Maioria e tomar as decisões de acordo com o seu Programa ou um Partido ser Maioria e ser apenas sustentáculo do Governo, que lhe dá ordens e o Partido obedece? A diferença, nobre Senador, a grande diferença está exatamente no fato de que, na Democracia, o Governo é tão e exclusivamente representante de um Partido, para, no governo, cumprir o Programa Partidário. O Governo tem que cumprir o Programa Partidário.

O SR. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Digamos...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Aceito a manifestação de V. Ex^a. Estou, apenas, respondendo. Como sou o dono do discurso...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa. Fazendo soar a campainha)

– Chamo a atenção do nobre Orador: permite ou não o aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Permito o aparte, desde que me permitam respondê-lo. Ainda estou respondendo ao aparte de V. Ex^a, nobre Senador Murilo Badaró.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – No momento que...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Ainda estou respondendo ao aparte de V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Peço ao nobre Senador Murilo Badaró que aguarde o orador lhe dar o aparte.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Já lhe darei o aparte, após responder ao seu aparte.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – É um ligeiro contra- aparte.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Numa Democracia, o Partido Político é a ligação normal e oficial entre o povo e o Governo.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não há nenhuma novidade nisso, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Numa Democracia, o Partido Político se reúne em torno de idéias.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – É o que nós fazemos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Em torno dessas idéias existe o Partido Político. E, desde o Prefeito ao Presidente da República, ele existe para cumprir as idéias do Partido Político. A ARENA, durante muitos anos, não teve idéias, não tinha programa. Quando se cobrava da ARENA: – “Mas, como, um partido político sem programa?”, os Líderes da ARENA respondiam: “Mas, nós não precisamos de programa. O nosso programa é o do Presidente da República”. Chegou a uma determinada altura em que a ARENA, numa memorável reunião à qual compareceram todos os Governadores, todos os Ministros e o Presidente da República, – aquela célebre na qual o hoje Governador Francelino Pereira chegou e disse: “Estamos aqui diante do maior Partido do Ocidente!” – por unanimidade, aprovaram o programa.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a permite?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E a ARENA passou a ter um programa. Programa que – reconheço – como instrumento democrático, é bom. É um programa democrático. Mas, aí houve um momento em que o General Geisel rasgou, em praça pública, o Programa da ARENA, com o “Pacote de abril”. E, nesse momento, entre o programa rasgado pelo Presidente, entre o “pacote” e o ideal partidário, a ARENA pegou o Programa rasgado e ateou-lhe fogo, para se esquecer dele, o mais depressa possível.

Por isso que, de certa forma, V. Ex^a. tem razão: a palavra é a do Presidente. Mas, isto, num regime que pode ser tudo, menos um regime democrático.

Porque, num regime democrático, a palavra é do Partido Político. E, um das causas pelas quais nós estamos vivendo, durante tantos anos, neste regime, nobre Senador, é porque a ARENA, na verdade, ao longo de todos esses anos, se limita a aceitar o Presidente, a aceitar os “pacotes”, a aceitar os governadores, a aceitar os dirigentes, a aceitar o que vem de cima, num amém permanente, que já vem de longo anos.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Murilo Badaró, com todo o prazer.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Senador Pedro Simon, não quero discutir com V. Ex^a, agora, problemas de partidos. E, de resto, essas objurgatórias que V. Ex^a dirige contra a ARENA já foram respondidas aqui, inúmeras vezes. E é possível que V. Ex^a tenha muito mais motivos de frustrações com o seu Partido do que com o meu Partido...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É provável.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – É provável. Acredito mesmo que tenha. De qualquer forma...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Um Partido que, há quinze anos, não pode chegar ao Governo e não pode disputar eleições. É verdade, Senador. É verdade!

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Não. Se fossem apenas...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É verdade. V. Ex^a tem razão. As frustrações são imensas, no meu Partido. Ele não pode decidir, no Congresso Nacional...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a não quer conceder-me o aparte? V. Ex^a me permite o aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Essas frustrações são muito mais sérias do que a simples chegada ou não chegada ao poder, Senador Pedro Simon. Mas, não é o caso. Existe, entre a ARENA e o Governo, um mecanismo simbiótico, se V. Ex^a quiser melhor dizer. Até porque, tanto o meu quanto o seu Partido, não têm, durante esse longo tempo de sua trepidante existência, correspondido àquilo que, na teoria política, se pode definir como sendo o Partido ideal ou o Partido perfeito. Uns com mais, outros com menos virtudes, tanto a ARENA quanto o MDB, vão conduzindo, por aí afora, as suas responsabilidades adaptadas às conjunturas diversas dos seus partidos. Apenas, diria a V. Ex^a que em nada constrói a objurgatória contra a ARENA, que V. Ex^a, neste instante, dirige. Porque, tanto quanto possível, o Partido tem procurado cumprir o seu dever e tem levado ao Presidente, tem recebido do Presidente, sugestões que as transforma em leis e que, de resto, têm representado muitos benefícios para o País. E, não tenha dúvida V. Ex^a: é a ARENA – se V. Ex^a quiser dizer que o Governo é a ARENA ou que a ARENA é o Governo, não tem importância a oposição – é que vai determinar a estratégia política a ser seguida durante este ano. E, mais ainda: na certe-

za de que representa o que de melhor existe no pensamento político da opinião pública brasileira. Segundo, que todas essas medidas virão em sintonia com a ansiedade e o desejo da grande massa da população que ela representa.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E veja, nobre Senador, com relação à simbiose entre ARENA e Governo, estou de acordo com V. Ex^a : há uma simbiose absoluta.

Repare V. Ex^a: lembro-me de que não só agora, como na escolha do General Figueiredo, na escolha do General Geisel, como na escolha do General Médici, havia uma ansiedade: quem será o futuro Presidente? Arenistas estavam a defender um, dois, três ou quatro candidatos. Na hora da escolha do nome, o sistema tem uma felicidade quase genial: a escolha do nome, lá, do meu Estado do Rio Grande do Sul ao Amazonas, é unanimidade! A ARENA responde a esse nome: “É formidável!” “É esse o nome que eu desejo!” “É esse o homem que estávamos a esperar!” Aí, estou de acordo com V. Ex^a. Plenamente de acordo!

As medidas virão, com o beneplácito da ARENA. Mas, V. Ex^a disse bem – e aí, também, concordo – o MDB é partido minoritário, nesta Casa. A aprovação não depende do meu Partido. Se o meu Partido tivesse maioria, nesta Casa, diga a V. Ex^a, o projeto da SECOM seria rejeitado, hoje à noite, no Congresso Nacional. Mas, V. Ex^{as} têm maioria.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a me permite um outro aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Estou respondendo a V. Ex^a. Darei outro aparte a V. Ex^a, com todo o prazer, logo que concluir o meu raciocínio. Mas, são V. Ex^{as} que têm maioria. V. Ex^a irão determinar as normas. São V. Ex^{as} que irão ditar as normas, porque têm maioria.

Então, o Projeto que institui o órgão da extrema direita radical, neste País – poderia ser extrema esquerda, mas de regime totalitário – vai ser aprovado. Por quê? Porque a ARENA tem maioria; estabelece as normas pelas quais vai ser controlada a publicidade.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Na opinião de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Porque a ARENA tem maioria, a ARENA é quem decide. Já se nota, pela palavra do seu Presidente, que vai haver – pelo menos, essa é a tendência da ARENA – prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores. Essa é a palavra do Presidente Nacional do Partido. Embora, no meu Estado, pelo menos a Bancada estadual, pela sua esmagadora maioria, diga que não quer a prorrogação de mandatos, Mas, toda a ARENA tem maioria. Reparem para onde se está caminhando a chamada abertura democrática.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a está na base do recorte.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Para a prorrogação...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – V. Ex^a está na base do recorte.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Mas, eu ficarei com a maior satisfação, se V. Ex^a me disser que não é verdade.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Confesso a V. Ex^a que proveinho de um Estado onde nunca se fez política dessa maneira. Noutro dia, o Senador Marcos Freire pegou uma massa de recortes, onde muitos deles estavam na faixa das especulações: “consta”, “dizia determinada pessoa”. Rumores. Ora, Senador, se vamos trazer um problema dessa gravidade, na base do rumor ou por ouvir dizer, não tem sentido. No dia em que V. Ex^a ouvir, de um homem do Partido, a palavra definitiva, se V. Ex^a julgá-la passível de crítica e se eu entender que essas críticas são cabidas, não tenha dúvida de que me solidarizo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A palavra do Presidente Nacional da ARENA é de que o seu Partido...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Está estudando o assunto.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – ... está, pela maioria das consultas efetuadas, favorável à prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores. E ainda não ouvi um desmentido do Senador José Sarney dizendo que isto não é verdade.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – O Partido, segundo o Senador, está fazendo consultas às suas bases, para captar a opinião com relação a este tema. Entre isso e a decisão tomada, vai uma distância enorme.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Ah! Isso é! Lembro-me de que, na época do Ministro Armando Falcão, quando ele ia para a reunião, perguntavam: “Alguma novidade?” – “Nenhuma novidade!” “Algum processo de cassação sobre a mesa?” – “Nenhum processo!” Duas horas depois, eram, dois do Rio Grande do Sul, os cassados, anunciados em A Voz do Brasil.

O SR. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Mas, V. Ex^a concorda...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Perdoe-me, mas está inscrito o nosso colega, há bastante tempo, e, com o maior prazer o ouço.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Muito agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon. Peço licença ao Plenário para voltar à análise da parte fundamental do seu discurso, na qual expende a sua opinião sobre a criação da SECOM: V. Ex^a se refere a monopólio de propaganda pelo Estado, mas, na realidade, no caso, não pode haver monopólio algum, mesmo porque, nenhuma entidade privada terá sua propaganda sujeita à pressão do Governo. Nem a Imprensa aceitaria isso. O que há, nobre Senador, é uma proposta do Governo para unificar os diversos órgãos governamentais que lidam no setor de divulgação e de relações públicas da própria Presidência da República. A Rádio Nacional já existe; a Assessoria de Informações ou de Imprensa, também já existe e toda a matéria a ser divulgada não será senão aquela que hoje mesmo o Governo já divulga. Que divulga, quer seja criado este organismo novo ou não. O que o Governo deseja é, pois, dar

unicidade e organicidade ao setor responsável para prestar melhor trabalho à Nação. Quando V. Ex^a pergunta a quem ou em quem o Governo quer inspirar confiança, V. Ex^a não faz somente essa pergunta, faz a acusação terrível ao Governo do País, porque V. Ex^a compara, textualmente, as autoridades brasileiras com criminosos de guerra, com os maiores criminosos da história da humanidade: com Hitler e com Goebbels. Estou certo de que, esta acusação, o povo brasileiro não aceita, mesmo que venha através da palavra de um grande Líder nacional, no caso, V. Ex^a. V. Ex^a fala em lavagem cerebral, em política subliminar.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Propaganda subliminar.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Pergunto a V. Ex^a: que confiança poderia inspirar ao povo brasileiro, amante da paz, o homem que, graciosamente, usa uma expressão desse teor, trazida ao Plenário nessas condições? Nobre Líder Pedro Simon, o MDB, a Oposição está, sistematicamente, trazendo à baila, neste Plenário, críticas e mais críticas baseadas em textos da imprensa. Mas, quando os interpelamos, jogam a culpa na própria imprensa. Não me parece que essa seja uma boa posição para V. Ex^a. Finalmente, nobre Senador, se V. Ex^a, realmente, acha que a ARENA está tão desprestigiada e tão desmoralizada, se V. Ex^a assegura ao Vice-Líder Murilo Badaró que está mais frustrado com o seu Partido do que com a própria ARENA, então pergunto a V. Ex^a por que V. Ex^a não deixa o MDB?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Respondo a V. Ex^a que todos os jornais se referem, já não ao SECOM, mas a essa propaganda da ARP, que está no rádio e na televisão.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a volta a falar nos jornais e, novamente, culpa a imprensa.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não estou culpando, estou elogiando a imprensa.

Culpando, na opinião de V. Ex^a.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Tomara que ela não faça a comparação.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Estou elogiando a imprensa. Tem afirmado, a imprensa, que essa propaganda do Governo – permanente, constante, de forma subliminar... Permita que responda. V. Ex^a fez um discurso paralelo. Permita que eu responda, não só ao seu aparte, mas, também, ao seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa, fazendo soar a campainha) – Peço a atenção do orador. Solicito que não consinta mais apartes. V. Ex^a dispõe de apenas cinco minutos para concluir o seu brilhante discurso.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É a imprensa que diz, somos todos nós que afirmamos: a propaganda do Governo é hábil, inteligente. Ela é subliminar, porque não é a propaganda que diz: “Viva o General Geisel”, “Viva o General Figueiredo”, “Viva a ARENA”, Viva a Revolução”. É a propaganda que vai levando, vai preparando um clima que, de certo modo, tem um fim específico

para conduzir àquilo que o Governo quer. Isso, se V. Ex^a ler em qualquer livro de propaganda, haverá de concluir que não há novidade nenhuma. O Governo não inventou.

Fiz referência apenas para mostrar que, ao longo dos anos – e eu poderia não ficar só na Alemanha, eu poderia citar uma série de países onde não existe democracia e onde, obrigatoriamente, este tipo de propaganda é feito de forma permanente.

Não há novidade, por parte do Brasil! Não há novidade, porque este tipo de propaganda é, diretamente, ligado ao regime de exceção. A novidade está em que, quando se pensava que, com uma abertura, nós marcharíamos para a normalidade, o Governo vai além: a ARP não lhe serve. É pouco. Quer instituir, na forma de Ministério, e quer concatenar tudo, na forma de monopólio da divulgação, por parte daquilo que o Governo divulga num único órgão.

Quando eu falei em monopólio, falei no monopólio do Governo, da informação num único órgão.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Senador Pedro Simon, permita uma intervenção final, com a compreensão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – A Mesa não pode permitir, uma vez que há, ainda, oito oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Sr. Presidente, eu digo que esse foi apenas um projeto, mas quando eu digo que a ARENA já está com o seu Presidente, fazendo levantamento, prorrogando mandatos de Prefeitos e Vereadores!... Prorrogando mandatos. Quer dizer, este Congresso, pelo voto da ARENA, provavelmente, sem ter respaldo popular, está cuidando de prorrogar mandatos populares. Qual é o Senador que está aqui que teve o veredicto do povo, que teve o mandato do povo, que teve uma procuração do povo para, em seu nome, em nome do povo, prorrogar mandato de Prefeito e de Vereador? Eu não recebi! Por onde andei, no Rio Grande do Sul, nunca falei que, se fosse eleito Senador, viria para cá para prorrogar mandatos de Prefeito e de Vereador. Não tenho outorga popular para isso. Gostaria de saber qual é o Senador que tem essa outorga. Quem a tem?

Mas, essa é a abertura. Como abertura, já se fala – e diz o ilustre Vice-Líder da ARENA que falar naquilo que se comenta é um absurdo: tem-se que esperar o fato acontecer, mas acho que é melhor falar antes, pelo menos na tentativa de evitar que os fatos aconteçam – no Brasil inteiro, na prorrogação dos mandatos partidários: municipais, estaduais e federais.

Pela segunda vez, ao invés de se procurar permitir que os Diretórios se reorganizem dentro da própria lei que o Governo criou, a abertura já está a falar na prorrogação dos mandatos partidários. Já se fala – e o Presidente da ARENA pede, ele próprio, – no desarquivamento do projeto que institui o voto distrital. E a imprensa publica – e não precisa a imprensa publicar, pois que é público e notório.

Alguém, nesta Casa, tem dúvida de que o voto distrital que se quer adotar, aqui e agora, neste País, não tem o objetivo, jamais, de aprimorar o regime, mas o de tentar esmagar a Oposição?

Numa hora, não se pode eleger o Presidente; noutra hora, não se pode eleger o Governador; noutra ainda, não se pode eleger todos os Senadores; noutra hora, não se pode eleger os Prefeitos das Capitais e das áreas de segurança. Tudo isso, porque o povo não está preparado para tal. Nós não deveremos ter a democracia que queremos, mas aquela que podemos ter. Palavras oficiais!...

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA – PA) – E, nessa mesma hora, o MDB declara que vai vencer as eleições nas estâncias hidrominerais, mas perde em todas, com exceção de uma.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois, neste momento, vem o Governo, vem o Presidente da ARENA e desarquiva e quer criar o voto distrital, sob o argumento de que ele existe na Inglaterra, existe nos Estados Unidos, existe nas repúblicas mais desenvolvidas e mais democráticas do mundo.

Alguém tem alguma dúvida de que o voto distrital tem por objetivo esmagar a Oposição?

E alguém tem alguma dúvida de que um País carente como este, onde as necessidades básicas do eleitor estão aí, à espera de suas soluções definitivas, isso possa acontecer?

O voto distrital transformará a Câmara dos Deputados numa imensa Câmara de Vereadores, onde se irá à luta pela sobrevivência: 80% dos debates serão os debates municipais.

Alguém tem alguma dúvida de que esse projeto foi desarquivado, na ânsia – como dizem os repórteres políticos – de encontrar um instrumento de derrotar a Oposição? Alguém tem alguma dúvida de que a coincidência de mandatos, dentre outros objetivos, não tem exatamente este: o de fazer com que todas as eleições se realizem ao mesmo tempo, mas o de impedir o debate das grandes teses nacionais?

Amanhã ou depois, quatro, cinco ou seis partidos políticos; amanhã ou depois, num regime democrático, cada partido com seu candidato a Prefeito, a Vice-Prefeito, a Vereador, a Deputado Estadual, a Deputado Federal, a Governador, a Senador, a Presidente da República?

A cédula única se transforma num catálogo telefônico? E quem dos senhores tem dúvida de que o grande debate, a eleição que apaixonou, será a local, a eleição municipal?

A coincidência de mandatos esvazia o debate dos grandes temas nacionais, para trazer à tona o primeiro debate ali, na esfera municipal.

Alguém tem dúvida, neste sentido? Aliás, neste sentido, o da coincidência de mandatos, parece-me...

O Sr. Murilo Badaró (ARENA – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Nobre Senador Pedro Simon, lamento muito comunicar que V. Ex^a já excedeu no seu tempo. Peço a V. Ex^a concluir o seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

Digo apenas isso, Sr. Presidente, que a abertura que nós esperávamos com o General Figueiredo, pelo menos o debate que se está travando: o Presidente Nacional da ARENA pede o desarquivamento do voto distrital para retornar à tramitação. O Deputado da ARENA pede o fim do voto obrigatório. A Direção Nacional da ARENA fala em prorrogação dos mandatos partidários. Há um levantamento, uma pesquisa sobre a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores.

Os jornais de hoje dizem que um Deputado Federal da ARENA já está a falar do fim da cédula única e da volta da cédula individual, em cores diferentes para cada Partido. O Deputado Herbert Levy noticia à Imprensa que está colhendo assinaturas para o seu projeto, que termina com o voto obrigatório.

Estas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são as notícias que temos, da abertura do General Figueiredo. Para não falar na intervenção no ABC paulista; para não falar nas outras medidas; para não aventar o problema do custo de vida. Quarenta e cinco dias: este é o quadro!

A anistia, como diz o ilustre Vice-Líder, virá no momento em que o Governo desejar. Há quinze anos, estamos esperando este momento. E a abertura é essa que aí está!

Abertura - no rádio, na televisão, nos jornais – soa como uma palavra bonita. Mas, objetivamente, o que se sente é que o Governo está marchando para onde, talvez, nem ele mesmo saiba. O que se sente e é triste – pelas palavras, pelas marchas e contramarchas – é que o próprio Governo é desconhecedor do rumo que a Nação virá a seguir. O que se sente – e isso é mau – é que, quem está conduzindo a nau, parece que perdeu a bússola e está indo ao sabor dos acontecimentos. E isto é ruim, porque é ruim para o País, é ruim para o Governo, é ruim para a Oposição.

Parece-me, Sr. Presidente, que está chegando a hora de este País reencontrar – Governo, ARENA, MDB, forças políticas, lideranças – uma realidade que este País deseja.

Não somos nós, os homens do MDB e não são os senhores, os homens da ARENA; não é apenas a ABI ou a CNBB ou a OAB. É todo o povo brasileiro que se cansou, que se saturou, que deseja viver, realmente, um clima de normalidade democrática, um clima em que não precise abrir o jornal para ver quais são os rumos a seguir, mas um clima em que a segurança exista de fato, em que tenhamos uma democracia – política, social e economicamente – estável.

Era este, Sr. Presidente, o sentido do meu pronunciamento. (*Muito bem! Palmas.*)

Lei da Organização dos Partidos Políticos

Pronunciado em 16 de novembro

Senhor Presidente, Senhores Senadores, segundo tudo leva a crer, o Congresso Nacional votará, na próxima semana, a Lei da Organização dos Partidos Políticos, Lei esta que poderia ter um título diferente: “Morte dos Atuais Partidos Políticos” ou “Probabilidade de Criação de Novos Partidos Políticos”.

A Bancada do MDB – e não apenas a Bancada do MDB, mas, justiça seja feita, um grande número de componentes da ARENA nesta Casa – apresentou um sem-número de emendas, buscando e lutando para conseguir aperfeiçoar o projeto.

Sobre o aspecto de facilitar a criação de novos partidos, conseguiu-se êxito, eis que, em vez de doze, agora bastam nove Estados; em lugar de um terço, será suficiente um quinto de Municípios para poderem se constituir diretórios regionais em cada um desses nove Estados.

Mas, nos grandes pontos, nas grandes teses, naquilo que a Nação mais esperava, o governo foi inflexível, o governo não alterou uma linha do seu comportamento. Até surpreendeu a Nação, eis que a imprensa havia publicado que, no rápido e fugaz debate que o Sr. Petrônio Portella manteve com os Senadores e Deputados, nesta Casa, a uma indagação sobre emenda permitindo que se descontassem, do Imposto de Renda, 500 salários mínimos doados aos partidos políticos, ele foi muito claro e muito preciso, liberando o Relator e afirmando que, tendo em vista ponderações da sociedade, no seu ponto de vista, essa doação poderia ser retirada do projeto. E o Relator nos surpreendeu a todos, baixando de 500 mas mantendo 200 salários mínimos, o que não deixa de ser a versão original que *O Globo* – sempre *O Globo* – publicou, dando, em primeira mão, como deu, também o Relatório e o Parecer. *O Globo* publicou, antes de a matéria vir a esta Casa, que seriam 200 salários mínimos. E que alguém da ARENA teria dito: “Por que 200 e não 500?”

O Relator ficou com a versão original dos 200 salários mínimos. Diz S. Ex^ª que aceitou uma emenda de origem no MDB, mas, na verdade, S. Ex^ª o Relator, sabe que aceitou, na parte genérica, mas recusou, no fundamental.

Realmente, havia uma emenda do MDB, no sentido de que as doações fossem de até 200 salários mínimos, mas essa emenda afirmava que o desconto do Imposto de Renda seria, no máximo, de cinco salários mínimos. Portanto, uma diferença essencial!

Para nós do MDB, a aprovação dessa emenda – que, acredito, será rejeitada no Congresso Nacional será o fato gravíssimo da oficialização da corrupção na campanha eleitoral. Porque estamos facilitando que, nas campanhas políticas, – e não apenas nas campanhas eleitorais – mas, anualmente, se permitam as doações, o desconto no Imposto de Renda. Se permita, em alguns diretórios municipais que o cidadão faça a doação de 200, no recibo, mas, na verdade, foi de apenas 50. E se fará com que o presidente desse diretório municipal corra atrás de recibos e notas falsas para justificar, na contabilidade, que tenha recebido 200. A oficialização da corrupção é o que nós teremos, se esta emenda for aprovada.

Se é dinheiro que vai sair do contribuinte e que vai ser descontado do Imposto de Renda, o normal é deixar de lado, totalmente de lado, esta fórmula e esquecê-la, ficando com o Fundo Partidário, abrindo-se, no Orçamento, uma dotação especial que não sejam apenas as verbas constantes das multas dos eleitores que não votaram, mas que seja uma verba correspondente às necessidades do partidos políticos, como acontece na Alemanha, por exemplo, onde cada partido tem um percentual de marcos correspondente não número de votos que obteve na última eleição. O grave é que, aqui, se teve a palavra oficial contrária a esse item, o Ministro reconhece que a Casa deveria e poderia ter alterado. No entanto, a maioria da ARENA houve por bem manter o absurdo, o escândalo que vai deixar uma marca profunda, catastrófica na moral do partidos políticos, no futuro.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – E o Relator poderia também ter acolhido a emenda do Deputado José Costa que estimava os recursos derivados dessas doações ao fundo partidário.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a diz com toda a razão. O ilustre Deputado José Costa aceitava até 50 salários mínimos. Mas, ao invés de doar a um partido político esses 50 salários mínimos, eles seriam doados ao fundo partidário e o fundo partidário faria posteriormente a distribuição.

Alguém tem a dúvida de quê, no regime de exceção em que estamos vivendo, o Partido do Governo vai ter, por meio desse fundo partidário, por meio dessa possibilidade de arrecadação, sua grande fonte de renda, em que o cidadão ou diretores de uma multinacional ou diretores de uma empresa, interessados em grande concorrência, todos os diretores do grupo darão, cada um, 200 salários mínimos e, no momento em que entregarem esta declaração de Imposto de Renda terão, inclusive, por intermédio do funcionário do Imposto de Renda, no momento em que receber essa declaração, poderá fechar os olhos para equívocos ou declaração do Imposto de Renda, sabendo que se trata de alguém simpático ao Governo? Alguém tem dúvida de que, se o cidadão der para o Partido de Oposição, será exatamente o contrário o que poderá acontecer com ele? Porque vive-

mos num regime de exceção em que as facilidades são dadas ao Partido Oficial e os sacrifícios reservados ao Partido de Oposição.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RS) – Alguém pode duvidar que um eficiente gerente de banco que atenda a cada um de seus clientes, coloque lá uma pequena condição de ele dar uma pequena doação ao partido de sua simpatia? E todos nós sabemos das afinidades e das ligações entre os Bancos do Brasil e o do Partido Oficial. Alguém pode constituir uma fonte de arrecadação imensa, em cada uma das cidades do Brasil ou em cada uma das agências dos grande bancos brasileiros? Aonde vamos parar; que caixinha monumental se formará, nesta base! Se queremos, realmente, democracia, por que não investimos no instrumento democrático essencial que é o partido político, isto é: a Nação destinar recursos públicos para a construção de partidos políticos, financiar as despesas de organização, de divulgação, periódicos, jornais dos partidos, instituições de pesquisa dos partidos? Este é o caminho da democracia. O outro é o caminho da corrupção, do favorecimento, que é o que consagrou o projeto.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Nobre Senador Pedro Simon, acho que ninguém desconhece que, hoje, a contribuição das pessoas para os partidos ou até para os candidatos, se não é pública e notória, pelo menos é do conhecimento de todos. O que a lei pretende é abrir um caminho para que essas doações sejam feitas de um modo legal, dentro de um padrão razoável. Se V. Ex^a alega que haverá corrupção...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a está equivocado. A Lei Orgânica dos Partidos...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a não vai querer provar que a corrupção só poderia ser do lado do Governo!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Claro, pode ser que alguém tenha medo do MDB, pavor do Partido de Oposição e vá dar para o Partido do Governo. É verdade. Pode ser que haja alguém que vá dizer...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Não é problema de medo, nobre Senador. Acho que V. Ex^a está interpretando mal. Que haja também aqueles que votam no seu Partido, que não é tão deserdado da sorte como pretende demonstrar.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É claro.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Com toda a sinceridade, não vejo porque essa catilinária a respeito de um projeto que está legalizando uma contribuição que é absolutamente normal.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A contribuição já é normal, nobre Senador. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos permite que as entidades dêem colaboração financeira aos partidos, permite que as pessoas dêem colaboração. Mas, no momento de descontar do Imposto de Renda, se é dinheiro do contribuinte, se ele quer dar e descontar, que se dê ao Fundo Partidário.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Agora, V. Ex^a acha que não deve haver um meio de ajudar os partidos políticos...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Deve. Quem quer ajudar com seriedade. E a fórmula de ajudar com seriedade é criar o Fundo Partidário...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Acontece que a interpretação de seriedade de V. Ex^a é inteiramente pessoal...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É claro que é pessoal. V. Ex^a poderia dizer: a interpretação de seriedade de V. Ex^a é diferente da do Governo. É bem diferente, concordo com V. Ex^a.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – É claro. Não significa que do Governo seja desonesta.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O nobre, honrado e ilustre colega, Senador Aderbal Jurema, Relator da matéria, na terceira página, faz uma afirmativa da maior importância:

“No trepidar das idéias e no conflito das ideologias, a alternativa democrática nos parece ser a mais consentânea com a nossa evolução histórica.”

É verdade que S. Ex^a já evoluiu muito: “...nos parece...” Eu diria que tenho certeza absoluta. A S. Ex^a, a ele lhe parece ser. “A evolução democrática nos parece ser a mais consentânea”... Eu diria a única e exclusiva: é tendência democrática. S. Ex^a faz um grande avanço quando afirma: “No trepidar das idéias, no conflito das ideologias, a alternativa democrática nos parece ser a mais consentânea”.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com o maior prazer, embora não devesse dar o aparte a V. Ex^a, porque, na Comissão, V. Ex^a foi mau com a Bancada do MDB: a cada justificativa do Bancado do MDB, V. Ex^a só dizia: sou contra. Mas, lhe darei o aparte.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Ainda há pouco, eu estive aqui, mas não sabia que V. Ex^a iria falar sobre o Projeto. Não era obrigação de V. Ex^a, que não disse coisa alguma que iria falar sobre o projeto. Eu já estava de saída, porque hoje sou testemunha do casamento de um filho do ex-Senador Paulo Guerra, compromisso ao qual não posso faltar. Por isso, viam aqui rapidamente, apenas para demonstrar minha atenção a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – É uma honra que V. Ex^a me concede, vindo a Plenário.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – V. Ex^a, que é um homem de leitura, sabe que a expressão nos “parece”, no caso, é uma forma literária de não querer transmitir para os outros uma imposição de meu pensamento. É tão comum ouvir “a mim me parece que a verdade é essa”. É uma forma literária, não uma dúvida.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Acho muito importante o esclarecimento de V. Ex^a e a oportunidade que lhe estou oferecendo.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Se V. Ex^a examinar toda a introdução, verificará que está toda ela vazada sob a tônica da democracia.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Recebo, com satisfação, o aparte de V. Ex^a. Com o “nos parece”, V. Ex^a quer expressar que está convicto de que tem de haver democracia. Fico muito satisfeito.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Quando fui convidado para Relator, V. Ex^a deve ter sabido que eu disse, na televisão, que não queria imprimir, ao meu trabalho, a minha opinião pessoal, mas sim exprimir a média de opinião do meu Partido. Foi isto que procurei fazer. Quando meu irmão, o ex-Deputado Abelardo Jurema foi líder do Presidente Juscelino, durante dois anos, nesta Casa, ele teve a oportunidade de seguir a mesma orientação. Ele não procurava imprimir sua orientação e sim exprimir a orientação de seus colegas. A linguagem dos Jurema sempre foi esta.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A mesma orientação, a mesma, ele não deve ter seguido, porque ele foi cassado e V. Ex^a, não.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Isso é diferente. Ele era Ministro da Justiça.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – O destino reservou a V. Ex^a um lugar nesta Casa, mas ao seu irmão foi destinado o desterro e uma cassação. Acho que deve ter havido dificuldade. O Governo revolucionário foi tão injusto...

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – V. Ex^a está fazendo um longo pronunciamento, que eu ouço com prazer. V. Ex^a fez uma afirmativa que considero da maior importância. V. Ex^a disse que ambos seguiram a mesma orientação. Quer dizer: o Governo cometeu uma grande violência, porque, a homens que seguiram a mesma orientação, a um deu cassação e a outro premiou com um lugar nesta Casa.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, orientação de estilo, não é orientação política. Era orientação de estilo, de não querer imprimir o nosso pensamento e sim procurar exprimir, quando estamos dentro de uma responsabilidade, o pensamento dos companheiros...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A orientação política era diferente?

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Ele, Ministro do Presidente João Goulart e eu, apenas um Deputado do PSD, que, em Pernambuco, acompanhava a facção do Senador Paulo Guerra. Era esta a diferença.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – E foi trágica. Essa pequena diferença foi trágica para o irmão de V. Ex^a.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA – PE) – Não! Não foi trágica. O meu irmão recebeu, com a maior altivez. Escreveu, no exílio, um livro que é um depoimento isento de paixões: “Sexta-feira 13”. De maneira que não houve palavras de partido nenhum que conseguissem separar essa amizade que vem cimentada há 60 anos. É perder tempo, querer nos separar. Somos unidos pelo sangue e pelo respeito mútuo, porque não é a primeira vez que dois irmãos se colocam em posições diferentes, na política brasileira, V. Ex^a sabe disso. Mas quero lamentar não poder continuar aqui no Plenário, para apartear V. Ex^a. Tenho que deixar que V. Ex^a faça o seu discurso, com o brilho que sempre caracteriza as suas orações, nesta Casa. Mas, V. Ex^a fique certo de que, como Relator, a minha preocupação foi liberalizar o Projeto e tenho certeza, *malgré tout*, eu consegui liberalizar.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Foi uma honra tê-lo aqui. Pena não tê-lo lá na Comissão, quando desejávamos tanto ouvir V. Ex^a. Mas, infelizmente, naquela ocasião, V. Ex^a não estava com a disposição de hoje, de debater a matéria. Mas, o nobre Relator, na página 8, faz uma afirmativa da maior importância, quando ele entra na análise do Projeto: “Na primeira parte, as inovações mais importantes estão na exigência da palavra “partido”, na denominação, do que resultará, implicitamente, a extinção das agremiações atuais.”

Então, o que tem de mais importante, neste Projeto do Governo, é que, agora, os partidos terão que ter a denominação “partido”. Genial! Assistimos, nesta Casa, ao pronunciamento do nobre Senador Roberto Saturnino, sobre a realidade social que vive o povo brasileiro, resultante do modelo econômico que adotamos. Pois o Senador Roberto Saturnino fique tranqüilo: a partir do ano que vem, quando “Movimento” e “Aliança” deixarem de existir e tivermos partidos com a palavra “partido”, estará resolvido o problema brasileiro. O problema social e o econômico. O problema da organização partidária, o problema da verticalização dos partidos, tudo estará solucionado.

O MDB e a Nação não se dão conta disto! O que tem de errado na organização partidária está aí: um é Movimento e o outro é Aliança! Como é que vamos ser partidos políticos e como vamos resolver os problemas nacionais deste País? Esta é a primeira das importantes iniciativas do Projeto: a partir de agora, eles terão que ter a denominação de partido.

Sr. Presidente, isto é um absurdo; isto é falta de sensibilidade! O Governo, pelo menos, deveria ter dito claramente: “é obrigatório usar a palavra “partido”, porque nós queremos extinguir o MDB e não queremos que se crie um novo par-

tido com o nome MDB”. Fosse claro, fosse pelo menos sincero, dissesse aquilo que todo mundo diz, nos corredores do Congresso e toda a Nação está sabendo.

Ou será que a formação do Senador Sarney, a formação do Senador Petrônio Portella, vindo da UDN – “União”, que não era Partido – são formações de quem acha que a palavra “partido” é fundamental? E será que, na Alemanha e no mundo, onde partidos os mais importantes não têm a palavra partido, isto é algo que os diminui, na execução da missão precípua de realizar o diálogo entre vasos de comunicação, entre a Nação e o Poder, num regime realmente democrático?

Mas, o Relator diz: “A inovação mais importante é a exigência da palavra partido na denominação, de que resultará, implicitamente, a extinção das agremiações atuais”.

Infelizmente, não pude perguntar nada a S. Ex^a, o Senador Petrônio Portella. Apesar de inscrito, pensávamos que S. Ex^a, um Senador, colega nosso, ao vir debater conosco, vinha para debater com aqueles que desejassem. Imaginávamos que um homem da sua cultura, da sua capacidade, da sua experiência, estaria disposto a ficar no debate até o último dos aparteantes. S. Ex^a chegou às 9 horas; começou os debates às 9 horas e 30 minutos e afirmou que teria de sair às 12 horas.

S. Ex^a afirmou, nos debates, que não houve protesto quando, na Lei Orgânica dos Partidos, extinguiram-se os pequenos partidos.

Não é correto. A Lei Orgânica do Presidente Castello Branco não extinguiu nenhum partido. Ela criou uma série de exigências e deu prazo para que os partidos a ela se adaptassem. Há um grande equívoco do Senador Petrônio Portella, na afirmativa que S. Ex^a fez, no auditório por ele construído, no Senado. A Lei Orgânica não extinguiu nenhum partido político. Pode-se criticá-la, pode-se achar que ela foi injusta, que criou exigências demais. Mas, a verdade é que a Lei Orgânica determinou que os partidos políticos a ela se deveriam adaptar.

Aqui, não. Não dá para dizer que os atuais partidos políticos têm de ter um número mínimo de 7 Senadores, porque o MDB e a ARENA têm. Não dá para dizer que têm de ter 42 Deputados Federais, porque a ARENA e o MDB têm. Não dá para dizer que têm de ter 25% – ou 1/3, como queriam anteriormente – nos diretórios municipais, nos Estados, porque a ARENA e o MDB têm. Então, cria-se esta exigência: têm de ter o nome de “partido”. Que, não tem, hoje, está extinto.

Não há, na história da humanidade, nenhuma legislação democrática que possa retroagir, que possa ser posta em prática, não dando tempo para a entidade ou o cidadão a ela se adaptar. Nós não podemos, aqui, no Congresso Nacional, criar um novo delito: dizer que é um crime fumar cachimbo e botar os que fumam cachimbo na cadeia. Tem-se de dizer: É crime fumar cachimbo e, daqui por diante, quem fumar será preso.

A norma penal não pode retroagir; ela tem de caminhar para frente. Não se pode, no Código Comercial, criar uma nova norma para as empresas co-

merciais e fazê-la retroagir. Tem-se de dar um prazo para que as empresas tenham tempo para se adaptarem a essa nova norma. No Código Civil, não se pode estipular nenhuma norma nova, sem que se dê prazo para que as pessoas, a ela se adaptem.

A Constituição é clara, neste sentido: “A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.” A Constituição é clara, ainda, ao dizer: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, senão em virtude de lei”. A lei é clara, também, quando diz: “É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial”. No caso dos Partidos, em virtude de lei. Qual é a lei? A Lei Orgânica do Partidos Políticos. E a Lei Orgânica diz quando e como as entidades políticas podem ser dissolvidas; por 2/3 da Convenção ou quando não cumprirem as normas da lei.

Agora, o Governo não altera a Lei. O Governo diz: tem de usar a palavra “partido”. E não dá prazo, mas determina a extinção.

Ora, Sr. Presidente, a ARENA poderá votar, mas será um ato de violência praticado pelo Congresso Nacional. Não é o AI-5, não é o AI-1, não é o AI-2, não é a Lei de Segurança Nacional, não é ninguém senão o Congresso Nacional, que votará e cada um responderá pelo ato que praticar. É o Congresso Nacional que cometerá o escândalo da ditadura da Maioria.

Se a ARENA quer se extinguir, é muito simples: dois terços da ARENA se reúnam e extingam o partido, criando um novo. Se o MDB quer se extinguir, é muito simples: convoque sua convenção e faça um novo partido, extinguindo o atual.

Quero dizer, aqui, Sr. Presidente, que a Imprensa tem publicado um fato da maior importância: a ARENA estava tão certa e tão desejosa de sua auto-extinção, que o Projeto do Senador Mendes Canale, aprovado por unanimidade, pela Casa, contra o voto do MDB, prorrogando, por seis meses, o prazo de organização das convenções municipais, estaduais e federal. O MDB, dentro desse prazo, fez as suas convenções e a ARENA não fez. E a Imprensa já está noticiando que, se o projeto, por acaso, for recusado, a ARENA se extinguirá, porque não é mais possível, até o dia 6 de janeiro, à ARENA cumprir a lei e fazer as suas convenções.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nesses termos, a Bancada do MDB já dá, aqui, o seu voto: votamos, imediatamente, um novo prazo de prorrogação para que a ARENA faça as suas convenções. Se é este o problema, que a Imprensa, então, publique, amanhã que a ARENA entre com o projeto e já tem o voto favorável do MDB, para aprovar, em regime de urgência urgentíssima, dando um novo prazo para que a ARENA faça as suas convenções.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Que não seja esse, portanto, o argumento: terá de ser extinto, porque, caso contrário, sobrarão apenas o MDB, pois a ARENA já estará extinta (auto-extinção), porque não realizou as convenções e, já

a esta altura, – 16 de novembro – não tem como fazer as convenções municipais, estaduais e federal, até o dia 6 de janeiro. Mas, há tempo para que esta Casa prorrogue o prazo da Lei – aprove uma lei neste sentido –, para que a ARENA se adapte e possa realizar as suas convenções.

Há um artigo na Lei, que o Sr. Relator, a uma indagação da Bancada do MDB, não respondeu e terá de respondê-la, oportunamente: Os Diretórios dos novos partidos que forem constituídos – no prazo de um ano, a partir dos 60 dias que o Tribunal Superior Eleitoral tem para regulamentar esta matéria – esses Diretórios, os primeiros, terão o prazo de um ano de vigência. Os Diretórios seguintes, normalmente, já teriam o prazo de dois anos, isto é, dois anos de mandato para seus dirigentes. Por que o primeiro Diretório terá um ano apenas?

Qual o motivo de os primeiros Diretórios um ano só de mandato, se os seguintes terão dois anos? Qual o motivo, qual a lógica disso? O General Golbery disse: “Com este Projeto, os políticos vão ter muito tempo com que se distraírem.” Parece que sim. Teremos que passar o ano que vem inteiro esvaziando o Congresso e organizando os partidos. É normal. Vamos organizá-los. O outro ano – 1981 – teremos que esperá-lo inteiro, voltando ao ano anterior para fazer a reorganização dos partidos. Por quê? Qual o motivo disso? Qual a lógica?

O relator não disse uma palavra: havia a emenda, foi feito o apelo para que fosse alterado para dois anos, mas S. Ex^a apenas disse: “Sou contra”. Não apresentou nenhum argumento, nenhuma explicação. E o Governo não disse, até gora porque os mandatos dos primeiros Diretórios serão de um ano, apenas.

Há aspectos interessantes, Sr. Presidente. Quando a gente quer interpretar a lei, interpreta-se. Eu, por exemplo, até fiquei satisfeito, quando vi a interpretação do Relator para o que ele considera 10% do Senado e 10% da Câmara: considera que são um Senador e 47 Deputados.

Não tenho nada a opor, do ponto de vista das conseqüências políticas, porque isso facilita a organização partidária. Mas sob o aspecto jurídico, realmente, quero confessar que me surpreendeu.

Mas, S. Ex^a disse, mais adiante, com relação aos partidos que não conseguirem o percentual:

“Permanece o artigo que determina que, se o Partido não conseguir os 5%, em geral, e os 3% nos Estados, os Deputados e Senadores que forem eleitos por esse Partido não assumem.”

Há uma série de emendas com relação a esse artigo, extinguindo, dizendo que o Deputado que é eleito assume, independente de o seu Partido ter ou não conseguido o percentual que garanta a sua existência.

Quando se votou a reforma da Constituição, a Emenda nº 11, o Senador José Sarney, Líder da ARENA, deu essa interpretação de que o Deputado não perdia o mandato, o mandato lhe era assegurado.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB – RJ) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Vejam o que diz o ilustre Relator:

“Quanto aos efeitos de o item 2, § 2º, art. 152, conjugado com o § 3º, que se refere aos 5% de eleitores exigidos para que o partido tenha representação na Câmara, queremos deixar assinalado, no nosso Parecer, a nossa posição de absoluta afinidade política com a necessidade de emenda constitucional no sentido de preservar o mandato dos eleitos.

A interpretação do Senador José Sarney, como Relator da Comissão Mista da Proposta de Emenda à Constituição, é lógica quando diz:

“De fato, nos termos da proposta, não se verifica, como supõe o autor da Emenda, prejuízo para os eleitos, embora não se possa representar o respectivo partido.”

O que a proposta veda é, precisamente, a representação partidária, nunca, porém, a representação dos eleitos legitimamente pelo referido referendo popular, pretendendo, assim, resguardar providência efetivamente não vulnerada pela proposta, ou seja, a relatividade é o direito da nova filiação dos eleitos.

A emenda apresenta-se, neste ponto, desnecessária, de certo modo, redundante.

O Relator da matéria, Presidente da ARENA, na hora em que se votou a reforma da Constituição, disse que tinha redundância, que seria desnecessário, que o mandato estava assegurado.

O ilustre Relator não teve, aqui, a mesma interpretação que teve na anterior. No nosso entendimento, está implícito, na lei, o direito dos eleitos. Necessitamos, porém, de complementação de emenda constitucional transitória, para que fique, indiscutivelmente, assegurado o mandato do parlamentar, que possa se achar ameaçado, diante da evidência do § 3º do art. 152.

Por isso que, ao ser escolhido o Relator, pela ilustre Liderança da ARENA nacional, declaramos à Imprensa:

“Devemos fazer um acordo de cavalheiros para que, tão logo se iniciem os trabalhos legislativos do próximo ano, seja apresentada a emenda modificando a redação do art. 152.”

O Relator de hoje não concorda com o relator de ontem. O Relator de ontem é o Presidente da ARENA de ontem e o de hoje, e nos propõe um acordo de cavalheiros.

Ora, Sr. Presidente, em busca do acordo de cavalheiros, estão os dissidentes da ARENA, correndo pelos corredores do Congresso Nacional. Vá perguntar para o Senador Magalhães Pinto o que ele acha do acordo de cavalheiros; aos Presidentes da República que não cumpriram as Constituições que juraram e, em cima delas, vieram os “pacotes” de abril e os atos institucionais.

É muito interessante ficarmos à espera de um acordo de cavalheiros. Mas, há mais em relação ao projeto de lei, Sr. Presidente. É tão impressionante o pavor que o Governo tem do MDB, – que ele não admite – que permitiu até a volta

dos antigos partidos: podem voltar, menos a UDN, esta não pode voltar; o PSD pode voltar, o PTB pode voltar, mas a UDN, não! Mas, o pavor do MDB é tão grande que a imprensa publicava que o MDB continuaria com o nome de PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Então, o Governo colocou um artigo e seu casuísmo é tão escandaloso, é tão revoltante, tão absurdo, que, sinceramente, é duro termos que analisá-lo: “do nome constará, obrigatoriamente, a palavra *partido*”. Esta foi a grande inovação que o Relator disse que há no Projeto. Mas, continua: “com os qualificativos seguidos da sigla”, isto é: o partido não pode ser seguido de *movimento*. Tem que ser partido isso, partido aquilo, tem que ter um qualificativo. Dizia o projeto de lei: “Esta, correspondente às iniciativas de cada palavra, não sendo utilizadas expressões ou siglas que possam induzir o eleitor a engano ou confusão”. Substitui, o Relator, a palavra *sigla* por *arranjo*. Substitui. Faz essa inovação fantástica, de uma profundidade e de um conteúdo que, realmente, os Anais do Congresso Nacional vão analisar, no futuro: em vez de dizer: “não permitida a utilização de expressão ou siglas que possam induzir o eleitor a engano”, o Relator coloca: “A utilização de expressões ou arranjos que possam induzir o eleitor a confusão ou engano”. É que o Relator quis fechar mais, quis apertar mais, se na palavra *sigla* podia haver alguma dúvida, porque PMDB não induz a nada. Agora, arranjo pode-se dizer que é; é um arranjo que está sendo feito com essa nova sigla que se quer apresentar. Esta é a abertura que o Relator fez no Projeto. Uma das grandes aberturas de S. Ex^a é esta.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Eu tenho a impressão de que V. Ex^a chega, finalmente, à conclusão de que a única coisa que salvaria o MDB seria o nome, porque a unidade partidária, á qual se poderia apelar, V. Ex^a não leva em consideração. O fato é que a lei diz que o que vale para o MDB, também vale para a ARENA.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Muito profundo o aparte de V. Ex^a. Muito profundo! Só que o MDB está do lado de cá e V. Ex^a está do lado de lá, do lado das vantagens, do lado da máquina, esta mesma máquina que está esmagando os chamados dissidentes da ARENA, chamando, um a um, aos gabinetes governamentais, no sentido de crê ou morre, ou vota ou não vota...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Esmagando nomes...

O SR. P EDRO SIMON (MDB – RS) – Mas, a sublegenda, Sr. Presidente, o Governo a mantém. E mantém por quê? Porque o “arenão” só sai – perdoe-me o Senador Gastão Müller – se for mantida a sublegenda. Por isso que o Governo, com todo o seu esforço, não pode atender aos dissidentes e, se atender, ilustre Senador...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Mas sai, apesar de mudar de nome...

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Não se esqueça de que pode cair art. 5º, mas, caindo o art. 5º, restará ao Governo vetar o art. 13, na parte

referente à extinção da sublegenda, na lei atual, e, aí precisa de dois terços para derrubar o veto.

O Governo, até ontem, dizia que a sublegenda era necessária, porque nós tínhamos apenas dois partidos. Agora, vamos marchar para o pluripartidarismo. Por que a sublegenda, então? A sublegenda, que é o câncer do partido, a sublegenda que corrói o partido, a sublegenda que é a divisão interna, que impede que um partido seja sólido, seja forte, seja unido em torno de idéias. Por que manter a sublegenda? É porque, em torno da sublegenda a máquina do Governo pode agir. “Vocês concorrem. É melhor vocês concorrerem no partido do Governo do que num partido independente. Porque, no partido do Governo, vocês somam os votos: o que ganha, ganha; o que não ganha, sempre tem um cargo à disposição, num ministério, numa autarquia, numa sociedade de economia mista. Perdeu, mas prestou serviços. E, a quem presta serviços, o Governo está aí para corresponder com a devida vantagem”...

Manter a sublegenda, no sistema de pluripartidarismo, é um escândalo que soa como tal aos ouvidos e aos olhos de quem quer escutar e quer ver. Mas o governo parte para um pluripartidarismo realmente importante. Pluripartidarismo em que os homens do Governo devem, fisiologicamente, se unir no mesmo partido. Os homens da Oposição devem, ideologicamente, se dividir por vários partidos.

Este é o espírito do Governo, este é o espírito da reforma, este é o desejo do Governo. Idéias, conteúdos, princípios, programas, filosofia, isso não importa. Agora é o partido do João, ontem era o partido do Geisel, anteontem era o do Médici. A doutrina está lá na cultura vasta do General Figueiredo. Programa econômico, filosofia social? Para quê a ARENA pensar? Para quê os atuais Senadores e Deputados da ARENA se preocuparem? Lá está o Presidente João pensando por todos. Quem tem chefe não pensa – dizia um caudilho – ele pensa por nós, pensa por todos.

A sublegenda tem que permanecer. O escândalo da sublegenda nasceu para uma eleição só, quando, após o AI-2, foram extintos os partidos. Nessa época, eram 14 e criaram-se apenas dois: ARENA e MDB. Afirmou-se que a sublegenda era necessária para que, nos dois partidos, as maiorias não esmagassem as minorias. Isso acontecia, notadamente, na ARENA, com a briga entre o PSD e a UDN. Veio para uma eleição apenas e durou até hoje e vai durar no pluripartidarismo deste Governo. Aliás, sobre a extinção do MDB e da ARENA, há uma passagem do ilustre poeta e jurista José Sarney, – que deve tê-la dado, mais como poeta do que como jurista – que é genial. Interpelado pelo Deputado Jorge Arbage, no sentido de que os partidos não poderiam ser extintos o jurista/poeta respondeu: “No Brasil, os partidos políticos são reconhecidos, como em outros países mais adiantados do mundo, como Pessoas Jurídicas de Direito Privado”, o que daria fundamento à tese dos juristas, como o Sr. Paulo Brossard, de que o partido é como uma sociedade civil que não pode ser legalmente extinta. “Mas, em nosso Direito, partidos são Pessoas Jurídicas de Direito Público e não privado. São algo

como uma autarquia, pois recebem fundos públicos e, neste caso, podem ser extintos, como extintas podem ser as repartições públicas, na forma da lei.”

O Presidente da ARENA compara um partido político a uma autarquia. Ainda bem que S. Ex^a reconhece que o partido político é uma autarquia, que pode ser extinta por lei, não por decreto. Comete, S. Ex^a, esse ato de grandiosidade para com o partido político. É uma autarquia, sim! Mas não é uma autarquia que o Presidente da República possa extinguir por decreto. Tem que haver uma lei.

Mas, onde estamos nós? Ponho de lado todos os juristas que se manifestaram sobre esta matéria, bem como o Senador Humberto Lucena, no seu último pronunciamento, a mancheias, nesta tribuna, para ficar apenas com o bom senso. Apenas com o bom senso! Mas, como se pode argumentar que um partido político é uma autarquia que a lei pode extinguir? Então, no momento em que o Governo começa a temer que um partido pode possibilitar-lhe a queda pelo voto, determina a sua extinção, como uma autarquia qualquer? Mas, onde estamos? Na verdade, este é o espírito da lei: o Governo está tratando a ARENA e o MDB como autarquias e, como o Governo quer extinguir essas autarquias, extingue! E vai criar novas autarquias. E, criadas essas novas autarquias, daqui a três, quatro, cinco, seis, não sei quantos anos, uma delas terá adquirido força, prestígio e respeitabilidade popular, para colocar o Governo em crise, em função da perda da maioria do voto popular. O que fará o Governo, então? Extinguirá as novas autarquias. Extinguirá, simplesmente! Sairemos nós, no ano que vem, a organizar as autarquias do Dr. Sarney. Organizadas as novas autarquias, depois de algum tempo, umas delas terá confiabilidade popular para disputar o voto e ganhar a maioria. O Senador Sarney não terá nenhuma dúvida: são autarquias. Vamos extingui-las. Vamos criar novas autarquias!

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – V. Ex^a permite?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – V. Ex^a tem toda a razão, nobre Senador Pedro Simon: a aprovação deste projeto significará o precedente mais perigoso que já se abriu na História Política do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Reparem: por que forma extintos os antigos partidos? Porque, em 1964, tivemos um movimento chamado Revolução. Veio um ato que não teve número, mas, depois, deu-se-lhe o número. Por um prazo, com base nesse Ato nº 1, o Governo autodenominado revolucionário cassou, prendeu, exilou e adonou-se do poder, mas teve um prazo. Voltou à vigência total a Constituição de 1946. Em 1975, tivemos eleições governamentais em 11 Estados, quando a coligação PTB/PSD ganhou, especialmente nos Estados de Minas Gerais e da Guanabara.

Não vamos nos esquecer, nobre Senador, de que foi em decorrência deste fato – quando não se queria dar posse a Israel Pinheiro, em Minas Gerais e

a Negrão de Lima, na Guanabara – que se editou o Ato Institucional nº 2 e se extinguiram os Partidos Políticos existentes.

A UDN – União Democrática Nacional – da época entendeu que não teria condições de fazer os Governadores pelo voto direto. Extinguiram-se, por isso, os partidos.

Agora – como me diz um ilustre Senador da ARENA oriundo do PSD – este entra com os votos e a ARENA entra com os Governadores.

Treze anos depois, o MDB adquire condições de ter maioria no Congresso Nacional e de eleger a maioria dos Governadores estaduais. Então, vamos extinguir o MDB. Vamos criar novos partidos. E, partido pode-se criar por ato de força. Mas partido não adquire respeitabilidade popular por ato de força! Como dizia um ilustre jornalista da *Folha de S.Paulo*:

“Os partidos levarão muito tempo até adquirirem a respeitabilidade popular, a credibilidade popular. Levarão tempo suficiente para que o Governo possa, durante esse espaço de tempo, agir à vontade, atuar à vontade.”

Porque, até os partidos se organizarem, viveremos um ano, aqui, com blocos parlamentares, sem partidos legítimos. Depois deles se organizarem, no ano seguinte, voltarão a organizar os diretórios municipais. E, depois, terão que lutar para buscar, com o tempo, a credibilidade popular. Em 1970, o MDB foi fragorosamente derrotado nas urnas. Perdeu, não para a ARENA, mas para o voto em branco. Porque a esmagadora maioria do povo não aceitava a ARENA e não confiava no MDB, afinal ambos criados por um ato de força do Governo. O povo votou em branco, por isso.

Agora, os partidos que se formarão terão que percorrer um longo e sofrido caminho, até chegarem a adquirir a confiança popular. É o tempo que o Governo quer. Diria mais: é o tempo de que o Governo precisa para que só ele possa agir, só ele possa atuar, só ele possa se impor e falar, porque o resto, os partidos, esses estarão tentando buscar a confiança popular.

Por isso, nobre Senador, o problema não é extinguir ou criar partidos. V. Ex^a poderia ter dito – e até concordo – que o governo extingue partidos, mas não extingue idéias. Mas, por que o Governo não deixa que o MDB volte com o nome de MDB? Porque o governo sabe – e nós também o sabemos – que, no futuro, ter-se-á que vender a nova idéia, o novo nome, o novo rótulo, até se ter o longo e espinhoso caminho de buscar a credibilidade popular.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Nobre Senador Pedro Simon, acho que não há dúvida de que a passagem do bipartidarismo para o pluripartidarismo é um passo importante a ser dado, no ambiente político brasileiro. Acho isso muito importante, mas acho, também, que por uma questão de respeito a nós, que pertencemos à ARENA e ao MDB, os Partidos atuais devem ser extintos,

porque essa é, a meu ver, uma condição de liberalização total de cada um dos partícipes desses partidos atuais. Seria tremendamente constrangedor se tivéssemos de encarar um pluripartidarismo, diante da permanência dos atuais partidos. O primeiro constrangimento, mesmo que desejássemos participar, fazer parte, vincularmo-nos a outro partido, nos sentiríamos constrangidos. É muito importante que essa premissa seja aceita. Além do mais, V. Ex^a chega, também, à conclusão – como chegou há pouco tempo – de que se pode suprimir as siglas, mas é difícil suprimir idéias, quando elas existem, consistentemente, e são totalmente aceitas pelo grupo. Se, porém, elas não são aceitas pelo grupo, se o cimento que une esses homens no seu partido não é suficientemente resistente, então, não há condição para que esses partidos persistam, mudando de nome, depois da extinção dos partidos pré-existentes. Esta, a minha opinião.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Realmente, V. Ex^a jamais sairia da ARENA para entrar, por exemplo, no Partido Independente. Tenho certeza de que V. Ex^a jamais seria um dissidente...

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Esta é uma questão de foro íntimo. V. Ex^a sabe disso.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Também concordo, inteiramente, com V. Ex^a: é uma questão de foro íntimo.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Pelo que vejo, V. Ex^a mesmo não sabe que decisão tomar. V. Ex^a identifica a minha decisão, mas a sua mesmo parece que não identifica.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – A minha é muito clara, nobre Senador. Defendo, intransigentemente, que o Governo não tem autoridade para extinguir o MDB.

O Sr. José Lins (ARENA – CE) – Este é outro problema.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Ah, isso é muito fácil! Isso é outro problema que não interessa a V. Ex^a., que está louco para ver o seu partido extinto.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Com todo o prazer.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – V. Ex^a, há pouco, falou em credibilidade popular. Entretanto, nos tempos que correm, nobre Senador Pedro Simon, o que importa ao sistema é que os partidos adquiram a confiabilidade do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Bem, essa é mais difícil. Realmente, é difícil. A tal ponto que uma pessoa por quem tenho a maior simpatia, o maior carinho e o maior respeito, que é o Senador Henrique de La Roque, fez hoje um pronunciamento que considero da maior importância, felicitando o Governo porque a inflação caiu de 7,8% para 5,6% ou coisa parecida. Reparem que estamos num País em que as coisas vão tão bem que um Senador da cultura

e da capacidade do Senador Henrique de La Roque felicita o Governo quando a inflação é de mais de 5% ao mês! Realmente, vejam a que ponto chegou a realidade brasileira! Que grau atingimos, no controle da inflação brasileira, quando ela é recebida com aplausos! E, por um Senador da respeitabilidade do Senador Henrique de La Roque!

A inflação? A inflação baixou para 5%. Viva o Governo! Inflação de 5%, multiplicada por doze chegaria a 60% ao ano. Sem contar que ela é cumulativa!

O Sr. Humberto Lucena (MDB – PB) – Permite V. Ex^a, outra vez, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Pois não.

O Sr. Humberto Lucena (MDB – RS) – No entanto, o Senhor Presidente da República, em entrevista à revista *Veja*, previa a inflação de 50%. E vamos chegar a 70%, ao final do ano.

O Sr. Henrique de La Roque (ARENA – MA) – Permite V. Ex^a?

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Se o chamei ao debate, é claro que darei o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer, nobre Senador Henrique de La Roque.

O Sr. Henrique de La Roque (ARENA – MA) – V. Ex^a acaba de conceder, ao modesto Senador pelo Maranhão, o privilégio de participar de um discurso, de uma dissertação de quem tão consagrado aqui chegou, pelas urnas e pelo talento. É-me, realmente, confortador. O que procurei assinalar, nobre Senador Pedro Simon, foi que o Ministro Delfim Netto tinha conseguido essa coisa, esse fato, esse acontecimento que me chamou a atenção, de conter esse cancro que parecia em ascensão e insusceptível, sequer, de paralisação. Achei significativo que, de um mês para o outro, embora o percentual fosse insignificante – e V. Ex^a sabe, eu sei e toda a Nação sabe – embora insignificante, demonstrou que a inflação estagnou. Então, declarava que a inflação – o MDB, a ARENA e todo o País concorda – é muito mais perigosa para os destinos da Nação do que a própria divergência política, porque é a deterioração econômica do País, é a putrefação econômico-financeira do País. Se parto dessa premissa, congratulei-me, não pela cifra, não que a cifra fosse realmente marcante, mas porque ela mostrava – pelo menos para aqueles que não são ainda totalmente desesperançosos – mostrava que a inflação parou de galopar tanto.

Muito grato a V. Ex^a por haver permitido que eu explicasse melhor aquilo que declarara sem nenhuma veleidade, pedindo licença aos eminentes Senadores Luiz Cavalcante e Roberto Saturnino, para que tivesse o direito de extravasar algum pensamento meu em matéria, realmente, do conhecimento específico e total de tão brilhantes companheiros desta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Muito obrigado, nobre Senador.

O MDB, alguns afirmam – e isso é muito importante – é contra o pluripartidarismo; na verdade, o MDB está fazendo toda essa encenação porque quer continuar detendo o monopólio da oposição; o MDB não deseja que surjam novos partidos e eles estão aí desejando surgir.

Não! Há emendas apresentadas, não apenas por Deputados e Senadores já diretamente ligados a projetos de organização de novos partidos, mas firmados no atual partido e desejosos de dele não sair; há emenda, inclusive, apresentada pelo Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulysses Guimarães. São emendas que abrem, que facilitam totalmente a criação de novos partidos. Então, há emendas que o MDB apresentou – inclusive dois substitutivos; um de autoria do Senador Itamar Franco, facilitando, ao máximo, a criação de novos partidos, e outro, de autoria dos membros do MDB na Comissão Mista que estudou o projeto, sendo este absolutamente liberal, que deixa ao povo a tarefa de selecionar os partidos que devem existir. Mil pessoas, sendo 10 eleitores por Estado ou Território, organizam um partido.

Mais facilidade do que esta para a criação de novos partidos, parece impossível. E não se diga que é um absurdo, porque normas semelhantes existem nas grandes democracias da Europa, deixando-se ao povo o direito de fazer a seleção daqueles que, depois, continuarão a existir, terão ou não representação parlamentar.

Portanto, ninguém poderá dizer, ninguém poderá acusar o MDB de desejoso de manter o monopólio da oposição. O Governo, sim. O Governo está aí, esmagando, um a um, os que querem tentar fundar um partido novo.

Já ontem, na anistia, o Deputado que votasse a nosso favor, para ampliá-la, tinha até os seus parentes demitidos dos Ministérios. Estão aí os Ministros a dizerem: favores para quem estiver conosco! Está lá, há algumas semanas atrás, a palavra do próprio Presidente da República: “Faremos o nosso partido. Quem estiver conosco, fique conosco. Os outros fiquem com quem e onde quiserem. Eu não me queixarei. Que eles, também, não se queixem depois!”

Esta é a afirmativa do Presidente da República, em cima da sua bancada, no momento em que se fala de pluripartidarismo.

O MDB o deseja, mas deseja um pluripartidarismo sério, sadio, real, evidente, e não casuísta como está no projeto.

O Sr. Agenor Maria (MDB – RN) – Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador).

Senador Pedro Simon, o que é de estarrecer é que o casuísmo é fisiológico, está comendo a confiança da Nação, está acabando com a esperança do povo, gerando indefinição no campo político e ideológico, que criou instabilidade no campo econômico e social. Instabilidade esta, que gerou uma situação terrível porque, hoje, no Brasil, é um salve-se quem puder. A inflação é grande, mas, por incrível que possa parecer, a inflação psicológica é maior ainda que a inflação real. E é maior por quê? Porque ninguém sabe de que maneira virá o dia de amanhã e, assim, que pode se arrumar hoje, não pode, absolutamente, deixar para amanhã. Então, o que gera e medra em toda a Nação é a desconfiança, que, hoje, é a porta aberta de um Governo que, através do casuísmo fisiológico, gerou tudo isso que está aí. Uma situação deprimente, que não sabemos, em sã consci-

ência, para onde nos vai arrastar. O que podemos confessar é que o povo está aí desamparado, a classe política marginalizada, o nosso rico descapitalizado, a classe média endividada e o assalariado morrendo de fome. Esta é a grande realidade. Congratulo-me com V. Ex^a porque, tendo esperança, tem a coragem de vir à tribuna debater um problema de magna significação para o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) – Nobre Senador, o tempo de V. Ex^a está ultrapassado em oito minutos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente. Muito obrigado, nobre Senador Agenor Maria.

Volto a repetir, Sr. Presidente, porque tenho o costume de dizer claramente o que penso, o que significa esse projeto. Primeiro: extingue o MDB porque o MDB cresce demais, e crescendo demais, põe em risco o Governo em 1982.

Segundo: extingue a ARENA, porque; consequência de permanente bater palmas ao Governo, aceitando tudo, a ARENA, nesta altura, perdeu a confiança do Governo e, depois de quinze anos de bater palmas ao Governo, de ficar contra o povo para apoiar o Governo, era resposta como resposta a sua auto-extinção. É necessário extingui-la, esse instrumento não serve mais, é colocá-lo de lado para tentar pintar uma casa nova, bonita e moderna, para vender a imagem ao povo.

Terceiro: esse projeto e, principalmente, quando dá o mandato de um ano aos primeiros diretórios, quer manter a classe política, permanentemente, voltada para esse problema, impedindo de dialogar, de discutir, de debater, de criticar, de fiscalizar os atos governamentais.

Quarto: esse projeto traz nele, implicitamente, a prorrogação dos mandatos municipais. O Substitutivo do Senador Itamar Franco determinava que haveria eleições, no ano que vem. Os atuais partidos que ficassem – ARENA e MDB – indicariam os candidatos. Os futuros Partidos, as Comissões Provisórias poderiam indicar candidatos, mas esse projeto já traz em si a prorrogação das eleições municipais.

Quinto: este Projeto traz em si a prorrogação do Colégio Eleitoral que vai eleger os Governadores, em 1982, porque, não havendo eleição agora para eleger os Vereadores, eles, tendo seus mandatos prorrogados, em 1982, serão os atuais Vereadores que irão eleger o futuro Governador.

Haver-se-á de dizer que a lei será mudada. Será. Agora, quando a lei dizia que as eleições eram diretas, o Governo violentou a lei e transformou, às vésperas, as eleições diretas em indiretas. Posso eu ter confiança num Governo, no futuro, quando a Constituição, hoje, diz que as eleições são “indiretas”? Hoje, quando as eleições indiretas já constam do texto constitucional, posso ter confiança de que o Governo vá mudar amanhã quando o Colégio Eleitoral já estiver completo? Aliás, nesse sentido, tenho dito e lido da Tribuna: tanto o Senador Petrônio Portella quanto o Ministro da Comunicação Social, Sr. Said Farhat, têm dito: “O Governo não tem nenhuma decisão para as eleições de 1982. Está estudando, pretende transformar as indiretas em diretas, mas não há decisão. Agora,

este Projeto cria o Colégio Eleitoral para eleger os Governadores, em 1982. Isto está neste Projeto”.

Encerro agradecendo a sempre tradicional gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, e solicitando a transcrição, nos Anais, do artigo do jornalista Luiz Alberto Bahia, publicado na *Folha de S. Paulo* de hoje. Vai adiante o artigo dizendo exatamente o que o jornalista pensa deste projeto.

Encerro, apenas, dizendo que não entendo as afirmativas do Sr. Ministro da Justiça, quando perguntado, na televisão, sobre o que acha que poderia acontecer se o projeto fosse rejeitado, S. Ex^a afirmou: “Seria uma catástrofe”. Uma afirmativa como esta, feita num país democrático, poderia ser considerada como uma afirmativa infeliz. Mas, uma afirmativa com esta, feita num Congresso que, muitas vezes, quando quis decidir com soberania, – lembrem-se da Reforma Judiciária e lembrem-se de Márcio Moreira Alves! – terminou sendo fechado, é uma afirmativa muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) – Lembro a V. Ex^a que há outros oradores inscritos e temos uma sessão do Congresso, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (MDB – RS) – Já termino, Sr. Presidente.

Um membro desta Casa, que ocupou a cadeira que V. Ex^a ocupa hoje, de Presidente do Congresso Nacional, afirma que: a rejeição do projeto será uma catástrofe! Seria importante que S. Ex^a dissesse em que consiste esta catástrofe.

O ilustre Vice-Presidente da República, o ilustre ex-Governador de Minas Gerais, quando lhe perguntaram se o atual projeto não consistiria na prorrogação de mandatos municipais, respondeu que sim. Por quê? E S. Ex^a deu esta genial resposta: “Por questões de ordem prática”.

Realmente, Sr. Presidente, por questões de ordem prática. Para se evitar uma catástrofe, o Governo deseja votar este projeto. O MDB, por questões de ordem moral, de ordem técnica, de ordem constitucional, de ordem jurídica, deseja que se criem novos partidos, mas deseja que os atuais permaneçam, é claro, dando-se à ARENA o direito de se auto-extinguir pela sua Convenção.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, – e de modo muito especial ao Senador José Lins, liderando o Governo, neste momento – que leve à sua Bancada e ao seu Partido a oferta, a palavra oficial do MDB, neste momento: Se o problema da ARENA para votar a revogação do artigo 2º é o de sua sobrevivência como partido, estarem os juntos para salvar a ARENA, votando, imediatamente, o projeto de lei que prorroga a possibilidade de realização de convenções além do dia 6 de janeiro.

Muito obrigado e desculpe-me V. Ex^a, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)



1980

Movimentos sindicais do ABC paulista

Pronunciado em 23 de abril

Senhor Presidente, Senhores Senadores, acredito que o Brasil inteiro tenha seus olhos voltados para a crise do ABC. Acredito, ao mesmo tempo em que se espera uma solução para a crise no ABC, muitos aguardam o comportamento desta Casa, no que ela pode fazer, no sentido de dar a sua colaboração para sairmos do impasse do ABC.

Sr. Presidente, a par dos pronunciamentos, creio que o assunto é tão grave e tão sério que não me parece que o normal seja ficarmos na discussão acadêmica, a Oposição criticando e a Bancada Governista defendendo, enquanto, a cada dia, e a esta altura – por que não dizer? – a cada hora, a situação vai atingindo um clímax que não desejamos e que acredito que o Governo também não deseja, mas que poderá levar a uma situação irremediável. Em primeiro lugar, o que está surgindo no ABC, o que está surgindo em Minas, no Rio Grande do Sul, é um fato que tem que ser tido como absolutamente natural.

Se vivemos num regime, durante longos anos, em que houve concentração de renda, em que houve o que se convencionou chamar de arrocho salarial, e uma parcela ponderável da sociedade brasileira foi marginalizada, se chegamos à realidade de hoje, quando o Ministro da Justiça, na CPI sobre a Violência, no Senado, e o Ministério da Previdência, na Comissão do Senado, afirmam que os problemas do Brasil crescem a tal ordem que eles estão a defender o controle da natalidade, porque a marginalização é de tal monta que três milhões de crianças morreriam, este ano, e o número de abortos que seriam praticados é incalculável e, na zona da miséria e na zona da fome, o Brasil, aumentando, ao final do século, para mais de 200 milhões de habitantes, teria uma população incontrolável, no sentido de que a violência passaria a gerar-se pelo fato social e pela própria miséria dessas criaturas.

É fato que temos que entender que, como consequência dessa realidade, o debate do ABC é um fato que devemos receber como absolutamente normal; que o povo está em crise; que os agricultores do interior estão em crise; que os 40% que ganham até um salário mínimo, neste País, estão em crise; que os 70% que ganham, no máximo três salários mínimos estão em crise, quando é o Sr. Delfim Netto que afirma que o maior problema que tem o Brasil, hoje, não é nem a dívida externa, nem a inflação, mas o desemprego. Deste modo, são milhões de brasileiros que não têm, sequer, um emprego para viver.

Quem lê o relatório da Presidente da FUNABEM, onde ela demonstra a realidade daquela instituição, que deveria proteger o menor, mas que, na verdade, é uma escola de crimes, tem que compreender e que entender que a organização da sociedade, quer através dos estudantes universitários, buscando o debate, quer através dos líderes sindicais, querendo participar, quer através de associações de bairros ou sindicatos rurais, é algo que até demorou muito mas é algo que tinha que acontecer.

Parece-me, Sr. Presidente, que um fato que devemos encarar com o maior otimismo e com o maior respeito é esta organização da sociedade. Parece-me que o fato de verificarmos a sociedade agitada, debatendo, discutindo, dizendo presente, e algo que deve somar a favor do futuro deste País e não como alguns imaginam, que é um fato gerador de crise e de problemas para a realidade brasileira. O que havia, antes: o silêncio que não era o silêncio, manifestação da vontade e do aplauso, mas que era o silêncio do medo, do temor, da falta de organização, aquilo era perigoso, porque aquilo é que fazia com que surgissem os falsos milagres do Dr. Delfim Netto, aquilo é que fazia com que o Governo imaginasse que os rumos que ele estava dando para a política econômica e social eram os rumos que correspondiam aos interesses da Nação brasileira.

O que nós estamos sentindo hoje – e já hoje é uma realidade palpável – é que todos nós, a começar pelo próprio Partido do Governo, que se reuniu para elaborar um programa para o seu Partido – o programa do PDS – verificamos que, pelo menos naquilo que ele apresenta de estrutura social econômica, ele é uma antítese da política econômica e social do Governo. E tudo isso é consequência das manifestações da sociedade.

O ABC é onde nós temos um dos setores mais organizados, quer no que diz respeito às organizações sindicais, que no que diz respeito à organização da Igreja, onde a Igreja buscou, realmente, arregimentar a população no sentido de dar-lhe um conteúdo social, além do religioso. E era mais do que natural que esse debate aparecesse no ABC.

Argumenta o Líder do Governo, o Senador Jarbas Passarinho, que é um fato normal que, exatamente no setor mais organizado, que de certa forma, inclusive, tem uma renda superior a outros ramos da sociedade brasileira que recebem menos do que ele, esses possam reivindicar, tenham melhorias de condições salariais, enquanto o sapateiro, enquanto milhões de nordestinos que não têm sindicatos fortes, que não têm força, que não têm autoridade, não possam reivindicar.

Está errado! Claro que está errado! Mas não são os homens do ABC que estão errados. O errado é que o resto da sociedade ainda tenha condições de chegar lá e lutar por aquilo a que tem direito. Mas, uma prova de que eles estão chegando lá é o que aconteceu com os agricultores da soja, homens que, durante praticamente toda a existência deste País, se acostumaram a ouvir, a protestar, silenciosos, mas aceitando sempre as determinações governamentais. Mas, no

Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, eles se levantaram, pacífica e ordeiramente, mas manifestaram a sua inconformidade e forma até vitoriosos nas suas pretensões, derrubando o confisco da soja.

Então, parece-me que se há uma organização da sociedade, debatendo por um direito legítimo seu, nós, que representamos a sociedade, aqui, que somos os legítimos intérpretes dessa sociedade, temos a obrigação de aplaudir, porque é muito mais importante nós, Congressistas, estarmos representando um povo que fala, que sabe o que quer, que debate e defende as suas idéias, do que estarmos aqui defendendo uma população amorfa, sepulcral, que não sabe o que quer e o que pensa.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB – GO) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, não me parece, Sr. Presidente, que o debate apresentado no ABC seja de forma a ser colocado como alguns homens do Governo desejam colocá-lo.

A primeira análise que deve ser feita, em todo este debate, é que, desde o seu início, desde a primeira assembléia que lotou o Estádio Municipal de São Bernardo, a palavra dos seus líderes foi de uma orientação no sentido de que ele tinha que ser pacífico, de que não deveriam aceitar provocações. A última orientação no sentido, inclusive, de que não deveriam ingerir bebida alcoólica, de que deveriam ir ao estádio com a sua família, para demonstrar que a reunião era pacífica e que deveriam sair do estádio para as suas residências. O mesmo ocorreu na última reunião, já agora realizada dentro de uma igreja, pela impossibilidade de outro local. A palavra das lideranças sindicais sempre foi a palavra de quem não deseja confronto, de quem não deseja tumultuar, mas de quem deseja resolver um problema seu.

Agora, Sr. Presidente, o que nós sentimos, o que verificamos aqui, o que estamos analisando é o comportamento de empresários, de trabalhadores e do Governo. Já quando falei aqui, em vezes anteriores, antes de a crise chegar aonde chegou, chamava a atenção para posição do Ministro do Trabalho. Parece-me que, em primeiro lugar ele deveria servir de intermediário no relacionamento entre o capital e o trabalho. E eu me atreveria a dizer mais: que, num País como o nosso, em que o fator trabalho está tão por baixo, em que os trabalhadores estão numa situação tão inferiorizada, ele deveria buscar diálogo, olhando com um pouco mais de simpatia a posição dos trabalhadores. Mas, não chego lá. É o que eu acharia, é o que eu defenderia. Dentro do diálogo, o Ministro do Trabalho deveria olhar com um pouco mais de simpatia a posição do trabalhador. Mas, a imparcialidade já seria válida.

O que se notou, desde o primeiro momento, foi que o Sr. Ministro do Trabalho agiu, permanentemente e constantemente, ao lado dos empresários e contrário aos trabalhadores. Desde o primeiro momento, ele já falava em intervenção, desde o primeiro momento ele já falava que a greve seria ilegal; desde o primeiro momento, ele já mantinha entendimentos com as autoridades militares

da área de São Paulo; desde o primeiro momento, ele já agia no sentido de pressionar os trabalhadores. Mesmo antes da decisão – porque agora se haverá de falar que houve uma decisão do tribunal – mesmo antes da decisão do tribunal, ele ocupou a cadeia de televisão para coagir os trabalhadores de São Paulo, no sentido de que eles deveriam comparecer à assembléia geral que estava sendo convocada: a primeira convocada. Desde o primeiro momento, a posição do Sr. Ministro do Trabalho foi clara e foi precisa: contrária aos trabalhadores.

O mais grave é que, no dia em que houve a intervenção, a Imprensa toda publicou que Delfim Netto, Ministro do Trabalho, e os homens do chamado grupo dos 14 estiveram reunidos, em São Paulo, durante praticamente toda a manhã. À tarde, quando o Vice-Presidente do Sindicato de São Bernardo foi convidá-lo para participar de uma reunião com os trabalhadores, ele disse que aceitava e que ia estudar. E, quando o Vice-Presidente lhe perguntou – porque era voz corrente – se haveria possibilidade de intervenção, ele respondeu: “Claro que não. Se estou dizendo aos senhores que não vai haver, que estou pensando em aceitar participar da reunião de vocês e que estou a possibilidade de voltar às negociações é porque não há nenhuma intervenção em vista”.

Saíram os líderes sindicais, entrou a Imprensa e, na frente da Imprensa, ele assinou a intervenção. É um ato – não digo apenas de grosseria com os líderes sindicais – de falta de sensibilidade de S. Ex^a, o Ministro do Trabalho. E, de lá para cá, desde a primeira hora, S. Ex^a se nega, permanentemente, a sequer imaginar a possibilidade de reavivar as negociações entre os líderes sindicais e os líderes empresariais.

O Senador Teotônio Vilela, ainda ontem, desta tribuna, fez questão de esclarecer que a ansiedade dos líderes sindicais é de reavivar o diálogo, de reiniciar o diálogo com os empresários, para terem até uma saída digna da situação em que se encontram: sentarem à mesa das negociações e buscarem o entendimento. Acredito que, a esta altura, depois do terror, depois das prisões, depois das violências que atingiram, inclusive, os religiosos e jornalistas, as negociações serão até fáceis. Mas, o Ministro do Trabalho, ainda hoje, diz: “Absolutamente! Não há nenhuma negociação, fugiu da minha alçada. O Ministério do Trabalho não tem nada a ver com isso”.

Então, a posição do Ministro do Trabalho é, permanentemente, a mesma. É um homem sereno e risonho, diante do rádio e das câmaras de televisão e perante os fotógrafos. Parece que S. Ex^a se considera um vitorioso. Parece até que o que está acontecendo está dentro de suas previsões, porque aquele sorriso não pode ser o sorriso de um homem que é o grande fracassado em tudo o que está acontecendo, porque, na verdade, se isso está acontecendo, em grande parte, é porque S. Ex^a não teve capacidade para resolver o impasse. Mas, o sorriso de S. Ex^a, a tranquilidade em dizer, na hora em que temos uma greve da seriedade da greve do ABC e S. Ex^a afirmar que o assunto foge de sua competência, que a sua área não tem mais nada que ver, quando o Sr. Teotônio Vilela, desta tribuna, afirmou, ontem, falando com o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São

Paulo, o próprio Presidente da FIESP disse que está disposto a reabrir o diálogo e as negociações, em alguns pontos, que me parecem fundamentais e fáceis de serem debatidos.

Se o próprio Presidente da FIESP diz que o diálogo ainda é viável, como pode, no dia seguinte, o Ministro do Trabalho dizer que não é mais? S. Ex^a está sendo mais realista que o rei. S. Ex^a está avançando aquilo que os próprios empresários, que o capital está aceitando: a possibilidade de voltar a negociar, aquele que deveria ser o intermediário não quer, não admite, não aceita. Parece-me que é um absurdo!

Por isto, Sr. Presidente, o Presidente da República fala perante a imprensa, hoje, dizendo que está aberto para a Oposição, que o Palácio está aberto para a Oposição. Pois, se o Palácio está aberto para a Oposição, eu, um Senador de Oposição, ocupo a minha tribuna. Acredito que não haveria necessidade de tirar o tempo de Sua Excelência, mas haverá possibilidade de, através desta tribuna, falar diretamente a Sua Excelência.

Tenho aqui o discurso do Presidente da República, que nós todos, Senadores, recebemos impresso e manifestando a sua vontade. Sua Excelência dizia, em Olinda, terra do ilustre Senador Marcos Freire, quando candidato – pré-eleito, é claro! – em campanha eleitoral favorável aos seus candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado: “Qualquer regime jurídico é compromisso, através do qual a sociedade, impossibilitada de resolver todos os seus conflitos, aspirações e ansiedades, procura conciliá-los, nas limitações das construções humanas, imperfeitas por definição.”

É Sua Excelência que afirma, em Olinda, que temos que solucionar os impasses que possam surgir, as ansiedades que estão aí. Ansiedade maior do que a do ABC? Pelo amor de Deus!

“Creio que a evolução do Direito é um processo contínuo, infundável, da mesma forma que é a evolução da própria sociedade e do Estado que a representa.”

Esta Lei de Greve que está sendo usada é absurda. É o próprio Vice-Líder do Governo, representante do Pará aqui, que apresenta um projeto de lei revogando a intervenção no sindicato. É o próprio Vice-Líder que, no seu projeto, determina a proibição dessa intervenção, que só poderá ser feita através da Justiça do trabalho. Porque essa lei é arbitrária, é uma lei contrária aos interesses da sociedade, não é nenhuma cópia das leis que regem as greves nos regimes capitalistas: nem nos EUA, nem na Inglaterra, nem na Alemanha, nem na França, nem no Japão, em nenhum deles. Nenhum desses países tem um regime de greve e de organização sindical tão arbitrário e tão absurdo quanto o brasileiro. Pois é o Presidente da República quem diz que a evolução do Direito é coisa dinâmica. É exatamente o que estamos defendendo.

“Entretanto – diz o Presidente – as instituições de Direito, além de representarem a conciliação possível, em sua época, são duradouras, na medida em

que alicerçadas no respeito a certos princípios como, no caso, a concepção cristã e democrática da vida social.”

E é exatamente a concepção cristã, é a concepção democrática da vida social que está sendo posta em jogo. É exatamente isto que está sendo discutido. É a possibilidade da organização, de a sociedade poder debater e poder ser gente e não ter como resposta o arbítrio, a força, a intolerância das armas, como se quer fazer, sufocando a greve do ABC.

Mas, é lá mesmo, em São Bernardo do Campo, onde está a crise, que, no dia 7 de novembro, no Restaurante São Judas Tadeu, o padroeiro dos impossíveis, que falava o Presidente João Baptista Figueiredo:

“Teremos de harmonizar o capital e o trabalho, de forma a permitir uma melhor distribuição da riqueza da Nação, para que a opulência do rico não se contraponha ao semblante tristonho do pobre e para que o homem das mãos rudes, que sulca a terra e impulsiona a máquina, receba a remuneração justa, capaz de garantir o atendimento condigno das necessidades básicas de sua família.”

Venho aqui, à presença dos líderes operários de São Bernardo e de todo o ABC, que também comungam da nossa fé no futuro, e quero dizer que o Governo não esquece, em momento algum, o trabalhador.

Será que o Governo não está esquecendo, hoje, o trabalhador? Será que o Ministro Murilo Macedo não está esquecendo o trabalhador? Ou será que, na verdade, estamos vivendo uma época em que a figura do trabalhador está sendo esquecida?

A nota da CNBB é uma nota importante. Importante, porque o Senador Jarbas Passarinho, com sua autoridade de Líder do Governo, deu uma entrevista à *Rádio Guaíba* de Porto Alegre e publicada no *Correio do Povo* da mesma cidade, além de outros jornais do Rio Grande do Sul. E as afirmativas que fez, ontem, desta tribuna, dão a entender a existência de uma crise religiosa em nosso País. Parece-me que S. Ex^a, como Líder do Governo, avançou o sinal, porque, como Líder do Governo, S. Ex^a está a fazer algo que não soma para este País: querer apresentar como uma questão religiosa uma diferenciação entre o Estado e a Igreja. Parece-me que, se uma manifestação como a do Senador Passarinho fosse feita por um homem da Oposição, se um líder da Oposição tivesse falado por uma rádio, dado uma entrevista ao jornal ou tivesse vindo a esta Tribuna para dizer que hoje há uma divisão entre o Estado e a Igreja, que hoje há uma questão religiosa neste País, poderia ser até enquadrado na Lei de Segurança Nacional, como inimigo do regime, porque se haveria de falar: “Divergências existem, mas, não de tal ordem que se possa dizer que estamos em vésperas de uma questão religiosa”.

No entanto, é o próprio Líder do Governo que, às vésperas da chegada de Sua Santidade, o Papa João Paulo II a este País, vem à Imprensa e faz a afirmativa de que estamos às vésperas de ter uma crise religiosa no País. Mas, que crise religiosa é esta? S. Ex^a, até ontem, falava no pronunciamento do bispo “a”, do

padre “b”, dos religiosos “c”. Mas, e hoje? Hoje, temos aqui – e peço a transcrição nos Anais – uma nota da CNBB, que é órgão que representa toda a comunidade católica cristã deste País. Toda ela está representada pela CNBB, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. E, D. Ivo Lorscheider, ao lançar esta nota, o faz, na minha opinião, de uma clareza meridiana; o faz de uma clareza que me parece que só não vê quem não quer. É que, realmente, todos nós tínhamos certeza de que, a partir das Encíclicas *Populorum Progressio*, *Mater et Magistra*, *Pacem in Terris*, do Concílio Vaticano II, do Documento de Puebla e do Documento de Itaici, a Igreja viveria este problema que ela está vivendo. Nós tínhamos certeza de que isto aconteceria. Tenho certeza de que os homens da Igreja, no momento em que aprovaram aqueles documentos e, no momento em que tomaram as posições que tomaram, sabiam que haveriam de enfrentar estes problemas. O que estranho é que, na frente deste debate esteja um homem como o Senador Jarbas Passarinho, que, pela sua formação social, pelo seu conteúdo, pela sua ideologia, parece-me que deveria estar a par e participar da linha da Igreja, apresentada, hoje, perante o mundo inteiro.

A Igreja mudou a sua filosofia? Não, não mudou. A Igreja mudou a sua doutrina? Não, não mudou. A Igreja permanece a mesma, imutável através de milênios, desde Cristo, passando pelas catacumbas, chegando até os nossos dias. Mas, não há dúvida de que Igreja, hoje, volta-se para os problemas sociais e para os problemas dos mais humildes, quer com relação às nações sofredoras, injustiçadas, vítimas da ganância das grandes nações, quer com relação às grandes populações marginalizadas, vítimas da injustiça social da realidade brasileira, da realidade mundial. Este é um fato do qual não podemos fugir. Todos os documentos da Igreja pregam isso. Está errada esta posição da Igreja? Parece-me um absurdo afirmar isso. Parece-me que a Igreja se coloca numa posição absolutamente correta. Afirmar que a posição da Igreja deve ser apenas a de rezar missa, dar a comunhão e preparar o homem para conseguir a vida eterna, baseada na crença de que os mais miseráveis têm condições mais favoráveis de lá chegarem, parece-me que não é mais a realidade de nossos dias. O homem integral é o homem composto de corpo e alma. E Santo Agostinho já dizia que não se pode chegar a um homem miserável, que não tem um mínimo de condições materiais, e querer lhe dar orientação espiritual, porque ele não tem capacidade para recebê-la. O homem integral, de que fala Jacques Maritain, é exatamente o homem através do qual se debate os seus problemas espirituais. É exatamente dentro dessa sociedade que se deve colocar, como prioridade, o problema do homem que não é escravo da sociedade, não é meio da sociedade, é causa da organização social e causa da organização dos Estados. É o respeito aos direitos naturais de todo homem que vem com direito inalienáveis a ter uma vida condigna. É a luta que esses direitos que a Igreja defende, hoje, no mundo inteiro. Que se tenha diante de si os interesses capitalistas, os interesses de grupos internacionais, os nossos egoísmos, os nossos próprios interesses, as nossas vaidades, presos que estamos à nossa maneira de ser e de viver egoisticamente, deixando de olhar o

mundo que nos cerca. É muito natural que assim procedamos, mas temos a obrigação de vencer as nossas próprias barreiras e ver a injustiça da humanidade e combatê-la.

Criticar a Igreja porque se coloca ao lado dos humildes, dizer que ela está fazendo o jogo do comunismo, jogo de sei lá o quê é papel de quem nunca leu os Evangelhos, de alguém que foi à missa apenas para rezar o Pai Nosso, bater no peito e pedir perdão, mas continuar, no dia seguinte, levando a mesma vida.

O Sr. Teotonio Vilela (PMDB – AL) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo o prazer.

O Sr. Teotonio Vilela (PMDB – AL) – Sinto interromper a palavra de V. Ex^a, mas, aproveitando exatamente a palavra do Evangelho, eu me senti atraído por seu discurso. A fé é, sobretudo, questão de sobrevivência. E a sobrevivência, é claro, está na existência da vida. E a vida, por sua vez, determinada pelas circunstâncias em que a criatura se encontra. Na medida em que o Poder Público se esquece de dar a devida proteção à vida, ela procura o seu natural refúgio. E, sendo a Igreja protetora da fé, a fé, com todas as implicações, determina o abrigo do homem nas Igrejas, nos pastores, naqueles, sobretudo em que as criaturas reconhecem autoridade moral para lhes servir de confessor. É o caso típico de São Paulo. Ainda Domingo, estava eu com Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, e sou testemunha do esforço que empreende Dom Paulo para conter a natural exacerbação de quantos se julgam injustiçados e, no caso específico, com as prisões ilegais dos líderes sindicais.

Não estou me referindo, pura e simplesmente, à área de São Bernardo do Campo. Quero me referir, sim, a toda uma população que o procura, nesta hora de aflição, para ouvir e seguir a sua palavra. Se D. Paulo tivesse deflagrado uma palavra de incitamento contra o Poder Público, o Estado de São Paulo não estaria, ainda, sob o controle das autoridades locais. Mas ele tem procurado, tem se esforçado, se empenhado, de dia e de noite, em manter a calma, em orientar a população que o procura. E, no entanto, acabo de saber – e esta notícia é confirmada por vários jornais – que Sua Excelência o Presidente da República dissera o seguinte: “Não conheço, pessoalmente, o Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, mas as informações que tenho dele me autorizam a acreditar que seja o instigador da situação que lá se encontra”.

Ora, Senador Pedro Simon, esta, possivelmente, vem a ser a gota d’água da conturbada situação em que nos encontramos. Uma afirmação dessa natureza, partida do Chefe da Nação, evidentemente, que deve ecoar nesta Casa como algo a merecer muita reflexão. E me parece sumamente estranho que, numa tarde em que todos estamos procurando os caminhos da paz, da tranqüilidade, nós venhamos a receber uma palavra, esta sim, de excitação ao agravamento da situação nacional. Conclui-se, daí, que todo o processo que está se desenvolvendo neste País, de inquietação, de intranqüilidade, parte exatamente do Governo. O aparelhamento militar que está montado, a operação militar que está montada

em São Bernardo do Campo, não é única e exclusivamente, para atender ao problema da greve. A greve está sendo utilizada para outros fins. E, hoje, chego a crer que esta greve foi, inclusive, embutida dentro de uma estratégia para se chegar ao fechamento ou à derrocada de todas as instituições dentro deste País. É a palavra que comunico a V. Ex^a. V. Ex^a disse, há pouco, sobre a privação do encontro dos operários. A proibição da presença de operários, de metalúrgicos, no pátio em frente à Matriz, significa que a Matriz também foi interdita. Por quê? Porque a proibição não se faz através de um instrumento legal, se faz através de patas de cavalo, através de carros de combate, através de uma situação que estava montada como se estivéssemos no Vietnã.

Para onde irão os metalúrgicos que desejam realizar a sua assembléia, para decidir sobre o seu destino, quando se tornaram totalmente abandonados pelo Poder Público, pelo Estado? Esta é a situação que se coloca, nobre Senador. Eu deveria trazer isto ao conhecimento de V. Ex^a, estranhando que a Bancada governista tenha como único representante o nobre Senador Luiz Cavalcante, que muito nos honra, que sempre fica na estacada. Mas é lamentável que hoje não estejam aqui, nem o Líder nem os Vice-Líderes. A Maioria da Casa está representada, hoje, pelo nobre Senador Luiz Cavalcante. Este registro se impõe, com o se impõe, também, o de que os debates no Senado não estejam mais sendo transmitidos à grande imprensa. Verificamos hoje, pela leitura dos jornais, o que ocorre dentro do Plenário do Senado, já não tem importância, já não é notícia. Chegamos, então, melancolicamente, aqui, ao fim, e em outras condições, lá fora, o que é muito mais lamentável.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o importante pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho... – desculpem V. Ex^{as}, mas é que eu queria que ele estivesse presente. Infelizmente, não está – do Senador Teotônio Vilela.

Queira Deus que tenha havido um equívoco, porque a afirmativa relativa a D. Paulo Evaristo Arns, por parte do Presidente da República, não há dúvida de que, se verdadeira, é séria demais. Só não vê quem não quer. Se, apesar de toda a repressão, apesar de todos os arbítrios, apesar de todas as proibições, apesar dos espancamentos, apesar das prisões, não há reação em São Paulo, isto se deve a D. Paulo Evaristo e se deve à Igreja. Parece-me que, exatamente a Igreja, presente e acompanhando os acontecimentos, é que determina que eles estejam sendo feitos de maneira ordeira.

Parece até verdadeiro o que V. Ex^a está dizendo, que alguns estão irritados. É que a presença e a colaboração da Igreja determina que as coisas sejam feitas de tal maneira pacífica, que evite algo que queiram fazer. Por que, na verdade, proibir que se reúnam os trabalhadores no Estádio Municipal? Qual a razão? Qual o motivo? Qual o amparo legal para isso? Proibir que se reúnam na praça em frente à Prefeitura, por quê?

E, agora – diz V. Ex^a muito bem, já que lá estava – se são 40 mil pessoas, na igreja cabem mil. Ficam 39 mil, ao redor da igreja. Proibir que essas pessoas se

reúnam, que permaneçam apenas aquelas que conseguem entrar na igreja, por quê? Qual a razão dessa medida, se não o incitamento?

Reparem que está acontecendo exatamente o inverso: aquele que deve ter preocupação com a ordem está tomando medidas que levam à desordem e aqueles, que alguns dizem que querem a desordem, estão tomando medidas tentando manter a ordem. É o inverso total, absoluto, da preocupação que o Governo deveria ter.

O Governo deveria dizer: “A Igreja está lá. Melhor a Igreja que outra entidade”. A Igreja está debatendo, discutindo, mas de forma ordeira e pacífica. A Igreja não está incitando ao tumulto, não está incitando à violência, nem à reação à violência que está ocorrendo.

Preferiam que se reunissem onde? Em vez de na igreja, em que local?

Agora, de um lado, o Senador Jarbas Passarinho dizia, ontem, que ficava comovido, ao encerramento da reunião, ao ver dentro da igreja, a orientação que as lideranças sindicais davam aos trabalhadores: vão para casa, não bebam bebidas alcoólicas, não aceitem provocação, não reajam. Essa era a orientação que, de dentro da igreja, os trabalhadores recebiam. E, do lado de fora, a ação do Governo: metralhadoras, cavalos, cachorros, carros de combate, preparando-se para atacar o inimigo – o inimigo de quem? O povo brasileiro, o povo brasileiro!

Parece-me que há um absurdo tão grande nesta colocação, parece-me que estamos chegando, realmente, a um ponto tão sério! Não como o Senador Jarbas Passarinho, que estamos chegando a uma questão religiosa. Não, não estamos, porque, se ele pudesse, se o governo autorizasse um plebiscito, neste País, verificaríamos que até os ateus, católicos, protestantes, maometanos, seja o que for, dariam solidariedade à posição da Igreja. Estamos assistindo ao avanço do divórcio do Governo com a Nação. Isto é sério. O Governo fechado, encastelado, dono da verdade, está, cada dia, se afastando mais da vontade popular. Está sendo totalmente amorfo, impossibilitado de aceitar uma realidade que está aí, que todos estão vendo e que todos estão sentindo, menos ele, Governo, dono da verdade.

Reparem que estamos aqui, nós da Oposição. Se fôssemos as cassandras, os pessimistas, os derrotistas, os homens do “quanto pior melhor”, ficaríamos aguardando os acontecimentos. Ficaríamos na expectativa de ver o que vai acontecer. Proibir uma catedral, proibir o que proibiram, agora vai ter violência, agora vai dar agitação social, agora vai dar tumulto. Mas nós, da Oposição, queremos isso. Estamos alertando o Governo, apelando ao Governo para que isso não aconteça. A palavra da Oposição é uma palavra que se soma à vontade da Nação. Foi a OAB, ontem, foi a CNBB, hoje, é a Nação inteira que está a clamar no sentido de buscarmos a normalidade, percebendo que o que se está querendo buscar, em São Paulo, é um confronto que pode interessar a alguns, mas não interessa à Nação.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB – AL) – V. Ex^a me permite? (Assentimento do orador) – O meu aparte se prende apenas ao seguinte: diante das recomendações feitas pelos líderes, que V. Ex^a estava repetindo, aí, e que eu ontem

citei nesta Casa, de que fossem pacíficos, de que fossem para casa e não parassem, nem sequer em botequins, não tomassem sequer a sua biritá, não fossem em número volumoso... Pois bem, no momento em que todos se retiraram do pátio da igreja e que tomaram às diversas ruas para chegar aos seus subúrbios, os carros de guerra passavam por eles, batendo nos operários, provocando-os.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esperando reação.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB – AL) – De passagem, nas calçadas, caminhando em demanda de seus lares, eram escoiceados pelo caminho. Está aqui o testemunho. Então, aquilo é a representação viva da sociedade civil; ali em São Paulo está configurada a sociedade civil, de um lado, e a sociedade militar, do outro. E é a sociedade civil – segundo as notícias oficiais – que o perturba, que não tem capacidade de compreender o Governo, segundo disse o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, sendo tratada deste modo, conduzida, deste modo, a passar fome, a trabalhar pelo caminho da fome e da prisão e do mau-trato. Ali está bem retratada a situação do País e, ali também, está se jogando o destino das instituições e desta Casa. Não se trata mais de uma demanda entre trabalhadores e patrões. Trata-se de uma demanda, sim, entre a sociedade civil e o grupo militar que quer exterminá-la. Mas, a sociedade é viva e há de viver, porque senão a Humanidade já se teria extinguido. Esta é a nossa segurança.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a é um Líder de Oposição. Alguns bispos falaram. Aqui a nota da CNBB. O que diz esta nota que fala a Igreja do Brasil:

“Não está em jogo apenas o índice de produtividade, o piso salarial e a estabilidade que, em outro contexto, seriam objeto de negociações, sem o recurso à violência. O que está em jogo na crise é a própria organização dos mecanismos da política social do País.”

É a CNBB que está reconhecendo exatamente o que diz V. Ex^a

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o parte. Apenas um segundo.

A pretensão é justa, é exigência elementar de uma democracia que se pretende não só política, mas social e econômica. Se a pretensão é justa, não há motivos para escândalos, se a Igreja lhe dá o seu apoio. Se a pretensão é justa, não há grandeza em pretender opor à Justiça uma duvidosa legalidade. Para além de uma legalidade formal, é preciso sempre visar aos imperativos da justiça. Os operários aprenderam no sofrimento que, infelizmente, a legalidade não é igual para todos.

O Governo está aí a dizer que é escravo da lei. Para nós, neste Congresso, soa como piada. Mas é essa lei que este Governo, ao longo dos últimos dezesseis anos, vem violentando, casuisticamente, a cada passo que lhe interessa, não apenas uma lei, não uma decisão do Tribunal, que o Ministro vem e diz: “É decisão do Tribunal, tem força de lei”. A Constituição da República é violentada, caso a caso,

por este Governo. Agora, num caso concreto que é um problema social, um problema humano, que um caso justo, que é um caso cristão, que é um caso humanitário, a lei, apenas a lei, ainda que sobre ela parem todas as interrogações.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Para extinguir partidos, o Governo não encontra óbice na Lei Maior.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem razão, nobre Senador. Ainda ontem, extinguiram os partidos, violentando qualquer princípio universal do Direito, de que uma lei não pode retroagir.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Um projeto desonesto, aprovado pela maioria. Remetido pelo Governo e aprovado pela maioria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ainda há dias, quando o nobre Senador Paulo Brossard argumentava, desta tribuna, que o projeto com relação ao convênio do ICM era contrário ao texto da Constituição, dizia o Sr. Senador Dinarte Mariz: “Quando se trata de Nordeste, o meu problema não é a Constituição”.

Agora, quando se trata de operários, quando se trata de trabalhadores, a decisão do Tribunal tem força de lei e este Governo é escravo da lei. Que lhe diga o Pacote de Abril, Que lhe diga o AI-5, o AI-2, que lhe diga tudo o mais que nós conhecemos neste País, ao longo de todos esses últimos anos.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, com o maior prazer.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Convém lembrar que a decisão do Tribunal não transitou em julgado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E não mandou prender ninguém.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – ...Não sei se dela já foi interposto recurso. Ao que fui informado, já foi. Mas, quando não tenha sido, é susceptível de recurso. Portanto, é uma decisão, sem dúvida alguma. E eu não iria fazer o preconício do descumprimento de decisão judicial. Mas trata-se de uma decisão não transitada em julgado e da qual cabe e pende recurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – é muito importante o argumento de V. Ex^a. Porque se está em grau de recurso, se cabe recurso, não é uma decisão final. E mesmo essa decisão parcial não mandou botar os tanques nas ruas. Ou será que mandou? Não mandou prender o Lula. Ou será que mandou? Não mandou proibir que os trabalhadores se reunissem em estádio de futebol. Ou será que mandou? Parece-me que não. Nada disso foi determinado pela sentença judicial. Isso foi determinado pela vontade do Governo.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, com todo o prazer, nobre Vice-Líder no Senado.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Senador Pedro Simon, acompanho com muita atenção o discurso de V. Ex^a e V. Ex^a me permita: desejo fazer, sobre ele, algumas observações. Início pela referência feita pelo nobre Senador Teotônio Vilela em relação à declaração do Senhor Presidente da República sobre D. Paulo Evaristo Arns. Não me consta que Sua Excelência tenha feito referência pessoal ao Arcebispo de São Paulo. Não disponho do texto da declaração, mas, pelo que estou informado, o Presidente se referiu a alguns bispos. Por isso mesmo, tem ele recebido, também, a compreensão e a solidariedade de outros bispos. Em segundo lugar, eu gostaria de me referir à posição do Ministro Murilo Macedo. Todo o País reconhece o equilíbrio com que S. Ex^a tem agido, durante todo esse episódio. S. Ex^a jamais negou...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a está se referindo à tranqüilidade, ao sorriso, à afabilidade, estou plenamente de acordo. S. Ex^a não perdeu o sorriso nem a tranqüilidade, em momento algum. Estou plenamente de acordo com V. Ex^a. Nesta parte, quero dar-lhe integral solidariedade.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – V. Ex^a parece desejar fugir do problema, mas não é isso que desejo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não. Absolutamente.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Quero falar sobre a realidade dos fatos. O Senhor Ministro dedicou-se, de corpo e alma, à solução do problema da greve de São Paulo. A greve não é, porém, uma greve de reivindicação salarial, mas uma greve política. Os operários pediram 15% de aumento de produtividade.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB – AL) – Protesto. Não se trata de greve política. V. Ex^a me perdoe, mas não se trata de uma greve política. Sou testemunha da organização sindical de São Paulo e é uma das poucas coisas respeitáveis que surgiram neste Brasil de hoje. É necessário que se respeitem as classes, que se respeitem as organizações. Ali está, realmente, algo de novo, neste País: a organização sindical. Estão defendendo os seus direitos. E mais: ontem, na decisão da assembléia dos trabalhadores, apesar da solicitação de tantos, o que se decidiu é que não estava, o que não constava da pauta a soltura dos presos, dos companheiros sindicais, mas sim a pauta das reivindicações apresentadas aos empresários.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Nobre Senador Pedro Simon, peço a V. Ex^a que avalize o aparte que me deu o nobre Senador Teotônio Vilela. Eu, porém, continuo a minha apreciação sobre a fala de V. Ex^a. Estou dando, nobre Senador Teotônio Vilela, a minha opinião, como V. Ex^a está dando a sua...

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB – AL) – Estou dentro dos fatos. V. Ex^a está tirando ilações, partindo de fonte errada. Se V. Ex^a conhece a pauta das reivindicações não tem o direito de dizer que essas reivindicações são políticas.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Peço a V. Ex^a que me permita dar a minha opinião e não a opinião de V. Ex^a, que não é minha.

O Sr. Teotônio Vilela (PMDB – AL) – Mas V. Ex^a não pode opinar sobre um boi dizendo que ele não é um quadrúpede.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Tenho o direito de dar a minha própria opinião, nobre Senador Teotônio Vilela. E esta é a de que o Ministro tem feito o possível. Os operários pediram 15% de aumento de produtividade, enquanto os patrões ofereciam 5%. O Tribunal estabeleceu o aumento em 7%...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho que V. Ex^a tem todo o direito de dar a sua opinião. Discordo do ilustre Senador Teotônio Vilela, porque acho da maior da maior importância a opinião de V. Ex^a, porque, através de V. Ex^a, estamos sabendo a opinião do Governo.

O Sr. José Lins (PDS – CE) V. Ex^a permite ou não permite o aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer. Tenho o maior interesse em saber o que pensa o Governo e ficarei sabendo agora.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Ainda ontem, alegou-se aqui que o Ministro Murilo Macedo tem sido agressivo. Ora, nobre Senador, tenhamos paciência! Se compararmos as declarações do Ministro Murilo Macedo com as dos dirigentes sindicais, com as do Sr. Luiz Ignácio, o Lula, vamos verificar que se dá exatamente o contrário. O que disse o Lula, depois que a greve foi declarada ilegal? “Agora é que a greve vai começar!” V. Ex^a defende a posição da Igreja. Ela, porém, tem uma grave e séria missão a cumprir. Devemos considerar a posição, com o respeito que sempre nos mereceu, mas...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quando ela defende os nossos interesses?

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Se V. Ex^a permite... A nota publicada pela CNBB está vazada em termos inadequados. Vejamos, por exemplo, os seguintes trechos:

“A nota oficial da CNBB explica que a pretensão é justa, não há motivos para escândalos, se a Igreja lhe dá apoio. Se a pretensão é justa, não há grandeza em pretender opor à justiça uma duvidosa legalidade. Para além de uma legalidade formal – adianta a CNBB – é preciso sempre visar os imperativos da justiça. Os operários aprenderam, no sofrimento, que a legalidade não é igual para todos. Eles sabem dos subornos, dos repasses secretos de custos ao consumidor, da captação de recursos e subsídios para minorias, para os favores do empreguismo e a ostentação das mordomias.”

O órgão representativo do clero brasileiro encerra sua nota afirmando que “a Igreja ama sinceramente a todos, mas odeia a injustiça, a hipocrisia e a impostura. Acredita que a paz só é possível com a justiça e a justiça não se consolida com o jogo ambíguo das outorgas e capitulações. A justiça se consolida com a participação.”

Ao tomar conhecimento das declarações feitas pelo Ministro Said Farhat, da Comunicação Social, de que alguns sacerdotes estariam desobedecendo a orientação do Papa, o Secretário-Geral da CNBB disse que “trata-se de um assunto de disciplina interna da Igreja e não será fácil alguém de fora querer fazer, aqui, julgamentos”.

Veja-se bem, A CNBB se rebela porque ninguém pode tocar em seus assuntos internos. Ela, a Igreja, agora é intocável.

Ora, nobre Senador, se a Igreja, através de alguns de seus líderes, assume uma posição declarada e abertamente política, então esses líderes terão, também, de aceitar, no mesmo diapasão, o debate com os políticos. Se eles se acham com o direito de discutir os nossos problemas e de nos acusar, por que não aceitar, também, as críticas que resultam de suas atitudes? O que querem, todavia, é se esconder dentro da capa do catolicismo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero dizer a V. Ex^a que é lamentável...

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Lamentável V. Ex^a sempre acha qualquer coisa que o contrarie.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A recíproca é verdadeira. É lamentável que V. Ex^a não tenha visto nesta nota o posicionamento...

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Nunca vi uma nota mais agressiva e mais dura do que esta que se dá em nome da Igreja.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dura, é verdade. Fala até em mordomia!

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Não se diga, portanto, que a Igreja está assumindo uma posição de concórdia, de arbitragem...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Igreja não está tomando posição político-partidária. A Igreja está tomando posição política na arte de Aristóteles, da busca do bem comum, a Igreja está se preocupando com os problemas deste País, no seu todo. A Igreja não está se posicionando nem contra o Governo nem a favor da Oposição, a Igreja está se posicionando a favor do povo brasileiro, dos problemas sociais, políticos e econômicos do povo brasileiro. Há uma diferença, Senador José Lins.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – E isso não é política? V. Ex^a tem razão: não há dúvida de que isso é religião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a que a Igreja rezando o Padre-Nosso ou então rezando a missa da revolução. Se a Igreja aparece, no dia 31 de março, aí é válido para V. Ex^a. Não é política! Agora, a Igreja debater os problemas sociais de uma forma impessoal, como está fazendo, iniciando por dizer aos líderes sindicais que se afastem qualquer outra participação que não a deles próprios; querendo afastar – e a nota deixa claro que afasta a política partidária...

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Uma nota de acusação e repúdio ao Governo, nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Receba V. Ex^a como quiser. Acredito que há muitos homens do Governo que não estão aqui. Se V. Ex^a vê seu retrato aqui, eu não tenho culpa. Realmente, é o retrato de alguns, não apenas

políticos, mas capitalistas; não apenas homens do Governo, mas também homens de Oposição que não têm a grandeza de ver o problema social. O que V. Ex^a não admite é que a Igreja não aplauda o Governo; o que V. Ex^a não admite é que a Igreja debata os problemas sociais. É um direito de V. Ex^a.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço o nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes. Fazendo soar a campainha) – Gostaria de avisar a V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon, que dispõe apenas de quatro minutos, pois há outro Senador inscrito.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – O nobre Senador José Lins disse uma grande verdade, no meu modo de ver, quando disse que a nota era dura. Realmente, a nota é dura...

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Já é alguma coisa reconhecer isso.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Uma das cláusulas da nota que parece que feriram a sensibilidade do nobre Senador cearense, é quando ela se refere a uma duvidosa legalidade...

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Não é só essa, nobre Senador.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Sei que não é só esta. É a duvidosa legalidade do “pacote de abril”, é a duvidosa legalidade da carta de outorgada pelos usurpadores. Esta é a duvidosa legalidade sob a qual vivemos e sob a qual não podemos continuar a viver, esta que é a grande verdade. A Nação está em crise inclusive porque é uma crise de legalidade e de legitimidade. E é por isso que defendemos uma Assembléia Nacional Constituinte. É por isto, nobre Senador, para colocarmos na lata de lixo esses atos, esses pacotes imorais, indecentes e desonestos, como desonesto foi o projeto que V. Ex^a votou, extinguindo os Partidos, que a Maioria submissa praticou, no fim do ano passado.

O Sr. José Lins (PDS – CE) – V. Ex^a ultrapassa os limites da ética quando assim classifica todos os seus colegas que votaram a favor ou contra o mesmo projeto. E eu não aceito, nobre Senador, a colocação assim eivada de injustiça.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – V. Ex^a tem o direito de não aceitar porque votou aquele projeto. E eu tenho o direito de protestar agora, como protestei ontem. Projeto desonesto!

O Sr. José Lins (PDS – CE) – V. Ex^a tem o direito de protestar. Pergunto, porém, a V. Ex^a se está realmente pregando a desobediência à lei ou se V. Ex^a deseja apenas mudá-la porque a julga inconveniente.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Lei é uma coisa, pacote é outra. Está ouvindo, nobre Senador? Pacote é outra!

O Sr. José Lins (PDS – CE) – Mas, votada por esta Casa.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Essa coisa não foi votada. Ela foi feita lá no Riacho Fundo, pelo constituinte solitário.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) – Quero lembrar aos nobres Senadores que há um orador na tribuna.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Quem desrespeitou esta Casa, quem desrespeitou a Nação foi o General Geisel que fechou o Congresso para fabricar o pacote. Esta é a legalidade!

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) – A Presidência pede ao nobre Senador Pedro Simon que conclua seu discurso, porque o tempo de V. Ex^a já esgotou.

O SR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho que este debate dos dois Senadores, o Líder da Oposição e o Líder do Governo, é um debate que não frutificará jamais. Ninguém haverá de convencer o Senador Paulo Brossard de que o “pacote” e tudo o mais é legítimo, como ninguém haverá de convencer o Senador José Lins que algo que venha o Governo não é absolutamente aquilo que corresponde aos interesses do povo brasileiro. É um diálogo de surdos. Porque, na verdade, os dois jamais haverão de chegar a um entendimento.

Sr. Presidente, faço daqui um dramático apelo ao Senhor Presidente da República. Acho que, a esta altura, depois da presença do Senador Teotônio Vilela, em São Paulo, depois do interesse demonstrado pelo Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo em reiniciar as negociações, depois de se preparar para amanhã uma proibição de se debater em frente à igreja, faço daqui um apelo ao Presidente da República. Primeiro que ele assuma diretamente a condução do impasse para a sua responsabilidade total. Porque, na verdade, o Governo de São Paulo diz que a responsabilidade não é dele, na verdade, o Governo de São Paulo diz que a responsabilidade não é dele. Na verdade, o Ministro da Justiça, uma hora diz que não é dele e outra hora diz que é dele. Na verdade, o Comando do II Exército diz que a responsabilidade não é dele. Na verdade, o Governo Federal diz que a responsabilidade não é dele.

Parece-me que, a esta altura, só há uma pessoa que deve assumir o comando das decisões, o Senhor Presidente da República.

Segundo, que determine, Sr. Presidente, numa demonstração de boa vontade à Nação, o relaxamento da prisão dos presos que estão hoje, em São Paulo. Parece-me que seria uma atitude que estaria a demonstrar a boa vontade do Governo para resolver o impasse. Afinal, o Lula e os demais líderes sindicais são homens que estão aí, com a vida em aberto, eles não haverão de fugir. E, se tiverem de ser processados, que continuem com o processo. A restituição da liberdade a esses líderes dará um clima de afrouxamento de tensões que me parece devem ser do interesse, pelo menos, dos que desejam a normalidade da nossa sociedade.

O Sr. Paulo Brossard (PMDB – RS) – Muito bem!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Terceiro, Sr. Presidente, que permita aos trabalhadores se reunirem. Parece-me que proibiram os trabalhadores de se reunirem. Parece-me que proibirem os trabalhadores de se reunirem no estádio de futebol, de se reunirem na praça, de se reunirem na igreja, é estar levando os trabalhadores para o encurralamento, cujas conseqüências ninguém sabe; parece-me que é levá-los para um estado de agitação. Aí está a nota da Igreja, a nota da CNBB, quando diz: “A paz só é possível com justiça. E a justiça não se consolida num jogo ambíguo das outorgas e da capitulação”.

Exigir a capitulação deles, por quê? Que permitam o debate, pelo menos enquanto ele for pacífico, como está sendo feito no ABC.

Quarto, que deixe efetivar-se e até diligencie que ele, o Senhor Presidente da República, tome iniciativa, para que se retome o entendimento e o diálogo entre empresários e trabalhadores do ABC.

Que o Presidente da República tenha a grandeza de solicitar que sejam renovados os entendimentos e que voltem a se sentar em torno da mesa, para o debate daqueles pontos que o próprio Senador Teotônio Vilela levou aos líderes sindicais e eles aceitaram; levou ao Presidente da Federação das Indústrias e ele também aceitou.

Que, adotadas essas providências, os trabalhadores aceitem, inclusive, terminar com a greve, para que, em clima de entendimento, possamos buscar a solução que todos nós desejamos.

Parece-me, Sr. Presidente, que, no momento em que o Senhor Presidente da República diz que está aberto ao diálogo com a Oposição, é obrigação nossa levar a Sua Excelência o apelo nesse sentido, porque o que desejamos é que a crise do ABC não sirva de pretexto para outras crises maiores, que, como parece, alguns desejam. Tenho certeza de que não é o pensamento desta Casa, nem do PDS, nem dos Partidos da Oposição. Acredito até que não seja o pensamento do Presidente da República. Mas parece, Sr. Presidente, que há gente interessada para, através dessa crise, marcharmos para uma situação de condições imprevisíveis.

Não consegui entender, até hoje, o que o Senhor Jarbas Passarinho quis dizer com as 72 horas diante das quais algo de grave poderia acontecer ou não acontecer. Honestamente, não sei; mas o que sei é que o Senador Jarbas Passarinho, Líder do Governo, tem preocupação de que algo de grave possa acontecer, nestas 72 horas, existe uma pessoa que pode esvaziar tudo isto, que é o Presidente da República.

O Presidente da República tem as condições de tomar iniciativas que esvaziem aquela gravidade tão séria, que tem prazo certo, pelo Senador Jarbas Passarinho, para se efetivar ou não.

Nós do PMDB, nós da Oposição, volto a afirmar – e é importante que se reafirme – desejamos a busca da normalidade, desejamos o debate, o confronto franco das idéias, mas nunca levamos o povo à violência nem à agitação. Sempre,

o MDB, ontem e em todo a sua existência, e os Partidos de Oposição, hoje e sempre buscam o debate através do diálogo e não da violência. Por isso, nós, que desejamos o confronto das urnas, nos preocupamos, quando sentimos que, de um lado, os trabalhadores estão buscando a paz social e, de outro lado, alguns desejam o tumulto e desejam a agitação.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a e lendo, para encerrar – já que a Igreja está colocada, pelo Senador Jarbas Passarinho e por alguns líderes do Governo, no banco dos réus – as palavras de Sua Santidade, o Papa, na sua apresentação de Cultura e Fé, edição de outubro:

“Não tenham receio. Abram, inteiramente, as portas para Cristo. Abram as fronteiras dos sistemas estatais, econômicos e políticos, ao poder salvífico de Cristo, abram para eles os vastos campos da cultura, da civilização e do desenvolvimento, Não tenham receio. Cristo conhece o que está no homem. Somente Ele conhece isto”. Possamos nós, Sr. Presidente, encontrar esse denominador comum e possa o Presidente da República ter a grandeza de, através do equacionamento das soluções, ser o responsável, por ação ou por omissão, pelo que possa acontecer no ABC paulista.

Muito obrigado. (*Muito bem! Palmas.*)

“Vivemos os últimos 15 anos sob o império do maniqueísmo, com a Nação dividida entre os privilegiados por todas as vantagens e os perseguidos por todos os desfavores.

O império do casuísmo foi estabelecido em fronteiras tão amplas que a vida nacional perdeu seu curso histórico e a civilização brasileira ganhou dois elementos novos: para os privilegiados, a irresponsabilidade; para os perseguidos, a pressão.

A lei, que deve ser a mesma para todos, protegendo ou punindo, transformou-se em instrumento para a marginalização daqueles que assumem posições políticas contrárias ao absolutismo dominante. Aos coerentes com as necessidades do povo, a demissão; aos submissos, a promoção.

Esse desprezo pela lei, em pura perda de seu sentido civilizador, foi aplaudido pelos arenistas, que se caracterizaram, na História desses últimos anos, por dizer amém a todas as manifestações do direito da força, em contraposição à força do Direito.”

**Pedro Simon, no seu primeiro discurso no Senado Federal,
em 27 de março de 1979**



Manifestação no Senado Federal pela "Diretas Já!"